

OS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL

2022

Pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes





OS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL

Pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes

Série Os "Cabeças" do Congresso Nacional

Brasília-DF 2022 Série Os "Cabeças" do Congresso Nacional - pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Publicação anual do **DIAP** (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)

FICHA TÉCNICA

Supervisão da pesquisa

Ulisses Riedel de Resende

Concepção, coordenação-geral e análise

Antônio Augusto de Queiroz

Redação final

Alysson de Sá Alves Antônio Augusto de Queiroz

Apoio/levantamento de dados/pesquisa

André Luis dos Santos Iva Cristina de Sant´Ana Marcos Verlaine Neuriberg Dias do Rêgo

Capa, diagramação e editoração eletrônica

Fernanda Medeiros da Costa (61) 99996-8465

Fotos

Fulltime – Julio Fernandes Arquivo DIAP

Edição # Ano 29 - 2022

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar SBS Q. 1, Ed. Seguradoras, 3° andar, Salas: 301 a 307 - CEP: 70093-900 - Brasília-DF

Fones: (61) 3225-9704 / 3225-9744

Página: www.diap.org.br

Endereço eletrônico: diap@diap.org.br

Os "Cabeças" do Congresso Nacional : pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes / Coordenação Antônio Augusto de Queiroz. -- 29. ed. -- Brasília : Diap, 2022. p. 120 (Série Os "Cabeças" do Congresso Nacional ; n. 29)

ISBN 978-65-88346-04-4

1. Parlamentar, Brasil. 2. Senador, atuação parlamentar, Brasil. 3. Deputado, atuação parlamentar, Brasil. 4. Processo decisório. I. Série.

CDU 929:342.53(81)

O que é o DIAP

O **DIAP** é o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, fundado em 19 de dezembro de 1983, para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional, com vistas à institucionalização e transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais do movimento sindical.

O que faz

- Monitora a tramitação legislativa de emendas constitucionais, projetos de lei, substitutivos, emendas, pareceres, requerimentos de informação e discursos parlamentares de interesse da sociedade em geral e dos trabalhadores em particular;
- Presta informações sobre o andamento e possíveis desdobramentos das matérias monitoradas por intermédio de relatórios e demais veículos de comunicação do DIAP, notadamente a Agência, o Boletim e o Jornal:
- Elabora pareceres, projetos, estudos e outros documentos para as entidades filiadas;
- Identifica, desde a eleição, quem são os parlamentares eleitos, de onde vêm, quais são seus redutos eleitorais, quem os financia, e elabora seu perfil político;
- Promove pesquisa de opinião com o objetivo de antecipar o pensamento do Congresso Nacional em relação às matérias de interesse dos trabalhadores;
- Organiza base de dados com resultados de votações;
- Produz artigos de análise política, edita estudos técnicos, políticos e realiza eventos de interesse do movimento social organizado;
- Mapeia os atores-chave do processo decisório no Congresso Nacional;
- Fornece os contatos atualizados das autoridades dos Três Poderes;
- Monta estratégias com vistas à aprovação de matérias de interesse das entidades sindicais; e
- Produz e edita publicações voltadas para a educação política e formação da cidadania.

Como é estruturado

O comando político-sindical do DIAP é exercido pelas entidades filiadas, que constituem a Assembleia Geral, e se reúnem periodicamente na forma estatutária. A sua Diretoria, por igual, é constituída por dirigentes sindicais.

Operacionalmente, o DIAP possui em sua estrutura uma Diretoria Técnica, recrutada em seu quadro funcional, que atua junto à Diretoria Executiva, cujas funções consistem em coordenar as reuniões de técnicos e consultores, emitir pareceres, editar publicações, monitorar projetos, atuar junto aos parlamentares e assessorar as entidades sindicais.

Princípios fundamentais

Os princípios fundamentais em que se baseia o trabalho do DIAP são:

- Decisões democráticas;
- Atuação suprapartidária;
- Conhecimento técnico;
- Atuação como instrumento dos trabalhadores em matérias consensuais no movimento sindical, que representem o seu pensamento majoritário; e
- Transparência, participação e ética.

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Diretoria eleita para o biênio 2022-2024

Presidenta: Maria das Graças Costa (CUT Nacional) - licenciada

Vice-presidentes:

Ricardo Patah (UGT)

José Reginaldo Inácio (NCST e CNTI)

Danilo Pereira da Silva (FS)

Jair Pedro Ferreira (Fenae)

Rodrigo Britto (Bancários-DF)

Superintendente: Epaminondas Lino de Jesus (Sindaf-DF)

Suplente: Rosilene Corrêa (Sinpro-DF) - licenciada

Secretário: Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)
Suplente: Mário Lúcio Souto Lacerda (CTB)

Tesoureiro: Izac Antonio de Oliveira (Fitee)

Suplente: Leonardo Bezerra Pereira (Sind. dos Empr. Com. Hot. e Similares-DF)

Conselho Fiscal Efetivos:

Aluizio Firmiano da Silva Junior (Sind. Nacional dos Moedeiros) - licenciado

Itamar Revoredo Kunert (CSB)

Vago

Suplentes:

Arthur Emílio O. Caetano (Stiu-DF-FNU)
Luiz Fernando Pereira Souza (Fenajud)
Landstone Timóteo Filho (Fitratelp)

ÍNDICE

Apresentação dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022
Introdução dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022
Metodologia dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022
Classificação das habilidades dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022
Mapa dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022 por estado
Análise Global dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022
Perfil individual dos 69 deputados federais "Cabeças" do Congresso Nacional 202234
Perfil individual dos 31 senadores "Cabeças" do Congresso Nacional 202270
"Cabeças" do Congresso Nacional 2022 (ordem alfabética)
69 deputados federais "Cabeças" do Congresso Nacional 2022
31 senadores "Cabeças" do Congresso Nacional 2022
Deputados federais novos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022
Senadores novos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022
Perfil dos deputados federais e senadores em "ascensão" 2022
Deputados federais e senadores em "ascensão" 2022
Análise por estado dos "Cabeças" e parlamentares em "ascensão"
Estatísticas da série: Os "Cabeças" do Congresso Nacional desde 1994



APRESENTAÇÃO

com grande satisfação que o **DIAP** lança a 29^a edição de Os "Cabeças" do Congresso, publicação que, desde a primeira edição, é referência e leitura obrigatória entre parlamentares, autoridades do Poder Executivo, dirigentes partidários, sindicais e empresariais, estudiosos, formadores de opinião e demais interessados no processo decisório no Poder Legislativo.

Esta publicação, cujo objetivo é mapear e fornecer ao movimento social informações seguras sobre os 100 parlamentares mais influentes, faz parte do tripé que constitui a espinha dorsal do trabalho do **DIAP**, qual seja: **1)** identificar, desde a eleição, quem são os parlamentares eleitos, de onde vêm, quais são seus redutos eleitorais, quem os financia, para elaboração de perfil político; **2)** saber o que pensam sobre os temas que serão objeto de debate e deliberação durante a legislatura; e, finalmente, **3)** listar os operadores-chaves do processo legislativo, identificando os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional.

A metodologia utilizada, os critérios adotados, a ausência de vícios ou as preferências na indicação dos nomes, aliados à experiência e seriedade de nossa equipe técnica, são a garantia de tratar-se de trabalho diligente e criterioso e, portanto, digno de credibilidade.

Este trabalho de pesquisa — tradicional no Congresso Nacional, tem a supervisão do diretor técnico do **DIAP**, o advogado Ulisses Riedel de Resende —, foi concebido e é coordenado pelo jornalista, analista político e ex-diretor de Documentação do **DIAP**, Antônio Augusto de Queiroz, um dos mais aplicados estudiosos e observadores do processo legislativo e da atividade parlamentar do Congresso brasileiro. O fato de estar na 29ª edição é o melhor testemunho dessa seriedade.

Assim, na certeza de o **DIAP** mais uma vez contribuir para a democratização da informação e da ação sobre aqueles que efetivamente conduzem o processo legislativo, reiteramos nosso compromisso em defesa de uma sociedade informada e consciente, condições indispensáveis a um País justo e democrático.

Brasília, julho de 2022.

Maria das Graças Costa Presidenta

INTRODUÇÃO

série Os "Cabeças" do Congresso Nacional, que chega à 29ª edição, surgiu da necessidade de mapeamento, a partir de critérios objetivos, dos deputados e senadores que conduzem o processo decisório no Poder Legislativo. Com essa finalidade, o **DIAP** desenvolveu metodologia para identificar, anualmente, os 100 parlamentares com mais habilidades para elaborar, interpretar, debater ou dominar regras e normas do processo decisório, bem como para manipular recursos de poder, de tal modo que as preferências, ou do grupo que lideram, prevaleçam no conflito político.

O objetivo da publicação — produto de acompanhamento permanente e sistemático do **DIAP** desde 1986, embora a série só tenha sido lançada em 1994 — é fornecer ao movimento social radiografia dos principais interlocutores — partidários, profissionais, ideológicos ou de grupos políticos — no Congresso Nacional, publicando breve perfil com resumo das principais habilidades dos parlamentares que realmente exercem influência no processo decisório do Poder Legislativo.

A ideia da série partiu da premissa de que a disputa política é assimétrica, isto é, alguns atores são mais poderosos que outros, daí a necessidade de identificá-los. Poderoso aqui é entendido como alguém hábil, experiente, especializado, ou que detém recursos — materiais, econômicos, organizacionais, humanos, técnicos, partidários, ideológicos ou regionais — e capacidade de convertê-los em poder e, portanto, em liderança. No Parlamento, como na sociedade, há os que lideram — geralmente em menor número — e os liderados, em maior número.

Desde 1994 a série é editada anualmente, portanto, sempre que há renovação da sessão legislativa e tendo por base a eleição dos dirigentes das comissões, das lideranças partidárias

e das mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o DIAP atualiza esta publicação. Por meio dela, o DIAP identifica e classifica os operadores-chave do processo legislativo em 5 categorias: 1) debatedores; 2) articuladores/organizadores; 3) formuladores; 4) negociadores; e 5) formadores de opinião. A classificação adotada tem por finalidade evidenciar as habilidades dos parlamentares que influenciam, decidem e sustentam as deliberações do Poder Legislativo. As classificações adotadas — é bom que se registre — não são excludentes. Assim, determinado parlamentar pode perfeitamente possuir atributos para estar em todas as categorias, de debatedor a formador de opinião.

A metodologia utilizada na identificação e classificação dos parlamentares, conforme se verá em detalhes a seguir, considera critérios qualitativos e quantitativos que envolvem aspectos posicionais (institucionais), reputacionais e decisionais, além da abordagem da não-decisão. O método de investigação empregado neste levantamento — minucioso e impessoal — afasta a subjetividade, eliminando qualquer vício, discriminação ou preferência de natureza partidária, doutrinária, ideológica ou econômica em relação aos parlamentares pesquisados.

O estudo da elite parlamentar — com metodologia que combina variados aspectos da tomada de decisão no processo político — não é exclusividade do **DIAP**. Outros pesquisadores, analistas e cientistas políticos — que acompanham as atividades do Legislativo federal — como professor David Fleischer (UnB) e Murillo de Aragão, também, promovem pesquisas e investigações sobre liderança política nos últimos anos. Aragão, por exemplo, desenvolveu tipologia própria, para o mapeamento da elite parlamentar. Ele criou 2 categorias básicas de status para inserção de parlamentares na elite: a liderança formal e a informal. Na primeira — de

líderes formais — ele adota o critério institucional ou posicional, que inclui os parlamentares influentes que ocupam postos na estrutura do Congresso Nacional: presidentes das Casas, membros da Mesa Diretora, líderes, vice-líderes, presidentes de partidos e de comissões, além de relatores de matérias relevantes. Na segunda — de líderes informais — ele utiliza o critério reputacional, no qual os parlamentares são classificados de acordo com a percepção que os pares têm sobre eles no que se refere à capacidade de liderança e influência: líderes políticos, especialistas, formadores de opinião, operadores, líderes setoriais e debatedores.

Levantamentos com estas características, sujeitos às vicissitudes conjunturais, são sempre passíveis de modificação pela dinâmica própria da política. Entretanto, dados os cuidados adotados pelo **DIAP**, desde a 1ª edição, pode-se afirmar que se trata de radiografia confiável do mapa do poder no Congresso Nacional. Assim, somente fatos Novos poderiam alterar, neste ano de 2022, esse retrato da elite parlamentar.

Neste ano de 2022, a escolha dos parlamentares mais influentes foi impactada por vários episódios, como a pandemia, que manteve o isolamento social. A continuidade do sistema remoto de deliberação, que dificulta identificar os parlamentares mais presentes nas articulações e negociações, já que estas ficaram muito restritas aos líderes e relatores nesse período. O início da instalação das comissões permanentes da Câmara dos Deputados em meados de abril e que se estenderam até maio. Esses colegiados são instâncias importantes de poder, que ajudam a identificar quem tinha prestígio para ser indicado pelas respectivas bancadas para presidir colegiado temático. Outro ponto que impactou bastante na definição dos parlamentares mais influentes foi a janela partidária — período no qual os deputados federais e estaduais puderam mudar de partido sem correr o risco de perder o mandato.

O cenário eleitoral é o principal motivo para a troca de partido. Isto, entretanto, não impediu que se chegasse aos parlamentares mais influentes do ano em curso.

A pesquisa inclui apenas os parlamentares que estavam no efetivo exercício do mandato no período de avaliação, que vai do terceiro trimestre de 2021 até junho de 2022. Assim, quem esteve ou está licenciado do mandato, mesmo influente, não faz parte da publicação. Por isto, não constam entre os 100 mais influentes de 2022 os deputados que foram nomeados ministros ou secretários de estado, como Flávia Arruda (PL-DF), ministra da Secretaria de Governo do Brasil, Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil da Presidência da República, João Roma (Republicanos-BA) ministro da Cidadania; Rodrigo Maia (PSDB--RJ), secretário estadual de Projetos e Ações Estratégicas de São Paulo, Onyx Lorenzoni (PL-RS), ministro do Trabalho e Previdência, e Tereza Cristina (PP-MS), ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A síntese com as habilidades de cada parlamentar "Cabeça" do Congresso Nacional pode ser encontrada por estado a partir da página 14.

Além dos "100 Cabeças", desde a 7ª edição da série, o **DIAP** divulga levantamento incluindo na publicação anexo com outros 50 parlamentares que, mesmo não fazendo parte do grupo dos 100 mais influentes, estão em plena ascensão, podendo, mantida a trajetória ascendente, estar futuramente na elite parlamentar. Pode-se dizer que estão entre os 150 mais influentes.

Por último, apenas como registro, o **DIAP** reitera que não há outra razão para este trabalho senão a de identificar o grau de influência e poder dos parlamentares nos debates e decisões do Congresso Nacional nas dimensões de legisladores, fiscalizadores e representantes do povo e das unidades da Federação.

METODOLOGIA

"Cabeças" do Congresso Nacional são, na definição do **DIAP**, aqueles parlamentares que conseguem se diferenciar dos demais pelo exercício de todas ou de algumas das qualidades e habilidades agui descritas. Entre os atributos que caracterizam protagonismo do processo legislativo1, destacamos a capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações, seja pelo saber, senso de oportunidade, eficiência na leitura da realidade, que é dinâmica, e, principalmente, facilidade para conceber ideias, constituir posições, elaborar propostas e projetá-las para o centro do debate, liderando a repercussão e tomada de decisão. Enfim, é o parlamentar que, isoladamente ou em conjunto com outras forças, é capaz de criar o papel e o contexto para desempenhá-lo.

São "Cabeças", portanto, aqueles operadores-chave do Poder Legislativo cujas preferências, iniciativas, decisões ou vetos — implementados por meio dos métodos da persuasão, da negociação, da indução ou da não-decisão — prevalecem no processo decisório na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

CRITÉRIO E CLASSIFICAÇÃO DOS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL

Para a classificação e definição dos nomes que lideram o processo legislativo, o DIAP adotou critérios qualitativos e quantitativos que incluem aspectos posicionais (institucionais), reputacionais e decisionais. Entendemos como critério posicional ou institucional o vínculo formal ou o posto hierárquico ocupado na es-

trutura de uma organização; o reputacional, a percepção e juízo que outras pessoas têm ou fazem sobre determinado ator político; e o decisional, a capacidade de liderar e influenciar escolhas. Além destes métodos, geralmente aceitos pelos cientistas políticos, o DIAP vem buscando a aplicação da abordagem da não-decisão, caracterizada por ações de bastidores destinadas a ocultar ou criar barreiras ou obstáculos à exposição do conflito, evitando que matérias com potencial explosivo ou ameaçador sejam incluídas na agenda política. A não regulamentação do sistema financeiro foi um exemplo típico, como bem demonstrou o cientista político Pedro Robson Neiva em dissertação de mestrado na UnB. Este, embora menos visível que os outros métodos, envolve a manipulação de regras, procedimentos, instituições, mitos, valores, etc. Exerce influência, por exemplo, alguém que consegue evitar que o processo de coleta de assinaturas para a instalação de CPI seja concluído ou mesmo iniciado ou, ainda, aquele cuja simples não-manifestação sobre determinado assunto possa ser decisiva para que este seguer seja aventado.

Com base nos critérios acima, a equipe do **DIAP** fez entrevistas com deputados e senadores, assessores das 2 Casas do Congresso Nacional, jornalistas, cientistas e analistas políticos, e promoveu, em relação a cada parlamentar, exame cuidadoso das atividades profissionais, dos vínculos com empresas ou organizações econômicas ou de classe, da formação e vida acadêmica, além de levantamentos minuciosos de pronunciamentos, apresentação de proposições, resultados de votações, intervenções nos debates do Legislativo, frequência com que é

¹ Processo legislativo, para efeito deste trabalho, é entendido como algo além dos procedimentos formais de elaboração, apresentação e deliberação de leis no âmbito do Poder Legislativo. Ele, neste particular, precede e extrapola essas fases da tomada de decisão no rito de tramitação do Congresso Nacional para alcançar a influência da sociedade, das organizações e dos demais poderes interessados na formulação e conclusão das negociações que antecedem a institucionalização das leis.

citado na imprensa, temas preferenciais, cargos públicos exercidos dentro e fora do Congresso Nacional, relatorias de matérias relevantes, forças ou grupos políticos de que faça parte, além da análise dos perfis políticos e ideológicos de cada parlamentar.

CARACTERÍSTICAS DOS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL

Constatou-se, ao longo deste trabalho, que as posições ocupadas, cargos formais ou informais, como presidência de comissões, lideranças, vice-lideranças, relatorias, missões partidárias, direção da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e a reputação entre os colegas são fundamentais para o ingresso nesse "clube restrito", embora não sejam exclusivos. Saber, equilíbrio, prudência, credibilidade e respeitabilidade, ao lado da experiência, são atributos que credenciam um parlamentar perante os pares e abrem caminho para influenciar no processo decisório, inclusive na definição da agenda. A imprensa, igualmente, possui papel decisivo na projeção desses parlamentares.

Assim, de acordo com os critérios adotados, não basta o parlamentar ser líder partidário, presidente de comissão, relator de matéria importante, presidir partido político, estar sempre na mídia ou ter arroubos de valentia para ser classificado como "Cabeça". É preciso, além do cargo formal, que o parlamentar exerça alguma habilidade, que comprovadamente influencie o processo decisório, seja na bancada partidária, na comissão, no plenário, nas decisões de bastidores ou até mesmo em fóruns informais, como as frentes ou bancadas de interesse. Há alternância normal entre os parlamentares que aparecem apenas conjunturalmente. Esses, com

a mesma velocidade com que surgem, também desaparecem da cena política.

Os "Cabeças" ou protagonistas do Congresso Nacional, portanto, são os parlamentares que exercem real influência no processo decisório e sobre os atores nesse envolvidos. Influência aqui é definida como relação entre parlamentares na qual as preferências, desejos ou intenções de 1 ou mais parlamentares afetam a conduta ou a disposição de agir de outros. Há 2 tipos de influência: a manifesta ou explícita, mais comum, e a implícita ou de expectativa. Trata-se, neste último caso, de reação antecipada, na qual um ator "y" ajusta a conduta ao que acredita ser o desejo do ator "x", sem que este (ator x) tenha emitido qualquer mensagem explícita sobre as preferências ou intenções, direta ou indiretamente.

PARLAMENTARES EM "ASCENSÃO"

Entende-se por parlamentar em "ascensão" aquele deputado ou senador que vem recebendo missões partidárias, políticas ou institucionais e se desincumbindo bem dessas. Estão também nessa categoria os parlamentares que têm buscado abrir canais de interlocução, criando os próprios espaços e se credenciando para o exercício de lideranças formais ou informais no âmbito do Parlamento. Integram esse grupo, ainda, os deputados ou senadores que já fizeram parte dos "Cabeças", mas, por razões circunstanciais, perderam interlocução. Estão, portanto, entre os 150 mais influentes do Congresso Nacional.

Conceitos, metodologia adotada, critérios de classificação dos parlamentares, bem como a análise e perfis individuais são de inteira responsabilidade da equipe técnica do **DIAP**.

CLASSIFICAÇÃO

ara facilitar a leitura, o DIAP identificou e classificou os parlamentares em 5 categorias, de acordo com as habilidades de cada um, dando destaque à característica principal de cada operador-chave do processo legislativo. As categorias são: 1) debatedores; 2) articuladores/organizadores; 3) formuladores; 4) negociadores; e 5) formadores de opinião. Veja tabelas das páginas 14 a 16.

1) **DEBATEDORES**

São parlamentares ativos, atentos aos acontecimentos e, principalmente, com grande senso de oportunidade e capacidade de repercutir, seja no plenário, na imprensa ou nas redes sociais, os fatos políticos gerados dentro ou fora do Congresso Nacional. São, por essência, parlamentares extrovertidos, que procuram ocupar espaços e explorar os assuntos que possam ser notícia.

Conhecedores das regras regimentais que regem as sessões e o funcionamento das Casas do Congresso Nacional, exercem real influência nos debates e na definição da agenda prioritária. Com as questões de ordem, de encaminhamento, discussão de matérias em votação e obstrução do processo deliberativo dominam a cena e contribuem decisivamente na dinâmica do Congresso. São os parlamentares mais procurados pela imprensa.

2) ARTICULADORES / ORGANIZADORES

São parlamentares com excelente trânsito nas diversas correntes políticas, cuja facilidade de interpretar o pensamento da maioria o credencia a ordenar e criar as condições para o consenso. Muitos deles exercem poder invisível entre os colegas de bancada, sem aparecer na imprensa ou nos debates de plenários e comissões. Como interlocutores dos líderes de

opinião, encarregam-se de difundir e sustentar as decisões ou intenções dos formadores de opinião, formando massa de apoio à iniciativa dos dirigentes dos grupos políticos a que pertencem. Normalmente, têm livre acesso aos bastidores, ao poder institucional e alto grau de fidelidade às diretrizes partidárias ou ideológicas do grupo político que integram. Não são necessariamente eruditos, intelectuais, mas possuem capacidade política e o poder de síntese.

3) FORMULADORES

São os parlamentares que se dedicam à elaboração de textos com propostas para deliberação. Normalmente, são juristas, economistas ou pessoas que se especializaram em determinada área, a ponto de formular sobre os temas que dominam. São, certamente, os parlamentares mais produtivos, embora tenham menos visibilidade que os debatedores.

Saber, qualidade intelectual e especialização, embora não sejam exclusivos, são atributos indispensáveis aos formuladores.

O debate, a dinâmica e a agenda do Congresso são fornecidas basicamente pelos formuladores, que dão forma às ideias e interesses que circulam no Congresso Nacional. A produção legislativa, com raras exceções, é fruto do trabalho desses parlamentares. Enfim, são eles que concebem e escrevem o que o Poder Legislativo debate e delibera. Não ocupam, necessariamente, posto de líder político ou partidário.

4) NEGOCIADORES

Em geral, líderes ou vice-líderes partidários, os negociadores, são aqueles parlamentares que, investidos de autoridade para firmar e honrar compromissos, sentam-se à mesa de

negociação respaldados para tomar decisões. Os negociadores, normalmente, parlamentares experientes e respeitados pelos pares, sabedores dos limites de concessões, procuram conhecer previamente as aspirações e bases de barganha dos interlocutores para estabelecer a tática de convencimento.

São atributos indispensáveis ao bom negociador, além da credibilidade, a urbanidade no trato, o controle e o equilíbrio emocionais, a calibragem nos conteúdos, a habilidade no uso das palavras, a discrição e, sobretudo, a capacidade de transigir. É bom negociador aquele parlamentar que, sem abrir mão das convicções políticas, respeita a vontade da maioria mantendo coeso o grupo político.

5) FORMADORES DE OPINIÃO

São parlamentares que, pela respeitabili-

dade, credibilidade e prudência, são chamados a arbitrar conflitos ou conduzir negociações políticas de grande relevância. Normalmente, são deputados ou senadores experientes, com trânsito fácil entre as diversas correntes e segmentos representados no Congresso Nacional, e visão abrangente dos problemas do País, cuja opinião sobre o assunto influencia fortemente a decisão dos demais parlamentares.

Discretos na forma de agir, evitando se expor em questões menores do dia a dia do Legislativo, preferem as decisões de bastidores, onde exercem real poder. Constituem a elite do Poder Legislativo, embora não precisem, necessária e institucionalmente, estar em postos-chave, como liderança formal ou presidência de uma das Casas do Congresso. São os que se pode chamar de líderes de alta patente, respeitados e legitimados pelo grupo ou corrente política que lideram.

MAPA DOS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR ESTADO

CARGO	NOME/PARTIDO	PROFISSÃO	MANDATO	QUANTIDADE DE VEZES "CABEÇAS"	DEBATEDOR	ARTICULADOR / ORGANIZADOR	FORMULADOR	FORMADOR DE OPINIÃO	NEGOCIADOR
		ACRE							
Deputada	Perpétua Almeida - PCdoB	Professora	4º	3	Х				
		ALAGOAS							
Deputado	Arthur Lira - PP	Empresário	3°	6		X			
Deputado	Isnaldo Bulhões Jr MDB	Advogado	10	2					Х
Senador	Renan Calheiros - MDB	Produtor Rural	4°	26		X			
Seriador	Trenan Camenos - MDB	AMAPÁ							
Connector	Davi Alaaluushus 11:-:*-		40	4	1	V	ı		
Senador	Davi Alcolumbre - União	Comerciante	10	4		X			
Senador	Randolfe Rodrigues - Rede	Professor	2°	12	X				
		AMAZONAS							
Senador	Eduardo Braga - MDB	Empresário	2°	9					Х
Deputado	Marcelo Ramos - PSD	Advogado	1º	4	X				
		BAHIA							
DEPUTADO	ADOLFO VIANA - PSDB	SERVIDOR PÚBLICO	10	1		Х		1	
Deputado	Afonso Florence - PT	Professor	30	8	X				
Deputada	Alice Portugal - PCdoB	Farmacêutica Bioquímica	5°	13	X				
Deputado	Antonio Brito - PSD	Administrador	3º	2		X			
Deputado	Arthur Oliveira Maia - União	Advogado	3º	5		X			
Deputado	Cacá Leão - PP	Administrador	2º	2			Х		
Deputado	Daniel Almeida - PCdoB	Técnico Industrial	5°	14					Х
DEPUTADO	ELMAR NASCIMENTO - União	ADVOGADO	2 º	2		Х			
Senador	Jaques Wagner - PT	Técnico Industrial	10	12		X			
Senador	Otto Alencar - PSD	Médico	10	6	X				
Geriador	Otto Alchear - 1 Ob	CEARÁ						<u> </u>	
D ()	A 1 / E:		40	10	T	1	1	I	
Deputado	André Figueiredo - PDT	Advogado	40	12					Х
Senador	Cid Gomes - PDT	Engenheiro Civil	10	4	X				
Deputado	José Guimarães - PT	Advogado	4°	12		Х	\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \		
Senador	Tasso Jereissati - PSDB	Empresário	2°	16			X		
Danutada	Erika Kakay, DT	DISTRITO FEDERAL	20						
Deputada	Erika Kokay - PT	Bancária	3° 1°	8	X				
Senador	Izalci Lucas - PSDB Professor Israel Batista - PSB	Empresário	10	2	Х	X			
Deputado	Professor Israel Balista - PSB	Professor	1°						
		ESPÍRITO SANTO							
	SEN	I REPRESENTAÇÃO NA L	ISTA						
		GOIÁS							
	SEN	I REPRESENTAÇÃO NA L	ISTA						
		MARANHÃO							
DEPUTADO	ANDRÉ FUFUCA - PP	MÉDICO	20	1		Х			
	BIRA DO PINDARÉ - PSB	ADVOGADO	10	1	Х	1			
Senadora	Eliziane Gama - Cidadania	Jornalista	10	2	X	1			
Senador	Roberto Rocha - PTB	Administrador	10	4			Х		
Senador	Weverton Rocha - PDT	Administrador	10	7		Х			
		MATO GROSSO		,					
	QEM.	I REPRESENTAÇÃO NA L	ISTA						
	JLIV	NEOLITIAÇÃO NA L		-		-			

X - Principal característica de acordo com a classificação do DIAP

Parlamentares em negrito e caixa alta correspondem aos novos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022

Quando um parlamentar aparece nos "Cabeças" mais vezes do que a duração do mandato que exerce é porque já pertenceu a outra Casa do Congresso Nacional

CARGO	NOME/PARTIDO	PROFISSÃO	MANDATO	QUANTIDADE DE VEZES "CABEÇAS"	DEBATEDOR	ARTICULADOR / ORGANIZADOR	FORMULADOR	FORMADOR DE OPINIÃO	NEGOCIADOR
		MATO GROSSO DO SUL							
Deputado	Fábio Trad - PSD	Advogado	3°	6			Χ		
Senador	Nelsinho Trad - PSD	Médico	10	2			Χ		
Senadora	Simone Tebet - MDB	Advogada	1°	6			Χ		
5	la (; N BODD	MINAS GERAIS	=0	- 40					
Deputado	Aécio Neves - PSDB	Economista	5°	18		X			
SENADOR	ALEXANDRE SILVEIRA - PSD	DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL	1º	1		Х			
DEPUTADO	LAFAYETTE DE ANDRADA - Republicanos	ADVOGADO	1º	1		X			
Deputado	Lincoln Portela - PL	Radialista	6º	11		Χ			
Deputado	Paulo Abi-Ackel - PSDB	Advogado	4°	15			Χ		
DEPUTADO	REGINALDO LOPES - PT	ECONOMISTA	5º	1		Х			
Senador	Rodrigo Pacheco - PSD	Empresário	10	5		X			
DEPUTADO	ROGÉRIO CORREIA - PT	PROFESSOR	10	1	X				
		PARÁ							
Senador	Paulo Rocha - PT	Técnico em Artes Gráficas	1º	13		X			
		PARAÍBA							
Deputado	Aguinaldo Ribeiro - PP	Administrador	3°	7			Χ		
Senadora	Daniella Ribeiro - PP	Pedagoga	1º	4					Х
Deputado	Efraim Filho - União	Advogado	4°	7		Х			
Deputado	Hugo Motta - Republicanos	Médico	3°	3		Х			
Senador	Veneziano Vital do Rêgo - MDB	Advogado	10	7	Χ				
Deputado	Wellington Roberto - PL	Empresário PARANÁ	5°	4					X
Senador	Alvaro Dias - Podemos	Empresário	4º	13	Χ				
Deputado	Enio Verri - PT	Economista	2°	4		Х			
Deputada	Gleisi Hoffmann - PT	Advogada	1°	9	Χ				
Deputado	Gustavo Fruet - PDT	Advogado	4º	12			Χ		
Deputada	Luisa Canziani - PSD	Advogada	10	2		X			
Deputado	Ricardo Barros - PP	Empresário	6°	12					X
Deputado	Rubens Bueno - Cidadania	Professor	5°	14			Χ		
		PERNAMBUCO		1					
DEPUTADO	AUGUSTO COUTINHO - Republicanos	ENGENHEIRO	30	30			X		
Deputado	Danilo Cabral - PSD	Advogado	3º	4		X			
Senador	Fernando Bezerra Coelho - MDB	Administrador	1°	5					X
Deputado	Fernando Coelho Filho - União	Administrador	40	5			Х		
Senador	Humberto Costa - PT	Médico	2°	14	Х	V/			
Deputado	Luciano Bivar - União	Administrador	3º 4º	3		X			-
Deputado Deputado	Renildo Calheiros - PCdoB Silvo Costa Filho - Republicanos	Geólogo Pedagogo	4° 1°	9		X			-
Deputado	Tadeu Alencar - PSB	Procurador da Fazenda	2°	8		^	Х		
Deputado	Wolney Queiroz - PDT	Nacional Empresário	6º	4	X				
		PIAUÍ							
SENADOR	MARCELO CASTRO - MDB	MÉDICO	10	2			X		
Deputada	Margarete Coelho - PP	Advogada	10	2			X		1

X – Principal característica de acordo com a classificação do DIAP
 Parlamentares em negrito e caixa alta correspondem aos novos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022
 Quando um parlamentar aparece nos "Cabeças" mais vezes do que a duração do mandato que exerce é porque já pertenceu a outra Casa do Congresso Nacional

CARGO	NOME/PARTIDO	PROFISSÃO	MANDATO	QUANTIDADE DE VEZES "CABEÇAS"	DEBATEDOR	ARTICULADOR / ORGANIZADOR	FORMULADOR	FORMADOR DE OPINIÃO	NEGOCIADOR
Deputado	Alessandro Molon - PSB	Advogado	3°	10	X				
		EMPRESÁRIO	20	1					Х
SENADOR	CARLOS PORTINHO - PL	ADVOGADO	10	1					X
Senador	Flávio Bolsonaro - PL	Empresário	10	4	.,	Х			
Deputada	Jandira Feghali - PCdoB	Médica	7°	21	Х				
Deputado	Marcelo Freixo - PSB	Professor	10	4	X				
Deputada	Talíria Petrone - PSol	Professora	10	2	Х				
		RIO GRANDE DO NORTE							
Senador	Jean Paul Prates - PT	Economista	1º	2			Х		
		RIO GRANDE DO SUL							
Deputado	Afonso Motta - PDT	Advogado	3º	4		X			
Deputada	Fernanda Melchionna - PSol	Bibliotecária	1º	3		Х			
Senador	Paulo Paim - PT	Metalúrgico	3°	29			Χ		
Deputado	Paulo Pimenta - PT	Jornalista	5°	5	Χ				
		RONDÔNIA							
Senador	Marcos Rogério - PL	Jornalista	10	4	Х				
	,	RORAIMA	-						
	SEM	REPRESENTAÇÃO NA L	ISTA						
	<u> </u>	SANTA CATARINA	-101/1						
	SEM	REPRESENTAÇÃO NA L	ISTA						
	JEIVI		JOIA						
		SÃO PAULO				1	1		
	ALENCAR SANTANA - PT	ADVOGADO	10	1	X				
Deputado	Alexandre Padilha - PT	Médico	10	4	Х				
Deputado	Arlindo Chinaglia - PT	Médico	7°	25		X			
Deputado	Arnaldo Jardim - Cidadania	Engenheiro Civil	4°	10			Х		
Deputado	Baleia Rossi - MDB	Empresário	2°	7					Х
Deputado	Carlos Zarattini - PT	Economista	4°	11			Х		
Deputado	Eduardo Bolsonaro - PL	Escrivão da Policial Federal	2º	4	Х				
Deputado	Luiz Carlos Motta - PL	Comerciário	10	2		X			
Deputada	Luiza Erundina - PSol	Assistente Social	6°	24	Х				
Deputado	Marcos Pereira - Republicanos	Advogado	10	4		Х			
Deputado	Orlando Silva - PCdoB	Cientista Social	2°	8		X			
Deputado	Paulinho da Força - Solidariedade	Metalúrgico	4°	16		X			
Deputado	Paulo Teixeira - PT	Advogado	4°	12	Х				
DEPUTADA	SÂMIA BOMFIM - PSol	SERVIDORA PÚBLICA	10	1	X				
Deputada	Tabata Amaral - PSB	Cientista Política	10	4			X		
,	VINICIUS CARVALHO -								
DEPUTADO	Republicanos	JORNALISTA	30	1					Х
		SERGIPE							
Senador	Rogério Carvalho - PT	Professor	1º	4	Х				
		TOCANTINS							
Senador	Eduardo Gomes - PL	Empresário	1º	9					Х
Deputada	Professora Dorinha Seabra Rezende - União	Professora	30	3			Х		-
Senadora	Katia Abreu - PP	Empresária	2º	9	Х				\vdash
Senadora	Naua Avieu - FF	Empresana	۷	9	_ ^				

X – Principal característica de acordo com a classificação do DIAP
 Parlamentares em negrito e caixa alta correspondem aos novos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022
 Quando um parlamentar aparece nos "Cabeças" mais vezes do que a duração do mandato que exerce é porque já pertenceu a outra Casa do Congresso Nacional

ANÁLISE GLOBAL

DIAP, após exaustivo levantamento, mapeou os 100 parlamentares que, na opinião do órgao, constituem a elite do Congresso Nacional. Os parlamentares mais influentes foram identificados, a partir de critérios quantitativos e qualitativos, apurados segundo a metodologia convencional da ciência política, que leva em consideração aspectos posicionais ou institucionais, reputacionais e de tomada de decisão.

Pelo levantamento, conclui-se que os parlamentares que comandam o processo decisório no Congresso Nacional têm formação superior, são profissionais liberais, defendem a economia de mercado, exercem algum posto institucional no partido, na estrutura da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, têm mais de 1 mandato, são oriundos das regiões ricas ou dos estados ricos das regiões pobres, pertencem aos maiores partidos e destacam-se como articuladores e debatedores. Estas conclusões estão detalhadas nas tabelas e análises a seguir.

"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR CASA

Entre os 100 parlamentares que comandam o processo decisório no Congresso Nacional, 69 são deputados e 31 são senadores.

Enquanto a representação dos senadores na composição do Congresso Nacional é de 13,64%, entre os "Cabeças" do Congresso 2022, eles participam com 31%. A Câmara dos Deputados, com 86,36% da composição do Poder Legislativo, participa da elite com 69%.

A explicação para a expressiva participação dos senadores entre os que influenciam decisões no Congresso está relacionada com a experiência. Entre os senadores, são poucos os que não foram governadores, ministros, prefeitos, deputados

ou já exerceram algum cargo na vida pública. A própria exigência de idade mínima de 35 anos para disputar vaga ao Senado concorre para a tese da experiência. Além disto, muitos têm origem empresarial, representam interesses econômicos ou profissionais, foram ou são líderes regionais ou partidários, e os poucos que não seguem esse padrão foram eleitos pela influência nas redes sociais, com discurso moralista forte, em defesa da família e de combate à corrupção.

"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR PARTIDO

O número de partidos com representação no Congresso Nacional chega a 23. Desses, 8 — Avante, Novo, Patriota, Pros, PSC, PTC, PTB e PV — não possuem representantes na elite parlamentar.

Quanto à representatividade, incluindo deputados e senadores, o partido com menor presença entre os "Cabeças" do Congresso Nacional tem 1 parlamentar, e o partido com maior participação tem 19 parlamentares.

O PT, que esteve no poder por mais de 13 anos, de 2003 a 2016, e elegeu a maior bancada na Câmara dos Deputados em 2018, continua sendo a agremiação com o maior número de parlamentares influentes nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

O PL, que em 2021 ocupava a 7ª posição nos "Cabeças" do Congresso Nacional, em 2022 passou a ser a 2ª maior representação da elite do Parlamento com 9 "Cabeças" do Congresso Nacional, empatado com o PSD que também tem 9 representantes na elite do Parlamento. Essa mudança se deu após o fim da janela partidária, que permitiu a troca de partido pelos deputados sem que ocorresse perda do mandato.

Na 3ª posição está o MDB com 8 representantes. O MDB, que esteve à frente do governo federal de 2016 a 2019, tem como um dos "Cabeças" do Congresso, o presidente nacional do partido, deputado Baleia Rossi (SP).

O PP, que ocupava a 2ª posição na elite em 2021, passou a ocupar a 4ª maior representação dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022. Está empatado com o União e o PSB com 7 representantes cada na elite.

Novidade nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022 é o União, partido que surgiu da fusão do DEM com o PSL, partido que elegeu o presidente da República em 2018. O União está na 4ª posição, empatado, com 7 parlamentares, com PP e PSB.

Empatados, em 5º lugar em número de representantes nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022, estão PDT, o PCdoB e o Republicanos. O PDT, histórico em defesa do trabalhismo, tem sob seu comando a presidência da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. O PCdoB preside a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. E o Republicanos, partido que tem a 6ª maior bancada da Câmara dos Deputados, completa a lista dos partidos em 5ª posição nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022, com 6 deputados.

O PSDB, partido que comandou o Poder Executivo de 1995 a 2003, tem como um dos parlamentares influents, o deputado Aécio Neves (MG) e ocupa a 6ª posição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

O PSol, que historicamente fez oposição ao governo federal, ocupa a 7^a posição nos

"Cabeças" do Congresso Nacional 2022, com 4 parlamentares.

O único partido independente, o Cidadania, representa 3% da elite parlamentar, ocupando a 8ª posição nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

Em razão de empate entre os partidos na quantidade de parlamentares nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022, quatro partidos ocupam a 4ª posição, PTB, SOLIDARIEDADE, PODEMOS e REDE, com 1 parlamentar cada.

Os partidos que dão apoio à agenda neoliberal e fiscal do governo Jair Bolsonaro — PP, União, MDB, PSDB, PSD, PL, Republicanos, Novo, PTB, Solidariedade E Patriota —, entre outros, reúnem 53% da elite do Congresso Nacional.

Entre esses, o PL e o PSD têm o maior número de representantes nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022, com 9 parlamentares cada. O MDB vem na sequência com 8 parlamentares "Cabeças". Em seguida, empatados com 7 parlamentares cada, estão o PP e o União. O PSDB tem 5 nomes nesta edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022. O Republicanos conta com 6 "Cabeças" do Congresso Nacional 2022. E, empatados com 1 parlamentar cada, estão 2 partidos: PTB e Solidariedade.

A oposição ao governo conta com 43% da elite e é liderada pelo PT, com 19 parlamentares e do PSB, com 7 parlamentares. Acompanhados do PDT e do PCdoB, empatados com 6 parlamentares cada, e do PSol, com 4 parlamentares. O Rede tem 1 senador entre os mais influentes, o líder da oposição, senador Randolfe Rodrigues (AP).

"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR PARTIDO

PARTIDO	DEPUTADOS	SENADORES	TOTAL	POSIÇÃO
PT	13	6	19	1°
PL	5	4	9	2°
PSD	4	5	9	2"
MDB	2	6	8	3°
PP	6	1	7	
União	6	1	7	4°
PSB	7	0	7	
PDT	4	2	6	
PCdoB	6	0	6	5°
Republicanos	6	0	6	

PARTIDO	DEPUTADOS	SENADORES	TOTAL	POSIÇÃO
PSDB	3	2	5	6°
PSoI	4	0	4	7°
Cidadania	2	1	3	8°
PTB	0	1	1	
Solidariedade	1	0	1	90
Podemos	0	1	1	
Rede	0	1	1	
TOTAL	69	31		100

DISTRIBUIÇÃO DOS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR BANCADA PARTIDÁRIA

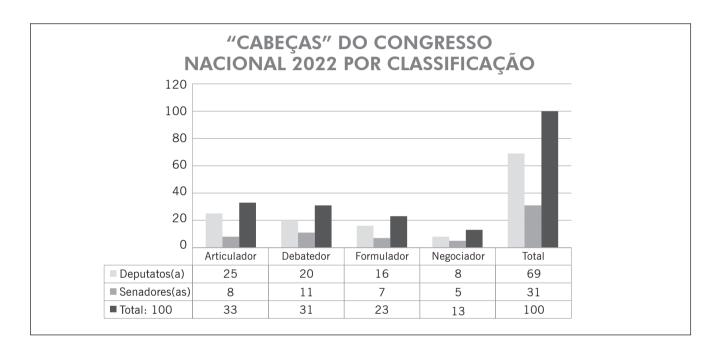
PARTIDO	DEPUTADOS FEDERAIS "CABEÇAS" 2022	BANCADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	% DA BANCADA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NOS "CABEÇAS" 2022	SENADORES "CABEÇAS" 2022	BANCADA NO SENADO FEDERAL	% DA BANCADA DO SENADO NOS "CABEÇAS" 2022	TOTAL POR PARTIDO NOS "CABEÇAS" 2022	BANCADA NO CONGRESSO NACIONAL	% DA BANCADA DO CONGRESSO NACIONAL NOS "CABEÇAS" 2022	POSIÇÃO DA BANCADA NO CONGRESSO NACIONAL
PT	13	57	22,81	6	7	85,71	19	64	29,69	2°
PL	5	77	6,49	4	9	44,44	9	86	10,47	1°
PSD	4	47	8,51	5	12	41,67	9	59	15,25	5°
MDB	2	37	5,41	6	12	50,00	8	49	16,33	7°
PP	6	55	10,91	1	7	14,29	7	62	11,29	3°
União	6	54	11,11	1	7	14,29	7	61	11,48	4°
PSB	7	23	30,43	0	1	0,00	7	24	29,17	8°
PDT	4	19	21,05	2	4	50,00	6	23	26,09	10°
PCdoB	6	8	75,00	0	0	0,00	6	8	75,00	15°
Republicanos	6	43	13,95	0	1	0,00	6	44	13,64	6°
PSDB	3	22	13,64	2	6	33,33	5	28	17,86	9º
PSol	4	8	50,00	0	0	0,00	4	8	50,00	13°
Cidadania	2	6	33,33	1	0	0,00	3	6	50,00	18°
PTB	0	3	0,00	1	2	0,00	1	5	20,00	22°
Solidariedade	1	7	14,29	0	0	0,00	1	7	14,29	16°
Podemos	0	8	0,00	1	8	12,50	1	16	6,25	12°
Rede	0	2	0,00	1	2	50,00	1	4	25,00	23°
Novo	0	8	0,00	0	0	0,00	0	8	0,00	14°
PV	0	4	0,00	0	0	0,00	0	4	0,00	21°
Patriota	0	5	0,00	0	0	0,00	0	5	0,00	19°
Avante	0	6	0,00	0	0	0,00	0	6	0,00	17°
Pros	0	4	0,00	0	2	0,00	0	6	0,00	20°
PSC	0	10	0,00	0	1	0,00	0	11	0,00	11°
TOTAL	69	513		31	81		100	594		

POR CLASSIFICAÇÃO

Os critérios para classificação das características dos parlamentares na atividade legislativa não são excludentes, como foi afirmado na apresentação deste trabalho. Assim, determinado parlamentar pode possuir mais de uma habilidade, embora o **DIAP** tenha destacado a principal.

Deste modo, a tabela a seguir agrupa apenas a característica mais visível ou marcante dos parlamentares. Os maiores grupos, segundo esta classificação, são os articuladores/organizadores com 33 parlamentares, seguido dos debatedores, com 31. Os formuladores são 23 e os negociadores são 13, que investidos de autoridade para firmar e honrar compromissos, sentam-se à mesa respaldados para tomar decisões.

Para identificar outras características dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022, é necessário consultar os perfis individuais, a partir da página 34.



"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR ESTADO/ REGIÃO

Há vários anos, o **DIAP** acompanha a distribuição regional dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Durante todo esse período constatou tendência da prevalência de representantes nas regiões ricas, urbanizadas e industrializadas, com concentração maior nas regiões Sudeste e Sul do País, na elite do Poder Legislativo, em relação às regiões carentes ou menos desenvolvidas. Essa tendência, no entanto, pela terceira vez consecutiva não se manteve, apesar de a região Sudeste, sozinha, representar 31% da elite parlamentar.

De acordo com a tabela na página 21, a região Nordeste é a que mais tem representantes nesta edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional (42), sendo 27 deputados e 15 senadores. Sozinha, a região tem a maior quantidade de senadores (15), ou mais de 46% de toda a representação do Senado na elite.

Em segundo, está a região Sudeste com 31 parlamentares, seguida pelas regiões Sul, com 11, da Norte, com 10, e, por último, a região Centro-Oeste, com 6 nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

A região Nordeste, com 42 integrantes, tem 10 parlamentares dos estados de Pernambuco e

da Bahia, cada 1. A Paraíba tem 6 influentes. O estado do Maranhão tem 5 entre os mais influentes. Ceará tem 4 entre os mais influentes. O estado de Alagoas tem 3 na elite. Com 2 parlamentares nos "Cabeças" do Congresso está o estado do Piauí. E, com 1, estão os estados do Rio Grande do Norte e de Sergipe. O estado do Maranhão é o único no País com todos os 3 senadores nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

Na região Sudeste, com 31 parlamentares influentes, só o estado de São Paulo tem 16. O estado Minas Gerais tem 8, enquanto o estado do Rio de Janeiro possui 7 influentes. O estado do Espírito Santo não tem representante nesta edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

A região Sul está representada por 11 congressistas nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022, sendo 2 senadores e 9 deputados. O estado do Paraná possui 7, seguido do Rio Grande do Sul com 4 no seleto grupo dos mais influentes. Destaque no Rio Grande do Sul para o fato de o senador Paulo Paim (PT) compor todas as 29 edições dos "Cabeças" do Congresso Nacional. O estado de Santa Catarina não tem representantes na elite do Parlamento nesta edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

A região Norte está representada por 10 congressistas na elite do Parlamento, sendo 7 senadores e apenas 3 deputados. O estado do

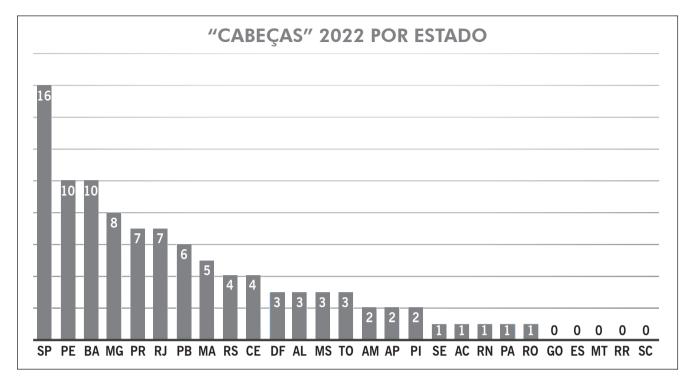
Tocantins tem 3 parlamentares nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022. Os estados do Amazonas e do Amapá estão empatados com 2 parlamentares cada. O mesmo empate ocorre com os estados do Acre e de Rondônia, ambos com 1 parlamentar cada nos "Cabeças" 2022. Os 3 deputados federais da região Norte nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022 são dos estados do Acre, do Amazonas e de Tocantins. O estado de Roraima não tem representante na edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

Por último, a região Centro-Oeste está representada na elite do Congresso por 6 parlamentares. O Distrito Federal tem 3 entre os mais influentes, mesma quantidade que possui o estado do Mato Grosso do Sul. Os estados de Goiás e Mato Grosso não possuem representantes nesta edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

Na edição 2022 dos "Cabeças" do Congresso Nacional, 5 estados de 4 regiões do País não possuem representantes na elite. São os estados do Espírito Santo, na região Sudeste; Santa Catarina, na Região Sul; Roraima, na Região Norte; e Goiás e Mato Grosso, na região Centro-Oeste. A região Nordeste é a única do Brasil na qual todas os estados possuem representantes nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022. Destaca-se na região Nordeste, o estado do Maranhão por ter todos os 3 senadores nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

								~
"CARFCAS"	DO	CONGRESSO	NACIONAL	2022	POR	FSTADO	/	REGIAO
CAPL QAS		COLICITED	ITACIOITAL			LJIADO	/	KLUIAU

											1																	
	REGIÃO				NO	RDE	STE				5	SUDI	ESTI	Ξ		SUL				N	ORT	Έ			CEN	ENTRO-OESTE		
Parl	amentar / UF	AL	ВА	CE	MA	РВ	PE	PI	RN	SE	ES	MG	RJ	SP	PR	RS	sc	AC	AP	АМ	PA	RO	RR	то	DF	GO	МТ	MS
Dep	utados/as: 69	2	8	2	2	4	8	1	0	0	0	6	5	16	6	3	0	1	0	1	0	0	0	1	2	0	0	1
Sen	adores/as: 31	1	2	2	3	2	2	1	1	1	0	2	2	0	1	1	0	0	2	1	1	1	0	2	1	0	0	2
	Deputados/as					27						2	7			9					3						3	
Total	Senadores/as					15							1			2					7						3	
Ī	Região					42						3	1			11					10						6	
	Geral													10	00													



"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR PROFISSÃO

As profissões liberais predominam na elite do Congresso Nacional. Entre os 100 parlamentares mais influentes, pelo menos 53% estão vinculados às profissões liberais. No universo profissional, os advogados lideram com 24 nomes, seguidos de médicos, com 9, administradores, com 8, jornalistas, com 4, economistas, com 5 representantes cada, e engenheiros, com 3.

Nesta 4ª sessão legislativa, os empresários estão bem representados na elite do Congresso. Formalmente, são 14 parlamentares empresários entre os 100 mais influentes. Trata-se de quantidade considerável diante da redução da bancada empresarial no Congresso nesta legislatura, que conta com 242 congressistas. Na eleição de 2010, o número de empresários eleitos foi 273. Em 2014, foram eleitos 221 empresários. O Congresso é formado de 594 cadeiras, sendo 513 na Câmara, e 81 no Senado.

A quantidade de 16 empresários é maior que os 14 apresentados na tabela porque foram considerados como empresários, para efeito deste trabalho, o produtor rural e o comerciante. É claro que existem outros parlamentares que também possuem negócios lucrativos e vivem da renda des-

ses negócios, mas preferem ser reconhecidos pela formação de nível superior ou profissão liberal.

A presença de trabalhadores cresceu no seleto grupo da elite do Parlamento, depois da manutenção e até mesmo a perda de representantes em edições anteriores dos "Cabeças" do Congresso Nacional. São 20 trabalhadores nesta edição. Foram 24 parlamentares em 2021, enquanto em 2020 (20), em 2019 (12), em 2018 (6), mesma quantidade de 2017. Em 2015 (8), em 2010 (5), em 2006 (3).

São classificados como trabalhadores quem exerce trabalho ou atividade profissional e sobrevive dessa, como professor, pedagogo, bancário, metalúrgico, servidor público, bibliotecária, assistente social, técnico industrial, técnico em artes gráficas, geólogo, comerciário, entre outros.

Do ponto de vista filosófico, pelo menos entre os parlamentares mais influentes, há também muita coerência. O MDB, por exemplo, mais vinculado à iniciativa privada, tem 3 empresários, sendo 1 deles produtor rural. O PT, que tem origem sindical, e representa trabalhadores e assalariados, possui 3 professores e 1 bancário, entre outros. Como se vê, há coincidência ou coerência entre os postulados do partido e as profissões desses integrantes da legenda.

"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR PROFISSÃO

	Ad	vogado	Em	presário	Pro	ofessor	IV	lédico		inistrador impresas	Ecor	nomista	Jorn	nalista	Eng	enheiro
Profissão / Partido		24		14		10		9		8		5		4		3
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
PT (19)	4	16,67	0	0,00	3	30,00	3	37,50	0	0,00	4	80,00	1	25	0	0,00
PL (9)	1	4,17	4	26,67	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	25	0	0,00
PSD (9)	3	12,50	1	6,67	0	0,00	2	25,00	1	12,50	0	0,00	0	0	0	0,00
MDB (8)	3	12,50	2	13,33	0	0,00	1	12,50	1	12,50	0	0,00	0	0	0	0,00
PP (7)	1	4,17	3	20,00	0	0,00	1	12,50	2	25,00	0	0,00	0	0	0	0,00
União (7)	3	12,50	0	0,00	1	10,00	0	0,00	2	25,00	0	0,00	0	0	0	0,00
PSB (7)	3	12,50	0	0,00	2	20,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
PDT (6)	3	12,50	1	6,67	0	0,00	0	0,00	1	12,50	0	0,00	0	0	1	33,33
PCdoB (6)	0	0,00	0	0,00	1	10,00	1	12,50	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
Republicanos (6)	2	8,33	0	0,00	0	0,00	1	12,50	0	0,00	0	0,00	1	25	1	33,33
PSDB (5)	1	4,17	2	13,33	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	20,00	0	0	0	0,00
PSol (4)	0	0,00	0	0,00	1	10,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
Cidadania (3)	0	0,00	0	0,00	1	10,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	25	1	33,33
PTB (1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	12,50	0	0,00	0	0	0	0,00
Solidariedade (1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
Podemos (1)	0	0,00	1	6,67	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00
Rede (1)	0	0,00	0	0,00	1	10,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0	0,00

	Me	talúrgico		cnico Iustrial	Servid	or Público	Ped	agoga	Ва	ıncário		nico em Gráficas	Prod	utor Rural
Profissão / Partido		2		2		2		2		1		1		1
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
PT (19)	1	50,00	1	50,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	100,00	0	0,00
PSD (9)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MDB (8)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	100,00
PSDB (5)	0	0,00	0	0,00	1	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PCdoB (6)	0	0,00	1	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Republicanos (6)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PSol (4)	0	0,00	0	0,00	1	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Solidariedade (1)	1	50,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

	Geo	ólogo	Assist Soc		Cienti Soci			legado Iícia Civil	Bibli	otecária	
Profissão Partido		1	1		1			1	1		
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	
PSD (9)	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0	
PCdoB (6)	1	100	0	0	1	100	0	0	0	0	
PSol (4)	0	0	1	100	0	0	0	0	1	100	

		T	Come	rciário	Farmad Bioqu		da Fa	urador izenda ional	Comer	ciante	Escrivá Polícia F		Radialista				
Profissão Partido	1	1		1	1	l		1	1		1		1	l			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	F %		%			
PL (9)	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	1	100	1	100			
União (7)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0			
PSB (7)	1	100	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0			
PCdoB (6)	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0			

"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR ESPECIALIZAÇÃO (OPERADORES TEMÁTICOS)

Os parlamentares em negrito e caixa alta são os novos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

Apesar de eminentemente político, o trabalho parlamentar obedece ao princípio da divisão e especialização, com valorização das habilidades regimentais, acadêmicas ou profissionais dos deputados e senadores. Os parlamentares com domínio sobre determinados temas, além de se constituírem em fontes de consulta dos colegas e serem muito requisitados pela imprensa, são chamados com frequência para coordenar negociações, relatar matérias, encaminhar votações em plenários.

Entre os "Cabeças" de 2022, identificamos os parlamentares que são referência nos seguintes temas: Economia e Desenvolvimento Regional; Tributos e Finanças; Orçamento; Infraestrutura (especialmente Energia e Petróleo, Ciência, Tecnologia e Comunicação); Empreendedorismo; Educação, Saúde e Assistência Social; Amazônia e Meio Ambiente; Justiça, Direito e Cidadania, Segurança Pública, Direitos Humanos e Minorias.

A seguir, a identificação dos operadores temáticos da elite do Congresso.

Economia e Desenvolvimento Regional: deputados Hugo Motta (Republicanos-PB), José Guimarães (PT-CE) e Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), e os senadores Cid Gomes (PDT-CE), Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), Otto Alencar (PSD-BA), e Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Infraestrutura: deputados André Figueiredo (PDT-CE), Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), Carlos Zarattini (PT-SP), Fernando Coelho Filho (União-PE) e os senadores Eduardo Braga (MDB-AM), Eduardo Gomes (PL-TO) e Jean Paul Prates (PT-RN).

Empreendedorismo: deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

Orçamento: deputados Cacá Leão (PP-BA), Ricardo Barros (PP-PR) e Wellington Roberto (PL-PB).

Tributos e Finanças: deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Baleia Rossi (MDB-SP), Enio Verri (PT-PR), Tadeu Alencar (PSB-PE) e os senadores Roberto Rocha (PTB-MA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Ciência, Tecnologia e Comunicação: deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) e os senadores Otto Alencar (PSD-BA), Daniella Ribeiro (PP-PB) e Izalci Lucas (PSDB-DF).

Agricultura, Questões Fundiárias e Agrárias: deputados Afonso Motta (PDT-RS), Arthur Lira (PP-AL), Arthur Oliveira Maia (União-BA) e a senadora Katia Abreu (PP-TO).

Educação: deputados Alice Portugal (PCdoB-BA), Luisa Canziani (PSD-PR), Professor Israel Batista (PSB-DF), Professora Dorinha Seabra Rezende (União-TO), Tabata Amaral (PSB-SP), e os senadores Cid Gomes (PDT-CE) e Izalci Lucas (PSDB-DF).

Trabalho e Sindical: deputados Alice Portugal (PCdoB-BA), Daniel Almeida (PCdoB-BA), Luiz Carlos Motta (PL-SP), Orlando Silva (PCdoB-SP), Paulinho da Força (Solidariedade-SP) e os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Paulo Rocha (PT-PA).

Direitos Humanos e Minorias: Erika Kokay (PT-DF), Fernanda Melchionna (PSol-RS), Luiza Erundina (PSol-SP), Marcelo Freixo (PSB-RJ), Talíria Petrone (PSol-RJ) e os senadores Eliziane Gama (Cidadania-MA), Weverton Rocha (PDT-MA) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Previdência, Seguridade, Assistência Social e Saúde: deputados Alexandre Padilha (PT-SP), Alice Portugal (PCdoB-BA), Arlindo Chinaglia (PT-SP), Baleia Rossi (MDB-SP), Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e os senadores Humberto Costa (PT-PE), Nelsinho Trad (PSD-MS) e Rogério Carvalho (PT-SE).

Justiça, Direito e Cidadania: deputados Alessandro Molon (PSB-RJ), Efraim Filho (União-PB), Fábio Trad (PSD-MS), Gustavo Fruet (PDT-PR), Margarete Coelho (PP-PI), Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) e os senadores Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Simone Tebet (MDB-MS) e Renan Calheiros (MDB-AL).

Amazônia e Meio Ambiente: deputados Marcelo Freixo (PSB-RJ), Marcelo Ramos (PSD-AM), Paulo Teixeira (PT-SP) e Perpétua Almeida (PCdoB-AC).

Segurança Pública: deputado Lincoln Portela (PL-MG).

"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR NÚMERO DE MANDATOS

A experiência é requisito importante para ingresso no restrito grupo de parlamentares que lideram a tomada de decisão no Congresso Nacional.

Dos 100 parlamentares identificados, 43

são de 1º mandato, e destes, 23 são senadores em 1º mandato, sendo que 8 deles estão na segunda etapa das 2 legislaturas que formam o mandato de senador. Assim, são efetivamente novos os 15 senadores que estão no exercício da primeira legislatura do mandato. Os outros 8 senadores ou são debutantes entre os parlamentares mais influentes do Congresso Nacional ou retornam à lista após terem participado de edições anteriores dos "Cabeças" do Congresso Nacional.

Os 15 senadores de 1º mandato no exercício da primeira legislatura que integram os "Cabeças" do Congresso Nacional 2022 são: CARLOS PORTINHO (PL-RJ), que estreia nos "Cabeças", Cid Gomes (PDT-CE), Daniella Ribeiro (PSD-PB), Eduardo Gomes (PL-TO), Eliziane Gama (Cidadania-MA), Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Izalci Lucas (PSDB-DF), Jaques Wagner (PT-BA), MARCELO CASTRO (MDB-PI), que volta a compor os "Cabeças" do Congresso Nacional, Marcos Rogério (PL-RO), Nelsinho Trad (PSD-MS), Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Rogério Carvalho (PT-SE), Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) e Weverton (PDT-MA).

A relação de senadores em 1º mandato na elite do Parlamento em 2022 fica completa com os 8 senadores que estão na segunda legislatura, que passaram a compor o seleto grupo ou que já compuseram edições anteriores dos "Cabeças" do Congresso Nacional: **ALEXANDRE SILVEIRA (PSD-MG)**, Davi Alcolumbre (União-AP), Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), Jean Paul Prates (PT-RN), Otto Alencar (PSD-BA), Paulo Rocha (PT-PA), Roberto Rocha (PTB-MA) e Simone Tebet (MDB-MS).

A lista de parlamentares em 1º mandato fica completa com 20 deputados federais da atual legislatura, sendo 6 deles debutantes nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022: ADOLFO VIANA (PSDB-BA), ALENCAR SANTANA (PTSP), BIRA DO PINDARÉ (PSB-MA), LAFAYETTE DE ANDRADA (Republicanos-MG), ROGÉRIO CORREIA (PT-MG) e SÂMIA BOMFIM (PSolSP). Os demais deputados são: Alexandre Padilha

(PT-SP), Fernanda Melchionna (PSol-RS), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Isnaldo Bulhões JR (MDB-AL), Luisa Canziani (PSD-PR), Luiz Carlos Motta (PL-SP), Marcelo Freixo (PSB-RJ), Marcelo Ramos (PSD-RJ), Marcos Pereira (Republicanos-SP), Margarete Coelho (PP-PI), Professor Israel Batista (PSB-DF), Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), Tabata Amaral (PSB-SP) e Talíria Petrone (PSol-RJ).

No exercício do 2º mandato, identificamos 14 parlamentares, sendo 9 deputados e 5 senadores. Dos 5 senadores, 2 estão no exercício da 2ª legislatura do 2º mandato, logo, os outros 3 estão na 1ª legislatura do 2º mandato. Assim sendo, se somarmos os 14 parlamentares em 2º mandato com os 2 senadores que estão na 2ª legislatura do mandato — Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Kátia Abreu (PP-TO) —, concluiremos que efetivamente existem 16 parlamentares na 2ª legislatura, quantidade maior que a apontada na tabela abaixo.

Com 3 mandatos, encontramos 16 congressistas, sendo 15 deputados e o senador Paulo Paim (PT-RS), que é o único parlamentar a estar presente em todas as 29 edições dos "Cabeças" do Congresso Nacional.

No 4º mandato, são 12 deputados e os senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Alvaro Dias (Podemos-PR). No 5º mandato, há 7 deputados. No 6º mandato são 4 deputados. E, no 7º mandato, há 2 deputados entre os "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

A regra, como se observa, é que o parlamentar está realmente maduro para influenciar a tomada de decisão no Congresso Nacional a partir do segundo mandato. Estrear entre os mais influentes é motivo de mérito. Poucos, sao os que conseguem, no início da legislatura, destaque no exercício do mandato. São parlamentares com muito talento e capacidade, que chegam ao Legislativo federal com desenvoltura de veterano.

		ÇAS" DO						
Mandato	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	Total
Deputados/as	20	9	15	12	7	4	2	69
Senadores/as	23	5	1	2	0	0	0	31
Total	43	14	16	14	7	4	2	100

"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR CRITÉRIO DE INFLUÊNCIA DETERMINANTE

Dos 3 critérios adotados para identificar os parlamentares mais influentes — institucional, reputacional e decisional — o primeiro é determinante, inclusive para a valorização dos outros 2. Para se ter ideia da importância do cargo ou posto institucional na projeção de parlamentar, bastar dizer que dos 100 deputados e

senadores influentes, 92 exercem algum cargo formal ou informal na estrutura das Casas ou na direção partidária. Destes, 60 são líderes ou vice-líderes de partido, 16 são presidentes ou vices de comissões, membros das mesas diretoras da Câmara e do Senado Federal, 14 são ex-presidentes da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou de comissão permanente, ex-líder ou ex-vice-líder e 2 são presidentes ou vice-presidentes de partidos, sendo 1 deles ex-presidente de central sindical.

OCUPAÇÃO INSTITUCIONAL NO PARLAMENTO EM 2022	
Líder ou vice-líder de partido	60
Presidente ou vice-presidente de comissão, membros da Mesa Diretora da Câmara ou do Senado	16
Ex-presidente de Mesa Diretora da Câmara, do Senado ou de comissão, ex-líder ou ex-vice-líder	14
Presidente ou vice-presidente de partido político	2

"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR GÊNERO

A presença de deputadas e senadoras entre os "Cabeças" do Congresso Nacional, em termos proporcionais, é pequena em relação ao total de mulheres no Parlamento. Das 87 deputadas e 13 senadoras da 56ª Legislatura, apenas 13 deputadas e 4 senadoras integram o grupo dos "Cabeças".

As 13 deputadas "Cabeças" do Congresso Nacional em 2022 representam 14,94% da bancada feminina da Casa. E as 4 senadoras "Cabeças" 2022 representam pouco mais de 30% da bancada feminina do Senado.

Considerando a composição da Câmara dos Deputados, as 13 deputadas "Cabeças" do Congresso Nacional 2022 representam 2,53% da Casa. Em relação à composição do Senado Federal, as 4 senadoras "Cabeças" do Congresso Nacional 2022 representam 4,94%. Em relação aos 594 legisladores federais, as 17 parlamentares "Cabeças" do Congresso Nacional 2022 representam apenas 2,86% do conjunto do Parlamento.

As 17 mulheres do seleto grupo de "Cabeças" do Congresso Nacional 2022 representam 17% da elite do Parlamento. São as 13 deputadas federais: Alice Portugal (PCdoB-BA), Erika Kokay (PT-DF), Fernanda Melchionna (PSol-RS), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Luisa Canziani (PSD-PR), Luiza Erundina (PSol-SP), Margarete Coelho (PP-PI), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Professora Dorinha Seabra Rezende (União-TO), SÂMIA BOMFIM (PSol-SP), que estreia nos "Cabeças" 2022, Tabata Amaral (PSB-SP) e Talíria Petrone (PSol-RJ). Completam o grupo, as 4 senadoras: Daniella Ribeiro (PSD-PB), Eliziane Gama (Cidadania-MA), Kátia Abreu (PP-TO) e Simone Tebet (MDB-MS).

Acrescentando-se, neste seleto grupo, as 5 parlamentares que estão em "ascensão" em 2022, a presença feminina seria de 22, porém num universo de 150 nomes, sendo 100 "Cabeças" e 50 em "ascensão" em 2022.

Estão em "ascensão" nesta edição, podendo figurar nas próximas edições, as deputadas: Bia Kicis (PL-DF), Celina Leão (PP-DF), Lídice da Mata (PSB-BA), Maria do Rosário (PT-RS) e a senadora Zenaide Maia (Pros-RN).

MULHERES "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022

MANDATO	PARLAMENTAR	CARGO INSTITUCIONAL
Deputada	Alice Portugal (PCdoB-BA)	Vice-líder do PCdoB, ex-presidente da Comissão de Cultura, 2ª vice-presidente da Comissão de Educação

MANDATO	PARLAMENTAR	CARGO INSTITUCIONAL
Senadora	Daniella Ribeiro (PSD-PB)	Presidente do Conselho da Comenda Dora de Gouvêa Nowill
Senadora	Eliziane Gama (Cidadania-MA)	3ª suplente da Mesa Diretora do Senado
Deputada	Erika Kokay (PT-DF)	Vice-líder do PT, 2ª vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias
Deputada	Fernanda Melchionna (PSol-RS)	Vice-líder do PSol, coordenadora da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura
Deputada	Gleisi Hoffmann (PT-PR)	Presidente nacional do PT, vice-líder do PT
Deputada	Jandira Feghali (PCdoB-RJ)	Vice-líder da Minoria
Senadora	Kátia Abreu (PP-TO)	Vice-líder da Maioria no Senado Federal
Deputada	Luisa Canziani (PSD-PR)	Líder do PSD
Deputada	Luiza Erundina (PSol-SP)	2ª vice-presidente da CLP
Deputada	Margarete Coelho (PP-PI)	Vice-líder do PP
Deputada	Perpétua Almeida (PCdoB-AC)	Vice-líder da Oposição
Deputada	Professora Dorinha Seabra Rezende (União-TO)	Vice-líder do União
DEPUTADA	SÂMIA BOMFIM (PSol-SP)*	Líder do PSol, 3ª vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias
Senadora	Simone Tebet (MDB-MS)	Líder da bancada feminina, ex-presidente da CCJ
Deputada	Tabata Amaral (PSB-SP)	Secretária da Mulher, relatora da PEC 24/19, que dispõe sobre as despesas das instituições federais de ensino
Deputada	Talíria Petrone (PSol-RJ)	Líder do PSol

^{*} A nova deputado grafada em negrito e caixa alta estreia nos "Cabeças" 2022

MULHERES EM "ASCENÇÃO" NOS CABEÇAS DO CONGRESSO NACIONAL 2022

MANDATO	PARLAMENTAR	CARGO INSTITUCIONAL
Deputada	Bia Kicis (PL-DF)	Vice-líder do PL
Deputada	Celina Leão (PP-DF)	Vice-líder do PP
Deputada	Lídice da Mata (PSB-BA)	Vice-líder do PSB
Deputada	Maria do Rosário (PT-RS)	Vice líder do PT
Senadora	Zenaide Maia (Pros-RN)	Vice-líder do Pros

NovoS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR CASA DO PARLAMENTO

Por Casa do Congresso Nacional, a 4ª sessão legislativa da 56ª legislatura apresenta 15 parlamentares como novos operadores-chave do processo legislativo. São considerados novos, todos aqueles que não estavam na edição anterior. Assim, são 12 deputados e 3 senadores que entraram para o seleto grupo dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

O Republicanos, partido da base de sustentação do governo Bolsonaro e o PT, partido de oposição, estão empatados com 3 parlamentares cada que entraram para o seleto grupo dos "Cabeças".

O PL, partido da base, tem 1 novo "Cabeças" do Congresso Nacional 2022. O mesmo ocorre com os seguintes partidos: PSDB, PSD, PP, MDB e o União, fusão do DEM com PSL.

Na oposição, são 5 novos parlamentares na elite do Parlamento. O PT destaca-se com 3, seguido do PSB e do PSoI, com 1 novo representante cada. Todos passaram a compor o seleto grupo dos "Cabeças".

Os novos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022, em relação ao número de mandatos revela que há 9 parlamentares no 1º mandato, em 2º são 3, em 3º são 2 parlamentares. A relação fica completa com o líder do PT na Câmara, deputado **REGINALDO LOPES (MG)**, que está no 5º mandato.

DEPUTADOS FEDERAIS NovoS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022

DEPUTADO (A)	CARGO INSTITUCIONAL
ADOLFO VIANA (PSDB-BA)	LÍDER DO PSDB
ALENCAR SANTANA (PT-SP)	LÍDER DA MINORIA
ALTINEU CORTÊS (PL-RJ)	LÍDER DO PL
ANDRÉ FUFUCA (PP-MA)	LÍDER DO PP
AUGUSTO COUTINHO (Republicanos-PE)	2º VICE-PRESIDENTE DE COMISSÃO ESPECIAL DA PEC 125/2011, QUE VEDA ELEIÇÕES PRÓXIMAS A FERIADO
BIRA DO PINDARÉ (PSB-MA)	LÍDER DO PSB
ELMAR NASCIMENTO (União-BA)	LÍDER DO União
LAFAYETTE DE ANDRADA (Republicanos-MG)	VICE-LÍDER DO Republicanos
REGINALDO LOPES (PT-MG)	LÍDER DO PT
ROGÉRIO CORREIA (PT-MG)	VICE-LÍDER DO PT
SÂMIA BOMFIM (PSoI-SP)	LÍDER DO PSol
VINICIUS CARVALHO (Republicanos-SP)	LÍDER DO Republicanos

SENADORES NovoS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022

SENADOR	CARGO INSTITUCIONAL
ALEXANDRE SILVEIRA (PSD-MG)	ASSUMIU O MANDATO APÓS O TITULAR, SENADOR ANTONIO ANASTASIA, SE TORNAR MINISTRO DO TCU
CARLOS PORTINHO (PL-RJ)	LÍDER DO PL
MARCELO CASTRO (MDB-PI)	VICE-LÍDER DO MDB

DA "ASCENSÃO" 2021 À ELITE DO CONGRESSO 2022

Nesta 29ª edição dos "Cabeças", 4 parlamentares em "ascensão" em 2021 entraram para o grupo dos mais influentes do Parlamento. Todos são deputados que ingressaram na seleta lista dos "Cabeças". Esses parlamentares, que já compunham a lista dos 150 mais influentes do Parlamento, mantiveram a trajetória ascendente de atuação e passaram agora para o grupo dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022. Todos são líderes dos respectivos partidos na Câmara: ANDRÉ FUFUCA (PP-MA), ELMAR NASCIMENTO (União-BA), REGINALDO LOPES (PT-MG) e SÂMIA BOMFIM (PSoI-SP).

DE DEPUTADOS EM "ASCENSÃO" 2021 PARA OS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022

MANDATO	PARLAMENTAR	CARGO INSTITUCIONAL
DEPUTADO	ANDRÉ FUFUCA (PP-MA)	LÍDER DO PP
DEPUTADO	ELMAR NASCIMENTO (União-BA)	LÍDER DO União
DEPUTADO	REGINALDO LOPES (PT-MG)	LÍDER DO PT
DEPUTADA	SÂMIA BOMFIM (PSoI-SP)	VICE-LÍDER DO PSoI

PARLAMENTAR NOS "CABEÇAS" DESDE A 1º EDIÇÃO

Dos 100 parlamentares da 1^a edição da série os "Cabeças", em 1994, apenas 1 se manteve na lista em todas os 29 anos da publicação, o que demonstra grande prestígio, influência e

capacidade de articulação. Trata-se do senador Paulo Paim (PT-RS), que sempre fez parte da lista, tanto como deputado quanto como senador. Além de excelente trânsito entre os pares, Paim, como é chamado pelos parlamentares, reúne habilidades que o credenciaram a exercer influência por mais de 2 décadas no Congresso.

SEMPRE "CABEÇAS" QUANDO NO EXERCÍCIO DO MANDATO

A série "Cabeças", desde a primeira edição, em 1994, é atualizada anualmente. Nesta edição, apenas 4 congressistas titulares aparecem na lista quando no exercício do mandato. Destes, somente o senador Paulo Paim figura na lista tanto como deputado quanto senador. Os 4 parlamentares são, por assim dizer, o núcleo de parlamentares influentes: o senador Paulo Paim, as deputadas Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Luiza Erundina (PSol-SP) e o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP).

PRESENÇA DOS PARTIDOS NOS 29 ANOS DOS "CABEÇAS"

A julgar pela participação dos partidos na elite parlamentar nos últimos 29 anos, constata-se que as legendas que constituem o núcleo programático ou ideológico do governo ou da oposição são as que mais influenciam o processo decisório no Congresso. As que fazem oposição moderada, declaram-se independentes ou negociam apoio condicionado ao governo, como regra, têm poucos parlamentares influentes.

Nessa perspectiva, os dados demonstram, com 62,55%, a prevalência de apenas 4 partidos políticos nos 29 anos dos "Cabeças": PT, 21,07%; PMDB/MDB, 14,97%; PSDB, 13,86% e PFL/DEM, 12,66%. Os demais partidos que participam dos "Cabeças" do Congresso Nacional representam 37,45%.

Em 29 anos dos "Cabeças" do Congresso, os 4 partidos — PT, PSDB, PMDB/MDB e PFL/DEM —, possuem 1.814 ou 62,55% dos 2.900 parlamentares dos "Cabeças". Desse modo, os demais partidos que integram há 29 anos a lista são representados por 1.086 parlamentares ou 37,45%. Veja os dados nas tabelas da página 32.

29 ANOS DOS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL POR PARTIDO

PARTIDO	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL	%
PT	10	12	18	19	19	19	21	22	24	23	24	24	22	25	27	25	22	27	28	26	27	24	18	19	19	16	15	17	19	611	21,07
PSDB	16	18	16	16	16	21	20	18	18	14	13	13	14	16	14	13	15	13	12	12	11	14	14	13	14	9	7	7	5	402	13,86
PMDB*	23	26	23	21	20	14	14	12	13	15	12	12	14	17	17	16	16	14	16	16	15	12	15	16	0	0	0	0	0	389	13,41
PFL**	17	20	17	17	17	18	18	14	14	19	21	22	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	231	7,97
PDT	6	4	4	4	4	5	6	5	7	3	3	2	5	4	5	7	8	10	7	7	5	3	4	3	3	6	7	7	6	150	5,17
DEM**	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	12	13	13	9	7	6	6	7	7	7	11	7	9	9	0	136	4,69
PSB	3	1	2	2	3	4	5	6	5	6	6	6	7	7	7	6	5	4	4	4	4	8	7	4	5	5	5	4	7	142	4,90
PCdoB	2	2	3	4	4	5	5	5	5	4	4	4	5	4	4	4	6	7	5	6	6	6	6	6	6	5	6	6	6	141	4,86
РТВ	3	3	4	4	2	3	1	4	2	7	8	5	6	4	3	4	5	5	6	6	4	4	3	4	3	-	1	1	1	106	3,66
PP	1	2	0	0	0	0	0	0	0	4	4	6	2	2	2	2	1	1	2	2	4	5	5	6	8	7	7	9	7	89	3,07
PPS	3	3	3	3	4	2	4	5	3	1	2	1	2	2	2	2	2	3	3	3	3	2	4	3	0	0	0	0	0	65	2,24
PPB	0	0	10	10	11	6	4	6	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	55	1,90
PSol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	2	2	2	2	2	3	3	3	4	4	4	4	5	4	4	52	1,79
PR***	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	2	3	3	4	5	5	3	1	2	3	0	0	0	0	37	1,28
MDB*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	10	7	8	8	45	1,55
PL***	1	0	0	0	0	2	2	3	2	4	2	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	4	9	43	1,48
PSD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	2	1	1	2	3	5	6	7	9	42	1,45
PPR	15	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23	0,79
PV	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	3	2	2	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0	19	0,66
PSL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	5	3	0	16	0,55
Cidadania	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	5	3	16	0,55
PSC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	2	1	1	1	1	1	0	0	11	0,38
Rede	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	2	1	1	1	1	12	0,41
SD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	2	2	0	0	0	0	0	9	0,31
PRB****	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	4	0	0	0	8	0,28
Republicanos****	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3	6	14	0,48
Solidariedade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	2	1	1	8	0,28
Podemos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1	1	1	6	0,21
Novo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	4	0,14
PTC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	3	0,10
PTdoB****	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0,07
Pros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0,07
Patriota	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	0,07
Avante****	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,03
União	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7	0,24
Sem Partido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,03
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	2900	100,00
* PMDR passou a si	or MD	D on	201	7																											

^{*} PMDB passou a ser MDB em 2017

DEM e PSL se uniram e formaram o União em 08/02/2022

PARTIDO	Deputados	Senadores	Total	%
PT	449	162	611	21,07
PMDB/MDB	222	212	434	14,97
PSDB	260	142	402	13,86
PFL/DEM	245	122	367	12,66
TOTAL	1176	638	1814	62,55
OUTROS			1086	37,45

^{**} PFL passou a ser DEM em 2007

^{***} PPS passou a ser Cidadania em 2019

^{*****} PR passou a ser Cloadania em 2019

**** PR voltou a ser PL em 2019

***** SD passou a ser Solidariedade em 2018

****** PRB passou a ser Republicanos em 2019

******* PTdoB passou a ser Avante em 2018

HISTÓRICO DOS 29 ANOS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL POR PARTIDO, ANO, DEPUTADO (D) E SENADOR (S)

TOTAL GERAL	D+S	611	402	389	231	150	136	142	141	106	68	65	55	52	37	45	43	42	23	19	16	16	11	12	0	0	14	80	2	4	3	2	2	2	-	7	-1	2900	
GEITAE	s	162	142	181	08	46	42		16	25	31	12	е	10	9	31	2	21	4	2	n	е	0	7		-		0	4	0	8	0	0	1	0	1	1	883 2	
TOTAL	۵	449 1	260 1	208 1	151 8	104	94	103	125	81	28	53 1	52	42	31	14	38	21 2	19	17	13	-	11	╀	1		13	∞	1	4	0	2	2	-1	1	9	0	2017 8	
2022	S	9	2			2	União	0	0	-		ia	0	0		9	4	2	0	0	União	_	0	-	Solidariedade	Republicanos	0	0		0	0		0	0	0	-	0	31	
2021	S	6 13	4	BB		2 4	3	0	9	0	3	Cidadania	0	0	ER PL	6 2	0	5 4	0	0	0	2 2	0	1			9 0	0	1 0	0	0	Avante	0	1 0	0	9	0	34 69	
	S	4 11	e e	SER M		2 5	3	1 4	9	0	9	A SER	0	0 4	OU A SER	5 2	1 4	4 2	0	0	1 3	0	0	1	18	1	1 3	0	1 0	0	0	SER Av	0 0	0	0		0 0	30 66	
2020	S D	4 11	4	PASSOU A		2 5	3 6	1 4	9 0	0 1	3 4	PASSOU	0 0	0 5	VOLTOU	6 2	0	3 2	0	0 0	2 4	4	0	+	- 5	0	4	0 2	0 0	0 2	0 0	PASSOU A	0 0	0 0	0		0 0	29 70	
2019	O S	6 12	7	PAS		1 4	2 4	2 4	r2	1 0	2 4	0 P	0	0 4	1	4	0	1 2	0	0	9 0	-	0	0		0 4	-	0 3	1 0	0	1	PAS	0 0	0 1	0 0		0 0	35 71 2	
2018	۵	13	7			2	6	m	5	2	9	0		4	2	4	0	2	0		0		П	-		0		1	0	0	0		0	0	П		0	65	
2017	D S	11 8	20	7 9		2 1	5 2	2 2	5	3 1	4	2 1	0	4	1 1		0 0	1 1	0	0	0		1 0	-	+	+-			1 1	0	0	1 0	0	0	0		0	60 40	
2016	S Q	10 8	8	6 9		3	5	4	5	3	3	3 1	0	4 0	1 0		0	1 0	0	0	0	-	1 0	2 1	0	+	-		0	0	0	1 0	0	0	0		0	62 38	
2015	S	10	7	00	DEM	2	2	-	-	1	2	0	0	1	-		0	0	0	0	0		0	+	+	+	-	A SD	0	0	0	0	0	0			0	38	
	S	10 14	4 7	10 4	J A SER União	2 1	1 5	2 5	2 5	2 3	9	0 2	0	1 2	0		0	0	0	0	0	$\frac{1}{2}$	0	+	+	+	4	ERA	0	0	0	0 0	0	0			0	37 62	
2014	٥	17	7	2	PASSOU A SER DEM União	ю	D.	2	4	2		3	0	2	D.	1	0	2	0	1	0			0	-	-	1		0	0	0	0	1	0			0	63	
2013	S Q	17 9	7 5	6 10	-	5 2	5	2 2	-	3	0	3 0	0	2 1	4 1		0	2 1	0	1 0	0		0 0	-	-	-	1		0	0	0	0	0	0			0	61	
2012	S O	19 9	8	6 10		4	6	2	-	3	0	3 0	0	1	3		0	2 1	0	1 0	0	-	0	+	-	+-	-1 ₽	0 0	0	0	0	0 0	0	0			0	61 39	
2011	S	17 10	ις.	6		2	m	-	2	m		0	0	-	0		0	0	0	0	0		0	+	+	+	- I	0	0	0	0	0	0	0			0	38	
2010	S	.1	4	7 5		2 8	2	1 2	1 5	2 2	1 0	0 3	0	1 1	1 3		0	0	0	0	0		0	+	-	+-		0 0	0	0	0	0 0	0	0			0	ا	
2010	O S	6 16	3 11	7		2 6	2	1 4	1	1 3	1 0	0 2	0	1	0		0 0	0	0	1 2	0	-	0 0	+	+	+	$\frac{1}{1}$	0	0	0	0	0 0	0	0			0	29 69	
2009	۵	19	10	6		2	œ	-	-	m	-	2	0	1	2		0	0	0	2	0	-	1	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0			0	71	
2008	o o	21 6	11 3	8		3 2	8	-	-	3	1 1	2 0	0	1 1	3		0	0	0	1 0	0	-	1 0	+	-	+-	-	0 0	0	0	0	0 0	0	0		I E PSL	0	-	
2007	S O	20 5	12 4	10 7		2 2	20	5	3	4 0	1	2 0	0	1 0	3		0	0	0	1 0	0		1 0	0	+	+	-	0 0	0	0	0	0 0	0	0 0		AM DEM	0	73 27	
2006	s q	16 6	10 4	9	ω σ	3 2		6 1	2	5 1	2 0	2 0	0	1 1		8	3 0	0 0	0	1 0	0	- =	0 0	-	-	-	-	0 0	0 0	0	0 0	0 0	0 0	0 0		ERAM	0 0	29	
2005	S	9	D.	2	0				0		0	0	0			ERA PMDB	0	0	0	0	0	-1 65	0	0	О	0	1	0	0	0	0	0	0	0	8		0	59	
2004	S	6 18	5	2 9	8 13	1		1 5	0	1 4	9 0	0 1	0	0 0		"	0 4	0	0	0	0		0 0	-	+	+-	+	0	0	0	0 0	0 0	0	0	A PTD0		1 0	29 71	
2004	S D	5 18	5	9 /	6 13	1 2		1 5	4	0 7	0 4	0 2	0 0	0 0			0 2	0 0	0 0	0 0	0 0	-	0 0	+	+	+-	+	0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	ERA		0 0	25 71	
2003	۵	18	6	00	13	2		2	4	7	4	1	0	0			4	0	0	0	0		0	0	+	+	0	0	0	0	0	0	0	0			0	75	
2002	S Q	18 6	13 5	9 /	11 3	6		4	5	2 0	0	2 1	7	0			2 0	0	0	0	0		0	0	-	_	0	0	0	0	0	0 0	0	0 0			0 0	77 23	
2001	s	7 5	4	9	2	1		t 5	0	1	0	3 2	0	0			0	0	0	0	0		0	0	0	+-	0	0	0	0	0	0 0	0	0			0	56	
2000	S	4 17	5 14	7 6	6 9	2 4	표	2 4	0	0	0	2 3	9	0	님		0	0	0	0	0		0	-	0	0	0	0	0	0	0	0 0	0	0			0	28 74	
	S	3 17	7 15	7 7	4 12	1	ERA	2 3	0	0	0	1 2	0	0	ERA		0	0	0	0	0	-	0	0	+	+	0	0	0	0	0	0 0	0	0			0	25 72	
1999	٥	16	14	7	14	4		2	2	ю	0	1	9	0			2	0	0	-	0	1	0	+	+	+	-	0	0	0	0	0	0	0			0	75	
1998	D S	17 2	11 5	12 8	10 7	3		2 1	0	2 0	0	3 1	10	0			0	0	0	0	0	1	0	0	+	+-	0	0	0	0	0	0 0	0	0			0	74 26	
1997	S Q	7 2	9	9 9	1 6	0	1	0	0	1	0	1	1	0			0 0	0	0	0	0	1	0	0	+	+	0	0	0	0	0	0 0	0	0			0	7 23	.022
1996	S	2 17	7 10	8 15	7 11	2 4		0 2	0	1 3	0	1 2	1	0			0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 0	0	0			0	29 77	19 28/02/2
	S	1 16	6	7 15	7 10	2 2		0	0	0	1 0	1 2	6	0			0	0	1 0	0	0	-	0	0	+	+-	0	0	0	0	0	0 0	0	0			0	23 71	19 12018 em 201 2018 ião em C
1995	O S	1 11	6 15	7 19	4 13	1 2	1	1	0	1 3	0	0 2	0	0 0			0 0	0 0	3 7	0	0	1	0 0	0	+	+	0	0	0	0	0 0	0 0	0 0	0 0			0 0	24 77	2017 007 a em 20 [9 dade en Alicanos ante em
1994	o o	9	10	16 7	13 4	5		2 1	2	2 1	1	3	0	0			1	0	12 3	0	0		0	0	+	+-	-	0	0	0	0	0	0	0		L	0	76 2	DB em. 24 dadania em 201 em 201 olidaries r Repub ser Avc
PARTIDO		PT	PSDB	PMDB*	PFL**	PDT	DEM**	PSB	PCdoB	PTB	ЬР	PPS***	PPB	PSol	PR****	MDB*	PL****	PSD	PPR	PV	PSL	Cidadania***	PSC	Rede	*****OS	PRB*****	Republicanos*****	Solidariedade****	Podemos	Novo	PTC	PTdoB*****	Pros	Patriota	Avante*****	União	Sem partido	TOTAL	** PMDB passou a ser MDB em 2017 *** PFP passou a ser Did em 2007 *** PFP passou a ser Gladania em 2019 **** PR Valudu a ser Pier m 2019 ***** SD passou a ser Solidariedade em 2018 ***** PT dolla passou a ser Republicanos em 2019 ****** PT dols passou a ser Anane em 2018 DEM e PSL se uniman e formaram o Unido em 802022022

PERFIL INDIVIDUAL 69 DEPUTADOS FEDERAIS

Os deputados federais grafados em caixa alta e negrito são os novos "Cabeças" 2022



ADOLFO VIANA (PSDB-BA)

Deputado, 1º mandato, baiano, servidor público. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: exerceu 2 mandatos de deputado estadual antes de chegar à Câmara.
- Atuação político-parlamentar: trouxe para a Casa a experiência da Aleba (Assembleia Legislativa da Bahia). É líder do PSDB.
- Especialização técnica: especializado em Gestão Pública. Relatou a MP 1.055/21, que institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.



Aécio Neves (PSDB-MG)

Deputado, 5º mandato, mineiro, economista. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: exerceu 4 mandatos de deputado, tendo inclusive presidido a Casa. Foi 2 vezes governador de Minas Gerais e cumpriu 1 mandato de senador.
- Atuação político-parlamentar: ex-presidente do PSDB, foi o candidato à Presidência da República nas eleições de 2014 e um dos principais articuladores do processo de impeachment da ex-presidente Dilma. Apesar das denúncias que atingiram a biografia política dele, elegeu-se para a Câmara, onde tem atuado de forma discreta, porém exercendo influência entre os pares. Presidiu a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e também a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência.
- Especialização técnica: prioriza ações relacionadas à adoção de novo pacto federativo, com o fortalecimento dos estados e municípios, além da simplificação e redução de impostos. É autor do PL 2.957/19, que dispõe sobre limites para retenção de recursos do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) nos casos especificados de inadimplência dos municípios com a União. A matéria está em fase de discussão e votação. Foi relator na comissão especial da PEC 48/19, promulgada EC 105, que altera o art. 166 da Constituição para autorizar a transferência de recursos federais a estados, ao DF e a municípios mediante emendas ao projeto de lei do Orçamento anual.



Afonso Florence (PT-BA)

Deputado, 3º mandato, baiano, professor e servidor público. Mestre em história. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: com origem nos movimentos social e sindical, militante histórico do PT, foi secretário estadual de Desenvolvimento Urbano no governo de Jaques Wagner e ministro do Desenvolvimento Agrário no governo Dilma.
- Atuação político-parlamentar: tem assumido importantes postos como o de vicelíder da Minoria, vice-líder do PT e líder do partido na Casa. Foi presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Populações Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia e Produção Orgânica. É coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa das OSC (Organizações da Sociedade Civil). Atuou como vice-presidente da comissão mista que analisou o PPE (Programa de Proteção ao Emprego), transformado na Lei 13.189/15.
- Especialização técnica: presidiu a comissão especial da PEC 215/00, que culminou no arquivamento da proposta e na defesa dos interesses das comunidades tradicionais, e atuou pela aprovação do marco regulatório das ONG (Organizações Não-Governamentais), e do piso nacional dos agentes de saúde e endemias. Foi relator da proposição que resultou na extinção do 14º e 15º salários, pagos aos congressistas, e, também, da MP 676/15, que instituiu a fórmula 85/95 como alternativa ao fator previdenciário, transformada, com vetos, na Lei 13.183/15.



Afonso Motta (PDT-RS)

Deputado, 3º mandato, gaúcho, advogado. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: presidiu a Agert-RS (Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão) e foi conselheiro da OAB, integrou as comissões de Ética e Disciplina, de Estudos dos Problemas da Terra e a Comissão Especial de Políticas Criminais e Segurança Pública. Ocupou a Secretaria de Governo no estado. Compôs o Fórum Nacional da Agricultura.
- Atuação político-parlamentar: vice-presidente estadual do PDT, é 1º vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. Foi presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público. Suplente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Foi titular da CCJ e da comissão externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação.
- **Especialização técnica:** temas relacionados à educação, agricultura familiar, ciência e tecnologia têm prioridade no mandato.



⊣ Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

Deputado, 3º mandato, paraibano, administrador. **Formulador**.

 Trajetória na vida pública: foi deputado estadual, secretário de Ciência e Tecnologia de João Pessoa (PB) e comandou 2 secretarias do estado da Paraíba: de Agricul-

- tura, Irrigação e Abastecimento; e de Ciência e Tecnologia, Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Exerceu o cargo de ministro das Cidades no governo Dilma.
- Atuação político-parlamentar: foi líder da Maioria na Câmara e membro da CCJ. Exerceu os cargos de líder do governo Temer, líder e vice-líder partidário e de bloco parlamentar. É membro efetivo do diretório nacional do PP. É relator na comissão especial da PEC 45/19, que trata da reforma tributária.
- Especialização técnica: questões regionais são prioridade no mandato, que tem perfil municipalista. Temas pertinentes à ciência e tecnologia, aos recursos hídricos e à agricultura também merecem atenção do deputado.



ALENCAR SANTANA (PT-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, advogado. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: chegou à Câmara após 2 mandatos consecutivos de vereador em Guarulhos (SP).
- Atuação político-parlamentar: atuou como assessor legislativo na Câmara Municipal e na Alesp (Assembleia Legislativa do estado de São Paulo), e secretário da prefeitura de Guarulhos. Na Câmara, é líder da Minoria.
- **Especialização técnica:** graduado em Direito, tem especialização em Direito Constitucional. Municipalista, tem livro publicado sobre o tema.



Alessandro Molon (PSB-RJ)

Deputado, 3º mandato, mineiro, advogado. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: antes de chegar à Câmara, foi por 2 mandatos deputado estadual. Na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), presidiu as comissões de Direitos Humanos, e de Cultura.
- Atuação político-parlamentar: atual líder da Oposição na Câmara. Foi líder do PSB e exerce o cargo equilibrando ações reativas e propositivas. Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, é autor do PL 3.961/20, que decreta o estado de emergência climática, estabelece a meta de neutralização das emissões de gases de efeito estufa no Brasil até 2050 e prevê a criação de políticas para a transição sustentável. O projeto tramita nas comissões permanentes da Casa. Integra a comissão especial da PEC 17/19, que altera a Constituição para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, e a comissão especial destinada a discutir a adoção, para todas as polícias, da competência legal para investigação.
- Especialização técnica: advogado, mestre em história, professor da PUC-Rio e doutorando em Direito na Uerj. No primeiro mandato como deputado, foi relator e principal articulador da aprovação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14) e do fim do voto secreto na Casa. É um dos autores do PL 17/19, transformado na Lei 13.880/19, que permite ao juiz do caso de violência contra a mulher ordenar a apreensão de arma de fogo eventualmente registrada em nome do agressor. É coautor da EC que garante acesso de todos à Justiça por meio de Defensoria Pública fortalecida. Idealizou a proposta que serviu de inspiração para a lei que destina mais recursos para a educação com o Fundo Social do pré-sal. Autor do PL 4.682/12, transformado na Lei 12.761/12 (Vale-Cultura do trabalhador).



Alexandre Padilha (PT-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, médico. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: oriundo do movimento estudantil, foi coordenador de campanha do ex-presidente Lula em 1989 e 1994. Assumiu a Secretaria de Relações Institucionais e o Ministério da Coordenação Política do governo Lula. Foi ministro da Saúde no governo Dilma, implantou o Programa Mais Médicos. Ocupou a Secretaria Municipal de Saúde na gestão Haddad.
- Atuação político-parlamentar: vice-presidente nacional do PT, é vice-líder do partido na Casa. Referência como formulador e debatedor de temas relacionados à saúde, é 1º vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e coordenador do GT do Impacto da Pandemia Covid-19.
- Especialização técnica: entre os projetos de autoria dele apresentados nesta legislatura, destaque para o PL 351/19, que cria a FN-SUS (Força Nacional do Sistema Único de Saúde), para atuar de forma conjunta com os estados, o DF e os municípios em situações de emergência epidemiológica, desastres ou de desassistência à população. É coautor do PLP 188/20, que institui o IGF (Imposto sobre Grandes Fortunas), previsto no art. 153, VII, da Constituição. O primeiro projeto está em tramitação nas comissões. Este último, está anexado ao PLP 277/08, que está pronto para votação no plenário.



Alice Portugal (PCdoB-BA)

Deputada, 5º mandato, baiana, farmacêutica bioquímica. **Debatedora**.

- Trajetória na vida pública: iniciou a militância política no movimento estudantil. Liderança sindical de destaque, foi diretora da Assufba, Fasubra e da executiva nacional da CUT. Antes da eleição para a Câmara Federal, exerceu 2 mandatos de deputada estadual.
- Atuação político-parlamentar: vice-líder do PCdoB, ocupou também a presidência da Comissão de Cultura, a 2ª vice-presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a 2ª vice-presidência da Comissão de Educação. Nesta legislatura, integrou a comissão especial da reforma da Previdência (PEC 6/19). Compôs as comissões do Fundeb (PEC 15/15) e do Novo Marco do Saneamento Básico, transformado na Lei 14.026/20. Preside as frentes parlamentares mista do Serviço Público, e em Defesa da Reforma Tributária Solidária. Coordenou as frentes parlamentares em Defesa da PRF, e da Assistência Farmacêutica.
- Especialização técnica: relatora de vários projetos na área educacional, tem atuado em favor de maior participação das mulheres na política, já tendo sido coordenadora da bancada feminina no Congresso Nacional.



ALTINEU CORTÊS (PL-RJ)

Deputada, 2º mandato, carioca, empresário. Negociador.

- Trajetória na vida pública: antes da Câmara teve experiência em cargos do Executivo Municipal: secretário do Ambiente e Sustentabilidade, e da Infância e da Juventude, ambos no estado do Rio de Janeiro.
- Atuação político-parlamentar: chegou ao Parlamento federal com a experiência de 3 mandatos consecutivos de deputado estadual. Líder do PL Câmara, tem sido designado para relatoria de várias proposições. Ocupou o cargo de 1º vice-presidente da Comissão de Viação e Transportes.
- Especialização técnica: bacharel em Direito, é um dos autores da PEC 32/21, EC 122/22, que altera a Carta de 88 para elevar para 70 anos a idade máxima para escolha e nomeação de membros do STF, STJ, TRF, TST, TRT e TCU.



André Figueiredo (PDT-CE)

Deputado, 4º mandato, cearense, advogado e economista, com especialização em comércio exterior. **Negociador**.

- Trajetória na vida pública: iniciou a atividade política como presidente do Sindicato dos Economistas do estado do Ceará. Foi secretário estadual do Esporte e Juventude e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Juventude. No Executivo federal, foi assessor especial e secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego. Foi ministro das Comunicações no governo Dilma.
- Atuação político-parlamentar: líder do PDT na Câmara. Atuou como vice-líder do partido e da Oposição na Casa. É presidente estadual do PDT e 1º vice-presidente nacional da legenda. Foi relator da MP 238/05, que criou a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens). Foi relator da Lei 14.129/21, que institui regras e instrumentos para a eficiência pública.
- Especialização técnica: coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. Atuou na relatoria do projeto que deu origem à Lei 12.858/13, que dispõe sobre a aplicação de parte dos recursos provenientes de royalties do petróleo nas áreas de educação e saúde. Foi um dos líderes, na Câmara, para aprovação do PNE (Plano Nacional de Educação), que garantiu 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para educação. É titular da comissão especial da reforma tributária.



ANDRÉ FUFUCA (PP-MA)

Deputado, 2º mandato, maranhense, médico. Articulador.

• Trajetória na vida pública: em 2010, com apenas 21 anos, foi eleito deputado estadual, o mais jovem do Brasil. Na Alema (Assembleia Legislativa do Maranhão), presidiu a Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional, destacando-se em defesa do municipalismo.

- Atuação político-parlamentar: no primeiro mandato de deputado, foi escolhido presidente da CPI das órteses e próteses no Brasil. Eleito pelo PEN, migrou para o PP, sendo atual líder do partido. Desempenhou a função de vice-líder de bloco parlamentar. Foi 1º vice-presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, e ocupou os cargos de 4º secretário e 2º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara. Presidiu a comissão especial da PEC 159/07, que tramita na Câmara dos Deputados, e dispõe sobre a destinação de recursos da Cide (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico).
- **Especialização técnica:** médico de formação, na 55^a legislatura foi relator da CPI da Máfia das Órteses no Brasil. É relator do PL 2.530/21, que altera o § 9^o do art. 20 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para excluir os rendimentos de bolsa de iniciação científica do cálculo da renda per capita familiar.



Antonio Brito (PSD-BA)

Deputado, 3º mandato, administrador, baiano. Articulador.

- Trajetória na vida pública: vinculado às santas casas e entidades filantrópicas de saúde. Foi presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas e das santas casas e entidades filantrópicas da Bahia. Em Salvador, atuou como secretário do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão.
- Atuação político-parlamentar: na Câmara, é líder do PSD. Atuou como vicelíder do partido e líder de bloco parlamentar. Foi presidente e vice-presidente da Comissão de Seguridade Social e Família. Com longa trajetória pessoal, profissional e parlamentar na área da saúde, é coordenador na Casa da Frente Parlamentar e Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas, pela luta contra a Tuberculose, além de presidente do Grupo parlamentar Brasil/ Portugal.
- Especialização técnica: especializado *latu sensu* em auditoria econômica e financeira. Foi 1º vice-presidente da comissão especial do PL 3.555/04, que regulamenta normas gerais de contrato de seguro privado, e 2º vice-presidente da comissão do PL 7.419/06, que dispõe sobre planos de saúde quanto à cobertura de despesas de acompanhante de menor de 18 anos, inclusive quando se tratar de internação em UTI ou similar. Ambos os projetos estão em tramitação na Câmara. Relatou o PL 134/19, transformado na Lei Complementar 187/21, que estabelece as condições legais requeridas pelo preceito contido no § 7º do artigo 195 da Constituição, para entidades beneficentes de Assistência Social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e/ou educação gozarem de imunidade tributária em relação às contribuições para a Seguridade Social.



Arlindo Chinaglia (PT-SP)

Deputado, 7º mandato, paulista, médico. Debatedor qualificado.

- Trajetória na vida pública: iniciou a trajetória política no movimento estudantil na UnB. Militou no movimento sindical. Foi presidente do Sindicato dos Médicos e da CUT-SP, além de vice-presidente da Fenam (Federação Nacional dos Médicos). Exerceu mandato de deputado estadual e assumiu a Secretaria das Subprefeituras na gestão de Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo.
- Atuação político-parlamentar: foi presidente da Câmara dos Deputados, e atualmente líder da Minoria do Congresso, foi também líder e vice-líder do PT e líder do governo Lula e do governo Dilma na Casa, além de presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Nome de expressão do PT, foi secretário geral do PT nacional e presidente do PT Estadual. É 2º vice-presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, instituição que também já presidiu. Atuou nas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Minas e Energia; e de Seguridade Social e Família.
- Especialização técnica: foi relator-geral do Orçamento em 2011. Atua em defesa da Seguridade Social pública, das estatais estratégicas e nos temas de geração e distribuição de renda. Presidiu a comissão especial do pré-sal.



Arnaldo Jardim (Cidadania-SP)

Deputado, 4º mandato, paulista, engenheiro civil. Formulador.

- Trajetória na vida pública: com origem no movimento estudantil, foi secretário de Habitação do estado de São Paulo, assumiu a presidência do Fórum Nacional de Secretários de Habitação. Gerenciou também a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. Antes da Câmara, exerceu 4 mandatos estaduais.
- Atuação político-parlamentar: presidente do Cidadania no estado e vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. Preside as frente parlamentares pela Valorização do Setor Sucroenergético (Frente do Etanol) e a Mista para a Criação de Estímulos Econômicos para a Preservação Ambiental (Frente da Economia Verde). É 1º vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Arábia Saudita.
- Especialização técnica: infraestrutura, política de resíduos sólidos, cooperativismo, empreendedorismo e desenvolvimento sustentável são temas prioritários na atuação do parlamentar. 1º vice-presidente da comissão especial para propor o Código Brasileiro de Energia Elétrica. É relator da comissão especial do PL 7.063/17, que reduz o valor do mínimo dos contratos de PPP (parcerias público-privadas) celebrados por estados, pelo DF e municípios. Foi relator da comissão especial do PL 3.453/08, que altera o marco regulatório das PPP, fundos de investimentos e concessões, além de autor do PL 6.867/13, que institui e estabelece diretrizes para a Política Nacional de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos. Todos os projetos estão em tramitação.



Arthur Lira (PP-AL)

Deputado, 3º mandato, alagoano, empresário. Articulador.

- Trajetória na vida pública: de família tradicional na política alagoana, é filho do ex-senador Benedito de Lira. Iniciou a atividade política como vereador de Maceió e também exerceu mandatos de deputado estadual.
- Atuação político-parlamentar: atual presidente da Câmara. Foi líder do PP e de bloco parlamentar, firmando-se como principal interlocutor do centro político. Em 2020, conduziu negociações no Parlamento para viabilizar a agenda do atual. No currículo, acumula a experiência de ter presidido 2 importantes colegiados: a CCJ da Câmara e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso em 2016.
- Especialização técnica: entre as relatorias que assumiu, destaque para a MP 526/11, transformada na Lei 12.453/11, que constitui fonte de recursos adicional ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e altera o artigo 1º da Lei 12.096/09, que dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal. No Parlamento, é um dos operadores temáticos em agricultura, questões fundiárias e agrárias, tendo sido relator, entre outras matérias, do PL 6.480/09, que altera a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, visando coibir a invasão de imóveis rurais e a disponibilização do cadastro da Reforma Agrária na rede mundial de computadores (Internet), e altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para equiparar ao crime de falsificação de documento público, a falsificação do cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária. Este projeto está em tramitação na Câmara.



Arthur Oliveira Maia (União-BA)

Deputado, baiano, 3º mandato, advogado. Articulador.

- Trajetória na vida pública: iniciou a trajetória política como vereador em Guanambi (BA), foi prefeito de Bom Jesus da Lapa (BA) e exerceu 3 mandatos de deputado estadual.
- Atuação político-parlamentar: relator da PEC 32/20, do Poder Executivo, que dispõe sobre a reforma administrativa. Foi vice-líder do governo Temer na Câmara e liderou o Solidariedade na Casa até migrar para o PPS em 2016. Pertenceu também aos quadros do MDB, chegando à vice-liderança da bancada. Ao migrar para o DEM, foi escolhido um dos vice-líderes do partido na Casa. Ao integrar o União, é vice-líder do partido na Casa. Foi 1º vice-presidente da CCJ e atual presidente deste colegiado.
- Especialização técnica: advogado e mestre em Direito Econômico, relatou em plenário e na comissão mista o projeto que deu origem à Lei 13.303/16, que dispõe sobre o Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas Subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do DF e dos municípios. Também foi relator do PL 4.302/98, transformado na Lei 13.429/17, que dispõe sobre a Terceirização, e da PEC 287/16, da reforma da Previdência proposta pelo governo Temer. É relator da comissão especial do PL 1.646/19, sobre devedor contumaz que tramita na Câmara.



AUGUSTO COUTINHO (Republicanos-PE)

Deputado, pernambucano, 3º mandato, engenheiro. Formulador.

- Trajetória na vida pública: iniciou a vida pública como líder sindical patronal, tendo sido diretor no Sindicato da Construção Civil de Recife (PE). Antes de chegar à Câmara Federal foi vereador em Recife por 2 mandatos e exerceu outros 3 consecutivos de deputado estadual.
- Atuação político-parlamentar: na prefeitura de Recife foi secretário de Habitação.
 Na Câmara, exerceu a 3ª vice-presidência da Comissão de Trabalho, foi relator da comissão externa da construção da ferrovia transnordestina e 2º vice-presidente da comissão especial que analisou a PEC 125/11, promulgada como EC 111/21.
- Especialização técnica: tem apresentado vários projetos para crianças e adolescentes, como o PL 5.850/16, que altera a Lei 8.069/90, do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agilizar procedimentos relacionados à destituição de poder familiar e à adoção de crianças e adolescentes. O PL 5.850 foi transformado na Lei 13.509/17. Outro é o PL 5.043/20, transformado na Lei 14.154/21, que altera a Lei 8.069/90 (ECA), para aperfeiçoar o PNTN (Programa Nacional de Triagem Neonatal), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho.



Baleia Rossi (MDB-SP)

Deputado, 2º mandato, paulista, empresário. **Negociador**.

- Trajetória na vida pública: iniciou a carreira política aos 20 anos, quando se elegeu vereador de Ribeirão Preto (SP), cargo que ocupou por 3 mandatos. Atuou como secretário de Esportes no município. Antes da eleição para a Câmara, exerceu 3 mandatos de deputado estadual. É filho do ex-ministro da Agricultura, Wagner Rossi.
- Atuação político-parlamentar: presidente nacional do MDB. Atuou como líder do partido na Câmara e vice-líder de bloco parlamentar tendo o MDB à frente. É de autoria dele, a PEC 45/19, que trata da reforma tributária, transforma 5 impostos 3 tributos federais (IPI, PIS e Cofins), 1 estadual (ICMS) e 1 municipal (ISS) em apenas 1, que deve se chamar IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e será cobrado no destino.
- Especialização técnica: área social, especialmente no que diz respeito às demandas de entidades assistenciais e filantrópicas, é prioridade no mandato. Rossi é considerado interlocutor do terceiro setor no Parlamento e também um dos operadores temáticos nas áreas de Previdência e Assistência Social, além da área de tributos e finanças. Foi relator do PL 1.006/20, transformado na Lei 13.995/20, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais sem fins lucrativos que participam de forma complementar do SUS (Sistema Único de Saúde), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuarem de forma coordenada no combate à pandemia do coronavírus.



BIRA DO PINDARÉ (PSB-MA)

Deputado, 1º mandato, baiano, advogado. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: parlamentar oriundo do movimento sindical, foi bancário da Caixa Econômica Federal e presidente do Sindicato dos Bancários do Maranhão. Atuou como delegado regional do Trabalho do Ministério do Trabalho em São Luis (MA).
- Atuação político-parlamentar: secretário de Ciência e Tecnologia do governo no estado do Maranhão, chegou à Câmara com a experiência de 2 mandatos de deputado estadual. Líder do PSB na Casa.
- Especialização técnica: mestre em Políticas Públicas, foi professor da Faculdade São Luis (MA). Articulado, ocupou o cargo de 1º vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Informática.



Cacá Leão (PP-BA)

Deputado, 2º mandato, baiano, administrador. Formulador.

- Trajetória na vida pública: antes de assumir o 1º mandato na Câmara dos Deputados, foi deputado estadual, assessor especial da Prefeitura de Lauro de Freitas (BA) e diretor de Habitação da Prefeitura de Salvador.
- Atuação político-parlamentar: vice-líder da Maioria. Atuou como líder, vice-líder do partido e de bloco parlamentar. Foi relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2020, Lei 13.898/20; e da LDO 2018, Lei 13.587/18. Foi designado relator do PLP 549/18, transformado na Lei Complementar 165/2019, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).
- Especialização técnica: com boa formação acadêmica, é pós-graduado em gestão pública. Presidente da comissão especial destinada a proferir parecer ao PL 414/21, do Senado, que aprimora e expande o modelo regulatório e comercial do setor elétrico com vistas à expansão do mercado livre. Na legislatura passada, presidiu a comissão especial do PL 8.085/14, que altera o CTB (Código de Trânsito Brasileiro) instituindo obrigatoriedade de prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores. O projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados.



Carlos Zarattini (PT-SP)

Deputado, 4º mandato, paulista, economista. **Formulador**.

- Trajetória na vida pública: vinculado ao movimento sindical e ao segmento de transportes, foi secretário-geral do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e secretário dos Transportes do Município de São Paulo.
- Atuação político-parlamentar: ex-líder da Minoria no Congresso. Foi líder e vice-líder do PT, além de vice-líder do governo. Foi membro titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da comissão especial sobre política de mobilidade

- urbana (PL 4.881/12, proposição de autoria dele) e da comissão especial sobre PPP (PL 3.453/08). Coordenou a Frente Parlamentar da Defesa Nacional na Câmara. Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Itália. Influente no PT, atuou na direção e na executiva nacional do partido.
- Especialização técnica: nesta legislatura, foi designado relator da comissão especial do PL 1.0887/18, que trata da improbidade administrativa. É autor do PL do Lobby (PL 1.202/07), iniciativa para coibir corrupção. Especialista em infraestrutura, é um dos operadores temáticos da área. É um dos autores da Lei 13.640/18, que trata do transporte individual remunerado e do transporte motorizado privado. Coordenou a Câmara de Negociação que analisou o projeto que deu origem à Lei 12.734/12, que definiu novas regras de distribuição dos royalties do petróleo, e presidiu a comissão especial do projeto que resultou na Lei 12.858/13, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. Foi relator da comissão especial do projeto transformado na Lei 12.846/13, que trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública.



Daniel Almeida (PCdoB-BA)

Deputado, 5º mandato, baiano, técnico industrial e historiador. **Negociador**.

- Trajetória na vida pública: oriundo do movimento sindical, foi presidente do Sindicatil (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil) de Salvador e Camaçari (1983/1989) e da CUT-BA (1991/1995). Antes da eleição para a Câmara dos Deputados, foi vereador em Salvador por 4 mandatos.
- Atuação político-parlamentar: vice-líder do PCdoB na Câmara, foi também líder do partido, líder de bloco parlamentar e presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. Coordenador da bancada da Bahia. Coordenou a Frente Parlamentar em Defesa da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e integrou a Frente Parlamentar em Defesa da Educação Técnica e Profissional. Preside o Grupo Parlamentar Brasil/China.
- Especialização técnica: operador temático nas áreas trabalhista e sindical, com atuação de destaque na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Foi um dos articuladores para aprovação do projeto de regulamentação das centrais, da política de valorização do salário mínimo e do Código Brasileiro dos Combustíveis. Presidiu a comissão especial destinada a acompanhar a aplicação das leis de Anistia a dirigentes, representantes e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.



Danilo Cabral (PSB-PE)

Deputado, 3º mandato, pernambucano, advogado. **Articulador**.

• **Trajetória na vida pública:** exerceu 1 mandato de vereador em Recife (PE) e vários cargos no município e no estado. Foi secretário municipal de Administração e assumiu outras 3 pastas no governo estadual: secretarias de Educação, das Cidades, e de Planejamento e Gestão.

- Atuação político-parlamentar: vice-líder da Minoria. Atuou como líder e vice-líder do PSB na Câmara dos Deputados. Coordena as frentes parlamentares em Defesa do Nordeste, em Defesa do Sistema Único de Assistência Social e em Defesa da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Presidiu a Comissão de Educação. Integrou a 2ª vice-presidência da comissão especial da PEC 15/15, sobre o Fundeb. Foi relator em plenário do PL 795/21, transformado na Lei 14.150/21, que altera a Lei 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc), para estender a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores da cultura e para prorrogar o prazo de utilização de recursos pelos estados, Distrito Federal e municípios.
- Especialização técnica: membro da comissão especial da PEC 391/17, sobre FPM, é autor do PLP 9/19, que taxa em 5% as fortunas acima de R\$ 20 milhões, e do PL 1.981/19, que acaba com a isenção de Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos acima de R\$ 240 mil por ano e taxa em 15% as rendas mensais acima de R\$ 320 mil. Os 2 projetos estão em tramitação na Câmara dos Deputados.



⊢ Eduardo Bolsonaro (PL-SP)

Deputado, 2º mandato, carioca, escrivão da Polícia Federal. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: filho do presidente da Jair Bolsonaro (PL). Trajetória política está associada aos mandatos na Câmara.
- Atuação político-parlamentar: presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional até março de 2021. Foi presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Foi líder e vice-líder de partido, além de 1º vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Eleito pelo PSL, migrou para o PL no período da janela partidária. É vice-líder do PL na Câmara Federal.
- Especialização técnica: um dos principais interlocutores na Câmara da agenda do governo. As proposições relacionadas à redução da idade penal, ao agronegócio contra ocupações do MST, ao planejamento familiar, à valorização das forças armadas e a favor do livre-comércio são prioridades do mandato. Foi 1º vice-presidente da comissão especial da PEC 443/14, que acrescenta parágrafo ao art. 42 da Constituição, para assegurar às associações dos militares estaduais as mesmas garantias de representação e imunidade tributária asseguradas aos sindicatos de trabalhadores. Foi também 3º vice-presidente da PEC 44/15, que dispõe sobre a carga horária de trabalho diária e semanal dos policiais e de bombeiros militares. As 2 matérias estão prontas para serem votadas em 2 turnos no plenário da Câmara.



├ Efraim Filho (União-PB)

Deputado, 4º mandato, paraibano, advogado. **Articulador**.

• Trajetória na vida pública: de família tradicional na política paraibana. O pai, Efraim Morais, foi deputado estadual, federal e senador. Antes de concorrer à Câmara Federal, havia participado ativamente de movimentos estudantis. Foi também conselheiro e presidente do Núcleo de Apoio ao Estagiário da OAB.

- Atuação político-parlamentar: foi militante do DEM, antigo PFL, desde a juventude, tendo exercido o cargo de presidente nacional da Juventude Democrata. No DEM foi líder e vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. Com a fusão entre o DEM e o PSL, que originou o União Brasil, ficou no novo partido. Coordena a bancada da Paraíba na Comissão Mista de Orçamento. Coordenador das frente parlamentares do FCS (Comércio, Serviços e Empreendedorismo) e da Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação. É presidente do Grupo Brasil/Hungria.
- Especialização técnica: um dos operadores temáticos da Câmara nas áreas de justiça e cidadania, tem especialização em Direito do Consumidor. É autor do projeto de lei (PL 643/11), que deu origem à Lei 13.008/14, que aumenta a pena para os crimes de contrabando e descaminho. Entre as atividades parlamentares mais recentes, merece destaque o trabalho como presidente da CPI dos Fundos de Pensão. Também participou ativamente da comissão da PEC 171/93, responsável pelo debate da redução da idade penal. Foi relator do PL 10.431/18, transformado na Lei 13.810/19, que dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de financiamento ou de atos a esse correlacionados.



ELMAR NASCIMENTO (União-BA)

Deputado, 2º mandato, baiano, advogado. Articulador.

- Trajetória na vida pública: antes de chegar à Câmara, cumpriu mandato de vereador em Campo Formoso (BA) e de deputado estadual na Bahia.
- Atuação político-parlamentar: na Câmara, presidiu o Conselho de Ética. Desempenhou também a função de vice-líder do governo Temer, líder do DEM e de bloco parlamentar. Foi presidente da comissão especial da PEC 172/12, que tramita no Senado, e estabelece que a lei não imporá nem transferirá qualquer encargo ou a prestação de serviços aos estados, ao Distrito Federal ou aos municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao custeio desses. Foi também 1º vice-presidente de 2 colegiados especiais: o que analisou a PEC 473/01, que alterna entre o presidente da República e o Congresso Nacional a escolha dos ministros do STF, e o da PEC 299/13, que limita a quantidade de ministérios. Essas 2 matérias tramitam na Câmara. Líder partidário. Estava em ascensão em 2021 e passou ao seleto grupo dos "Cabeças" do Congresso.
- Especialização técnica: parlamentar com boa formação, tem pós-graduação em Direito do Consumidor e curso de formação da Esma (Escola Superior da Magistratura da Paraíba).



Enio Verri (PT-PR)

Deputado, 2º mandato, paranaense, economista. **Articulador**.

Trajetória na vida pública: dedicou-se às pastorais da Juventude, Operária e Universitária, e, também, participou de movimentos estudantis. Ocupou os cargos

de secretário de Fazenda, e do governo de Maringá (PR). Foi assessor técnico da presidência da Comissão Mista de Orçamento do Congresso e chefe de gabinete do Ministério do Planejamento. Elegeu-se deputado estadual, cumprindo 2 mandatos. Assumiu ainda a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do estado, antes da 1ª eleição para a Câmara.

- Atuação político-parlamentar: atuou como vice-líder da Oposição na Câmara dos Deputados. Foi líder do PT e titular da Comissão de Finanças e Tributação. Atua como 2º vice-presidente da comissão especial que examina os subsídios tributários, financeiros e creditícios.
- Especialização técnica: mestre em economia e doutor em Integração da América Latina. No mandato, tem priorizado o debate de políticas e ações de desenvolvimento social e econômico. É um dos operadores temáticos do Congresso em matéria tributária e financeira. É relator do PDL (Projeto de Decreto Legislativo) 46/19, que susta o Decreto 9.514, de 27 de setembro de 2018, que altera a Tipi (Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados), aprovada pelo Decreto 8.950, de 29 de dezembro de 2016. É um dos autores do PL 2.064/21, que dispõe sobre a criação de linhas de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte pelas instituições financeiras públicas federais. As matérias tramitam na Câmara.



Erika Kokay (PT-DF)

Deputada, 3º mandato, cearense, bancária. **Debatedora**.

- Trajetória na vida pública: vinculada aos movimentos sindical e social, foi presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, secretária-geral da Confederação Nacional dos Bancários, diretora da Federação Nacional dos Funcionários da Caixa e presidente da CUT-DF. Exerceu o cargo de conselheira do Conselho de Defesa do Negro e do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Antes de chegar ao Congresso, cumpriu 2 mandatos de deputada distrital.
- Atuação político-parlamentar: vice-líder do PT na Câmara. Atuou como 2ª vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Coordena as frentes parlamentares em Defesa dos Direitos Humanos, em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, Mista de Enfrentamento às DST, HIV/aids e das Hepatites Virais, com Participação Popular Feminista e Antirracista, em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, Mista em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro e Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Foi adjunta da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.
- Especialização técnica: Presidiu a CPI destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes reveladas pela imprensa. Também foi presidente da comissão especial que analisou o PL 7.672/10, do Poder Executivo, transformado na Lei 13.010/14, mais conhecida como Lei Menino Bernardo, para estabelecer o direito de a criança e o adolescente serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.



Fábio Trad (PSD-MS)

Deputado, 3º mandato, sul-mato-grossense, advogado. Formulador.

- Trajetória na vida pública: Parlamentar oriundo da advocacia privada, foi presidente da Ordem dos Advogados do Mato Grosso do Sul. De família tradicional de políticos. O pai, Nelson Trad, também foi deputado federal. Um dos irmãos, Nelsinho Trad, é senador e outro, Marquinhos Trad, é o atual prefeito de Campo Grande (MS).
- Atuação político-parlamentar: vice-líder do PSD. Integrou a CCJ, colegiado onde já exerceu a 2ª vice-presidência por 2 vezes. É membro titular da comissão especial sobre reclusão por maus-tratos a animais (PL 1.095/19). Preside a comissão especial do PL 8.045/10, que produzirá o novo CPP. É relator da comissão especial destinada a apreciar a PEC 199/19, que transforma os recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do STF e do STJ (prisão em 2ª instância). Coordena as frentes parlamentares da Advocacia e Mista em Defesa dos Serviços de Ambulância. Os projetos estão em tramitação na Câmara.
- Especialização técnica: além das questões relacionadas à área jurídica presidiu a comissão especial do novo CPC —, o deputado tem atuação de destaque nas pautas sobre direitos do consumidor. É relator, CCJ, do PLP 521/18, que institui a NFS-e (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica) e altera a Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a incidência do ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) sobre serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros previamente contratados por intermédio de aplicativos.



Fernanda Melchionna (PSol-RS)

Deputada, 1º mandato, gaúcha, bibliotecária. Articuladora.

- Trajetória na vida pública: antes de chegar à Câmara, foi vereadora em Porto Alegre (RS) por 3 mandatos consecutivos. Ativista do movimento estudantil, atuou como coordenadora geral do DCE da UFRGS.
- Atuação político-parlamentar: vice-líder da Oposição e vice-líder do PSol na Casa. Liderou o partido e é uma das principais opositoras do governo Bolsonaro no Parlamento. Tem dedicado o mandato à defesa dos direitos da mulher, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, da Seguridade Social e da família. É autora do PLP 193/20, que institui o IGF, nos termos do art. 153, inciso VII, da Constituição, que será destinado ao Programa de Renda Mínima Permanente. É coordenadora da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura.
- Especialização técnica: especialista em História Contemporânea do Brasil. No Parlamento, é operadora temática de Direitos Humanos e Minorias. Foi relatora, entre outros, do PL 1.506/19, que estabelece a manutenção temporária do BPC para a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual. É uma das autoras do PL 1.826/20, que prevê auxílio financeiro aos profissionais de saúde e dependentes que tenham ficado incapacitados ou faleceram por conta do coronavírus. O projeto foi aprovado, mas vetado pelo presidente Jair Bolsonaro. O Congresso derrubou o veto presidencial em 26/03/21 e foi transformado na Lei 14.128/21.



Fernando Coelho Filho (União-PE)

Deputado, 4º mandato, pernambucano, administrador. Formulador.

- Trajetória na vida pública: de família tradicional em Pernambuco, é filho do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB). É irmão do prefeito de Petrolina (PE), Miguel Coelho, e do deputado estadual, Antônio Coelho.
- Atuação político-parlamentar: articulado, atuou como líder partidário, vice-líder de bloco parlamentar e ministro de Minas e Energia do governo Temer. É relator na comissão especial do PL 414/21, que dispõe sobre a expansão livre do mercado elétrico. É um dos autores do projeto que deu origem à Lei 12.971/14, que dispõe sobre infração administrativa, crimes de trânsito e normas processuais aplicáveis. Eleito pelo DEM, está no União, em razão da fusão daquele com o PSL, que virou União.
- Especialização técnica: operador temático em infraestrutura, é autor, entre outros, do PL 1.457/20, que disciplina as operações de crédito a serem celebradas com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), como forma de mitigar os impactos da crise instaurada em razão da covid-19 perante os grandes empregadores.



Gleisi Hoffmann (PT-PR)

Deputada, 1º mandato, paranaense, advogada. **Debatedora**.

- Trajetória na vida pública: trajetória de Gleisi Hoffmann na vida pública teve início no PT. Atuou como secretária estadual de Mulheres, membro do diretório nacional e presidente da legenda no Paraná. Foi secretária extraordinária de Reestruturação Administrativa de Mato Grosso do Sul e secretária de Gestão da Prefeitura de Londrina. No governo Lula, foi nomeada para o cargo de diretora financeira da Itaipu Binacional. No governo Dilma, exerceu o cargo de ministra da Casa Civil. Exerceu 1 mandato de senadora.
- Atuação político-parlamentar: presidente nacional do PT. Foi titular da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Integrou a comissão especial da PEC 6/19, da reforma da Previdência. Vice-líder do partido. Ocupou a liderança da Minoria na Câmara. No mandato de senadora, desempenhou os cargos de vice-líder do partido e de bloco parlamentar e foi presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. É autora da PEC 48/19, promulgada como EC 105, que altera o artigo 166 da Constituição para autorizar a transferência de recursos federais a estados, ao DF e a municípios mediante emendas ao projeto de lei do orçamento anual.
- Especialização técnica: temas relacionados aos direitos das mulheres merecem destaque no mandato. É autora do PLP 109/19, que altera a Lei Complementar 78, de 30 de dezembro de 1993, para estabelecer percentual de vagas destinadas ao preenchimento por mulheres nas eleições proporcionais. Apresentou o PL 370/19, que dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2020 a 2023.



Gustavo Fruet (PDT-PR)

Deputado, 4º mandato, paranaense, advogado. **Formulador**.

- Trajetória na vida pública: filho e herdeiro político do ex-prefeito de Curitiba, Maurício Fruet, iniciou a trajetória na vida pública como vereador de Curitiba (PR). Exerceu 3 mandatos de deputado federal, quando resolveu retornar à política local para disputar a Prefeitura de Curitiba. Foi eleito, cumprindo o mandato entre 2013 e 2016. Nas eleições de 2018, decidiu disputar novo mandato para a Câmara, quando regressou à Casa.
- Atuação político-parlamentar: presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Atuou como vice-líder da Minoria e vice-líder do PDT. Compõe a comissão externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do MEC, bem como da apresentação do planejamento estratégico da pasta.
- Especialização técnica: mestre em Direito Público e doutor em Direito das Relações Sociais. Formulador qualificado em matérias de segurança, justiça e cidadania e sempre atuou pautado pelos interesses públicos e nacionais. É autor do PLP 179/20, que altera a Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para nessa incluir o atentado ao livre exercício dos poderes. Autor do PL 3.550/20, que define o crime contra a estabilidade do regime democrático. Foi relator da subcomissão especial Cidades Inteligentes, instância da Comissão de Desenvolvimento Urbano, criada para discutir normas sobre inovações tecnológicas para o conceito de cidades inteligentes, modelo de política pública capaz de integrar e qualificar os serviços públicos de saúde, educação, mobilidade urbana e de gestão. Foi relator da MP 906/19, transformada na Lei 14.000/20, que altera a Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Nos mandatos anteriores, destacou-se como membro da CPMI dos Correios, na qual desempenhou a função de sub-relator de Movimentação Financeira. Presidiu ainda a CPI do Proer.



Hugo Motta (Republicanos-PB)

Deputado, 3º mandato, paraibano, médico. Articulador.

- Trajetória na vida pública: de família tradicional na política paraibana. O pai foi prefeito de Patos (PB), o avô deputado estadual e federal e a avó deputada estadual. No primeiro mandato de deputado federal, foi o mais jovem eleito no País.
- Atuação político-parlamentar: desempenhou as funções de vice-líder do partido e de bloco parlamentar na Câmara dos Deputados. Articulado, já presidiu a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e foi presidente da CPI da Petrobras, criada para investigar os desvios de recursos da empresa. É o atual líder do Republicanos na Casa.
- Especialização técnica: autor da PEC 55/11, promulgada como EC 82, que cria a carreira de agente de trânsito no sistema de segurança pública e estabelece que a segurança viária compreende educação, engenharia e fiscalização de trânsito, com o objetivo de garantir ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente. Foi relator da PEC 10/2020, promulgada como EC 106, que institui Regime Extraordinário

Fiscal, Financeiro e de Contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente da pandemia. Entre outros projetos de autoria dele, destaque para o PL 7.467/14, que assegura ao portador de diabetes melito insulinodependente o direito de concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência em concursos públicos da Administração Pública federal, e o PL 1.569/11, que trata da obrigatoriedade de os computadores comercializados no Brasil com benefícios fiscais do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal disporem de sistemas que permitam seu uso por portadores de deficiência visual. Os projetos continuam em tramitação na Câmara dos Deputados.



Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

Deputado, 1º mandato, baiano, advogado. Negociador.

- Trajetória na vida pública: chegou à Câmara com a experiência de vereador em Maceió (AL), e outros 5 mandatos consecutivos de deputado estadual. De família tradicional, é filho do ex-deputado estadual, ex-presidente do Tribunal de Contas de Alagoas e ex-prefeito de Santana do Ipanema (AL), Isnaldo Bulhões.
- Atuação político-parlamentar: líder do MDB na Câmara. Atuou como vice-líder de bloco parlamentar. Foi 3º suplente de secretário da Mesa Diretora da Casa. Integrante de partido da base do governo, foi designado relator da MP 996/20, transformada na Lei 14.118/21, que institui o Programa Casa Verde e Amarela.
- Especialização técnica: com formação na área jurídica, é um dos signatários, entre outras matérias, da PEC 5/21, que altera o artigo 130-A da Constituição no que trata da composição do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público). As mudanças são para que a representação do MPU no CNMP passe a ser segmentada entre as carreiras do MPU, Ministério do Trabalho e Ministério Público Militar, contemplando-se 3 vagas, distribuídos entre esses segmentos. A vaga do MPDFT (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) foi suprimida. Concorrerá com os ministérios públicos estaduais para a indicação das 3 vagas destinadas a esse segmento.



Jandira Feghali (PCdoB-RJ)

Deputada, 7º mandato, paranaense, médica. **Debatedora**.

- Trajetória na vida pública: com origem no movimento sindical, foi diretora do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro e presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes. Antes da eleição para a Câmara, foi deputada estadual. Também exerceu os cargos de secretária municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Niterói (RJ) e secretária municipal de Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro.
- Atuação político-parlamentar: atuou como vice-líder da Minoria, líder do PCdoB e vice-líder da Oposição na Casa. Foi a primeira presidente da Comissão de Cultura, colegiado que integrou nesta legislatura. Integrou também a Comissão de Seguridade Social e Família. Coordenou a bancada federal do Rio de Janeiro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Especialista em Previdência,

Seguridade Social, Assistência e Saúde, é sempre voz firme e contundente contra o desmonte da Previdência Social, a exemplo do que ocorreu nos debates da PEC 6/19, promulgada como EC 103. É autora do PL 3.932/20, transformado na Lei 14.151/21, que determina o afastamento do trabalho presencial de trabalhadoras gestantes enquanto persistir a vigência do Decreto Legislativo 6, de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública causado pelo coronavírus.

Especialização técnica: atuação de destaque na área de saúde, defendendo o atendimento universal do SUS. É 2ª vice-presidente da comissão especial da PEC 517/10, que autoriza radioisótopos para pesquisa. Foi a relatora do projeto que deu origem à Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) e é autora da Lei Cultura Viva (Lei 13.018/14). É também defensora da democratização da comunicação e da cultura, sendo uma das autoras do PL 1.075/20, transformado na Lei 14.017/20, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública da covid-19.



José Guimarães (PT-CE)

Deputado, 4º mandato, cearense, advogado. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: iniciou a atividade política como diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará e chefe de gabinete da Prefeitura de Fortaleza (CE). Antes da eleição para a Câmara, foi deputado estadual por 3 mandatos. Dirigente histórico do PT. Presidiu o partido no estado, atuou como 2º vice-presidente do diretório nacional e foi um dos coordenadores das campanhas presidenciais do PT em 1989 e 2002.
- Atuação político-parlamentar: vice-líder da Minoria, faz oposição qualificada ao governo Bolsonaro. Foi líder da Oposição ao governo Temer na Casa. Atuou como líder e vice-líder dos governos Lula e Dilma na Casa e também exerceu os cargos de líder e vice-líder do PT, de coordenador da bancada cearense no Congresso Nacional e de presidente da Subcomissão do Nordeste. Integra a comissão especial da PEC 391/17, que trata do FPM. Foi relator em plenário da MP 986/20, transformada na Lei 14.036/20, que estabelece formas de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos poderes executivos locais em ações emergenciais de apoio à cultura durante o estado de calamidade pública do coronavírus.
- Especialização técnica: desempenhou importantes missões nos governos do PT, entre as quais a relatoria da MP 527/11, transformada na Lei 12.462/11, que criou o RDC (Regime Diferenciado de Contratações) para as copas das Confederações (2013), do Mundo (2014), as Olimpíadas e as Paralimpíadas (2016). Foi presidente da comissão mista da MP 595/12, transformada na Lei 12.815/2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Foi também relator do grupo de trabalho para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à reforma da legislação tributária nacional.



LAFAYETTE DE ANDRADA (Republicanos-MG)

Deputado, 1º mandato, mineiro, advogado. Articulador.

- Trajetória na vida pública: iniciou na atividade política como vereador em Lavras (MG) e em Juiz de Fora (MG). Foi deputado estadual em Minas Gerais por 3 mandatos consecutivos. Atuou como Superintendente de Assuntos Municipais do governo do estado e secretário de Defesa Social do governo do estado de Minas.
- Atuação político-parlamentar: vice-líder do Republicanos. Foi 2º vice-presidente da CCJ. É relator da comissão especial do Código Brasileiro de Energia Elétrica.
- Especialização técnica: membro dos institutos Histórico Geográfico de Minas Gerais e do Mineiro de Direito Constitucional. Tem obras publicadas sobre as 2 temáticas além de ter sido professor das disciplinas de História e de Direito.



Lincoln Portela (PL-MG)

Deputado, 6º mandato, mineiro, radialista. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: além da experiência na Câmara, foi secretário municipal adjunto de Esportes de Belo Horizonte (MG).
- Atuação político-parlamentar: 1º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Exerceu o cargo de líder e vice-líder de partido e de bloco parlamentar. Foi presidente da CLP da Casa e 1º vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Coordena as frentes parlamentares em Defesa das Guardas Municipais e em Defesa dos Agentes Penitenciários.
- Especialização técnica: um dos operadores temáticos da Câmara Federal na área de segurança pública. Comunicador e graduado em teologia. Liderança da bancada evangélica na Câmara Federal. Coordenou a Frente Parlamentar para regulamentar a educação domiciliar e presidiu a Frente Parlamentar de Combate à Obesidade. Foi relator do PL 7.645/14, transformado na Lei 13.967/19, que altera o art. 18 do Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969, que extingue a pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os bombeiros militares dos estados, dos territórios e do DF. Relatou também o PL 5.826/16, transformado na Lei 13.663/18, que acrescenta incisos IX e X ao art. 12 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o combate a todas as formas de violência e a promoção de cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.



Luciano Bivar (União-PE)

Deputado, 3º mandato, pernambucano, administrador. Articulador.

• Trajetória na vida pública: presidiu o PSL. Foi candidato pelo PSL à Presidência da República em 2006 e apoiou a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018. Vinculado ao futebol, presidiu o Sport Clube de Recife 6 vezes. O PSL e o DEM se fundiram e fundaram o União para a disputa das eleições de 2022.

- Atuação político-parlamentar: 1º Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Na gestão de Rodrigo Maia, então do DEM-RJ, foi 2º vice-presidente da Mesa.
- Especialização técnica: bacharel em Direito com pós-graduação em Educação Financeira e em Direito Comparado, é defensor da criação do imposto único federal como proposta para a reforma tributária. É autor, entre outras matérias, do PL 1.369/21, que altera a Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para permitir a utilização da assinatura digital com vistas à filiação partidária, e a obrigatoriedade da guarda de documentos físicos por até 5 anos. O projeto tramita na Câmara dos Deputados.



⊢ Luisa Canziani (PSD-PR)

Deputada, 1º mandato, paranaense, advogada. **Articuladora**.

- Trajetória na vida pública: filha do ex-deputado Alex Canziani (PTB-PR). Foi eleita a federal mais jovem do Brasil, com apenas 22 anos. Chegou à Câmara dos Deputados sem experiência em outros mandatos políticos.
- Atuação político-parlamentar: foi presidente da Comissão Permanente da Defesa dos Direitos da Mulher e sub-relatora da comissão externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do planejamento estratégico da pasta. Atuou como vice-líder de bloco parlamentar na Câmara Federal. É líder do PSD.
- Especialização técnica: prioriza a defesa dos direitos das mulheres, a melhoria dos municípios e da educação, tendo sido designada relatora da MP 934/20, transformada na Lei 14.040/20, que cria novas regras para o ano letivo de 2020. Foi relatora também do PL 5.606/19, que altera a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, para vedar a divulgação de dados profissionais de mulheres vítimas de violência doméstica. É autora da PEC 24/19, que acrescenta inciso V ao § 6º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para excluir despesas de instituições federais de ensino da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias. Eleita pelo PTB, migrou para o PSD durante a janela partidária.



∤ Luiz Carlos Motta (PL-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, comerciário. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: oriundo do movimento sindical, é presidente da Fecomerciário (Federação dos Empregados no Comércio de São Paulo) e da CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio).
- Atuação político-parlamentar: foi vice-líder de bloco parlamentar. É 3º vice-presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, presidente da comissão especial do CTB e 3º vice-presidente da comissão especial criada para analisar o PL 1.646/19, que dispõe sobre devedor contumaz. Voz ativa em defesa dos trabalhadores, é autor, entre outros, do PDL 428/19, que susta a aplicação da Portaria 604/19, que dispõe sobre a autorização permanente para o trabalho

aos domingos e feriados civis e religiosos a que se refere o artigo 68, parágrafo único da CLT, bem como do PL 2.416/20, que permite a movimentação das contas vinculadas no FGTS aos trabalhadores que tiverem seus salários diminuídos devido à redução da jornada de trabalho ou à suspensão do contrato de trabalho durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo 6, de 20 de março de 2020. Foi designado relator em plenário do PL 3.887/20, do Poder Executivo, que institui a CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços), e altera a legislação tributária federal. A proposta original do governo é de que a CBS incidirá apenas sobre a receita decorrente do faturamento empresarial, ou seja, sobre as operações realizadas com bens e serviços em sentido amplo. Supera-se, assim, a controversa tributação incidente sobre a receita total, implementada em 1998, com a publicação da Lei 9.718/98, e reproduzida posteriormente quando da instituição da apuração não cumulativa da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Especialização técnica: bacharel em administração de empresas e em ciências contábeis com vasta experiência e vivência no meio sindical. É autor do PL 1.199/21, que dispõe sobre a destinação de valores da contribuição social do "Sistema S" do comércio (Sesc - Decreto-Lei 9.853/46) para aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o protocolo de cooperação entre CNC (Confederação Nacional do Comércio) e CNTC. É também autor do PL 5.480/20, que inclui os trabalhadores do comércio na relação de profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública. Os projetos tramitam na Câmara dos Deputados.



Luiza Erundina (PSol-SP)

Deputada, 6º mandato, paraibana, assistente social. **Debatedora**.

- Trajetória na vida pública: antes do ingresso no Parlamento federal, foi secretária de Educação de Campina Grande (PB), única função pública que assumiu na cidade natal. Em São Paulo, foi vereadora, deputada estadual e prefeita. Exerceu também o cargo de ministra da Administração Federal no governo Itamar Franco.
- Atuação político-parlamentar: nesta legislatura, foi titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Foi a primeira presidente da CLP. Atualmente, é 2ª vice-presidente do colegiado. Exerceu o cargo de 3ª suplente da Mesa Diretora da Câmara, de vice-líder e de líder de partido. Coordenou as frentes parlamentares pela Reforma Política com Participação Popular, e pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular.
- Especialização técnica: mestre em Ciências Sociais com diversas especializações na área, é uma das principais lideranças femininas no Congresso Nacional. É também a grande referência do Legislativo federal em matéria de participação popular, democracia direta e de controle social. Vinculada às lutas democráticas, é parlamentar de visão nacional. Prioriza a defesa da ética na política, os direitos humanos e a democratização dos meios de comunicação. É autora, entre outras matérias, da EC 90/15, que introduz o transporte como

direito social na Constituição. Foi relatora na Câmara dos Deputados do PL 3.932/20, transformado na Lei 14.151/21, que dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante o estado de calamidade pública do coronavírus reconhecido pelo Decreto Legislativo 6, de 20 de março de 2020.



Marcelo Freixo (PSB-RJ)

Deputado, 1º mandato, carioca, professor. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: antes de ingressar na política, atuava como militante em direitos humanos, coordenando, por exemplo, projetos educativos no sistema penitenciário. Em 2006, elegeu-se deputado estadual, e exerceu 3 mandatos consecutivos. Foi 2 vezes candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro. Disputou o 2º turno no pleito de 2016.
- Atuação político-parlamentar: atual líder da Minoria. Atuou como vice-líder do PSol e da Minoria na Câmara dos Deputados. Foi o candidato de Oposição de esquerda à presidência da Casa para o biênio 2019-2021. Foi membro titular da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Integra a comissão externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do MEC, bem como da apresentação do planejamento estratégico da pasta. Após 16 anos de militância no PSol, migrou para o PSB em junho de 2021. É candidato ao governo do Rio de Janeiro.
- Especialização técnica: redução das desigualdades e a promoção da cidadania são prioridades do mandato parlamentar. Pela experiência na área da segurança pública e enfrentamento ao crime organizado, é coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular. Participou do grupo de trabalho que analisou o pacote de medidas para reduzir a criminalidade, idealizado pelo ex-ministro da Justiça Sergio Moro. É autor do PL 4.093/19, que dispõe sobre mecanismos de avaliação de impactos ambientais. É um dos autores do PL 1.075/20, sancionado como Lei 14.017/20, que dispõe sobre ações emergenciais para a cultura durante o estado da pandemia da covid-19.



→ Marcelo Ramos (PSD-AM)

Deputado, 1º mandato, amazonense, advogado. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: chegou à Câmara Federal com a experiência de mandatos como vereador de Manaus e deputado estadual. Foi subsecretário municipal de Esportes, chefe de gabinete do Ministério do Esporte e presidente do Instituto Municipal de Transporte Urbano em Manaus.
- Atuação político-parlamentar: na estreia no Parlamento, assumiu o cargo de 1º vice-líder do PL e de bloco parlamentar. Foi 1º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Foi destituído do cargo por ter saído do PL. Outra missão importante nesta legislatura, a qual cumpriu com desenvoltura, foi a presidência da comissão especial da reforma da Previdência, promulgada como EC 103. É

- presidente da comissão especial sobre subsídios tributários, financeiros e creditícios. Presidiu a comissão especial da PEC 199/19, da prisão em 2ª instância. Eleito pelo PL, migrou para a o PSD.
- Especialização técnica: advogado com pós-graduação em Direito Processual Civil e bacharel em Relações Governamentais, atua com prioridade no Parlamento em favor de temas relacionados à integração nacional, desenvolvimento regional e da Amazônia. Entre os projetos sob a relatoria dele, destaque para o PL 10.756/18, que inclui os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte na jurisdição da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). Coordena as frente parlamentares Mista para o Desenvolvimento Regional Sustentável, e em Defesa da Sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social e da Competitividade do Mercado de Capitais.



∤ Marcos Pereira (Republicanos-SP)

Deputado, 1º mandato, capixaba, advogado. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: presidente nacional do partido, antigo PRB, foi ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços no governo de Michel Temer. É bispo licenciado da Iurd (Igreja Universal do Reino de Deus).
- Atuação político-parlamentar: após estrear na Câmara Federal, foi eleito 1º vice-presidente da Mesa Diretora. Na atual legislatura, é 1º vice-presidente da CCJ. Coordena as frente parlamentar mista José Alencar para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e de Confecção; do Trabalho, Emprego e Renda; e para o Desenvolvimento da Indústria Elétrica e Eletrônica. Também é presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Israel.
- Especialização técnica: empreendedorismo, reforma tributária, enxugamento da máquina pública são temas prioritários na agenda do parlamentar. É autor do PLP 143/19, que impede o contingenciamento de recursos do Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), órgão vinculado ao Ministério da Economia que faz o registro de marcas e patentes em uso no País.



│ Margarete Coelho (PP-PI)

Deputada, 1º mandato, advogada. Formuladora.

- Trajetória na vida pública: chegou à Casa com a experiência de mandato de deputada estadual e de vice-governadora do Piauí. Ocupou, no estado, diversos cargos públicos e de representação institucional, como a de procuradora da Alepi, coordenadora do Núcleo de Treinamento da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, de subsecretária de Justiça, de subsecretária da Administração, e de conselheira federal da OAB.
- Atuação político-parlamentar: articulada e com bom trânsito na Câmara, é vicelíder do PP. Foi designada relatora do grupo de trabalho da reforma da legislação eleitoral. É coordenadora de outros 2 grupos de trabalho: o da legislação penal e processual penal e o do anteprojeto do novo CPP. É presidente da comissão especial da PEC 24/19, que dispõe sobre despesas das instituições federais de ensino.

• **Especialização técnica:** com boa formação acadêmica, é tecnóloga em construção civil, advogada com diversas especializações e mestre em direito. Professora universitária, é autora de livros e artigos com a temática de direito eleitoral, direito constitucional, direitos humanos, representação feminina na política, direitos humanos e cidadania.



Orlando Silva (PCdoB-SP)

Deputado, 2º mandato, baiano, cientista social. Articulador.

- Trajetória na vida pública: Iniciou a carreira na vida política na militância estudantil. Participou e liderou movimentos importantes como a campanha dos "caras pintadas" e foi presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes). Exerceu o cargo de ministro do Esporte no governo Lula. Antes de assumir a titularidade da pasta, havia atuado como secretário nacional de Esporte, nacional de Esporte Educacional e secretário-executivo.
- Atuação político-parlamentar: atual vice-líder do PCdoB. Desempenhou as funções de líder da Oposição na Câmara dos Deputados e de vice-líder do governo Dilma. Nesta legislatura, assumiu o cargo de secretário de Participação, Interação e Mídias Digitais da Câmara. É presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Foi presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e também exerceu o cargo de 1º vice-presidente deste colegiado temático. Presidiu o diretório estadual do PCdoB em São Paulo. Foi relator da MP 936/20, transformada na Lei 14.020/20, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública da covid-19.
- Especialização técnica: relator da comissão especial que analisa proposições sobre concessão de subsídios tributários, financeiros e creditícios. Também relatou, na comissão especial, a PEC 17/19, promulgada como EC 115/22, que inclui a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e fixa a competência privativa da União para legislar sobre a proteção e tratamento de dados pessoais. Integra a comissão especial do PL 3.453/08, que trata das PPP, e a comissão especial do PL 8.045/10, que examina o CPP. Foi relator do PL 8.456/17, que deu origem à Lei 13.670/18, dispondo sobre a reoneração da folha de pagamento.



Paulinho da Força (Solidariedade-SP)

Deputado, 4º mandato, paranaense, metalúrgico. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: uma das mais importantes lideranças do movimento sindical do País, foi secretário-geral e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Foi presidente da Força Sindical.
- Atuação político-parlamentar: foi membro titular da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Fundador e presidente nacional do Solidariedade, foi 1º vice-líder do partido na Câmara Federal. Atuou como líder e vice-líder de partido e de bloco parlamentar. Presidiu a comissão especial destinada a estudar e apresentar propostas relacionadas ao financiamento da atividade sindical. Na

- Câmara, destaca-se o protagonismo nas negociações do acordo histórico para a definição de política permanente de reajuste do salário mínimo. Preside a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara.
- **Especialização técnica:** nesta legislatura, recebeu a missão de relatar o PL 1.321/19, que garante a autonomia dos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios. O texto foi transformado na Lei 13.831/19.



Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)

Deputado, 4º mandato, mineiro, advogado. Formulador.

- Trajetória na vida pública: ingressou na Câmara dos Deputados com vasta experiência na área jurídica adquirida como advogado militante por quase 20 anos antes da primeira eleição em 2006. Ocupou cargo de juiz eleitoral do TRE-MG (Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais).
- Atuação político-parlamentar: presidente do PSDB em Minas Gerais, cargo que ocupa pela segunda vez. Atuou como vice-líder do partido na Câmara Federal. Nos 4 mandatos parlamentares, exerceu diversas funções, dentre essas, foi o 1º vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Por vários anos, foi vice-líder do PSDB na Câmara Federal e líder da Oposição (Minoria) ao governo Dilma Rousseff em 2011. Foi 2º vice-presidente da CPI que investigou escutas telefônicas clandestinas/ilegais e da comissão especial que analisou o mérito da PEC 130/07, que revoga dispositivos que garantem a prerrogativa de foro privilegiado. Relatou, na CCJ e plenário, o voto vencedor que derrubou a autorização para a abertura de processo penal e o consequente afastamento do ex-presidente da República Michel Temer. Foi relator do PL 7.448/17, transformado na Lei 13.665/18, que inclui no Decreto-Lei 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.
- Especialização técnica: advogado e mestre em MBA (Master in Business Administration), é autor e relator de diversas proposições na área do Direito, como o PL 3.628/08, que altera o Estatuto da Advocacia da OAB para permitir a inscrição como estagiário do estudante de Direito, a partir do 5º período, e o PL 2.701/20, que altera a definição dos crimes contra o sistema financeiro. Os projetos tramitam na Câmara Federal. É um dos operadores temáticos do Parlamento nas áreas de justiça, segurança e cidadania. Foi membro de todos os grupos de trabalho de revisão da legislação do Direito e Processo Penal. Atuou no grupo de trabalho que discutiu o pacote anticrime na Câmara dos Deputados.



Paulo Pimenta (PT-RS)

Deputado, 5º mandato, gaúcho, jornalista. **Debatedor**.

• Trajetória na vida pública: iniciou a trajetória política como vereador, deputado estadual e vice-prefeito de Santa Maria (RS), principal base eleitoral, onde também atuou como secretário-geral e secretário de Finanças. Na Assembleia Legislativa

- do estado, foi presidente da CPI de Combate ao Crime Organizado. Um dos fundadores do PT no Rio Grande do Sul, presidiu os diretórios municipal e estadual do partido.
- Atuação político-parlamentar: foi líder do PT na Câmara dos Deputados, presidente e 1º vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, além de presidente da CLP. Presidiu a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e desempenhou a função de coordenador da bancada gaúcha no Congresso Nacional. Atualmente é vice-líder do partido na Casa.
- Especialização técnica: quando líder do PT, conduziu a resistência às pautas governamentais, especialmente nos assuntos relacionados aos direitos econômicos e sociais: defesa da Previdência, da educação pública, da saúde pública, do pré-sal e da soberania nacional. É autor da PEC 416/05, promulgada como EC 71, que institui o Sistema Nacional de Cultura. É um dos autores do PL 3.917/20, que altera a Lei 9.478/97, da política energética nacional, para tipificar o crime de criação irregular de empresas subsidiárias, destinadas à privatização, por meio de fraude à decisão judicial ou descumprimento de determinação constitucional. O projeto tramita na Câmara dos Deputados. Foi presidente da comissão externa das eleições na Venezuela.



Paulo Teixeira (PT-SP)

Deputado, 4º mandato, paulista, advogado. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: experiente, foi administrador regional de São Miguel Paulista (SP) no governo de Luiza Erundina, vereador, deputado estadual, secretário municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo e diretor-presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo no governo de Marta Suplicy.
- Atuação político-parlamentar: atuou como líder da Minoria e vice-líder da Oposição ao governo. É 3º vice-presidente da comissão especial do PL 8.045/10, sobre o CPP. Em legislaturas anteriores, atuou como vice-líder e líder do PT na Câmara dos Deputados e também como vice-líder do governo petista. Foi o principal interlocutor do governo na discussão e aprovação do Marco Regulatório dos Resíduos Sólidos.
- Especialização técnica: experiente nas matérias relacionadas à segurança pública, desempenha papel de destaque como integrante do grupo de trabalho que analisa alterações na legislação penal e processual penal. É presidente da comissão especial do PL 399/15, que busca viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis Sativa em sua formulação. Foi relator-geral da comissão especial criada para proferir parecer ao projeto que deu origem ao novo CPC (Lei 13.105/15). Operador temático da área de Amazônia e Meio Ambiente, coordenou a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Urbana e dos Movimentos de Luta por Moradia.



Perpétua Almeida (PCdoB-AC)

Deputada, 4º mandato, acriana, professora e bancária. **Debatedora**.

- Trajetória na vida pública: vinculada ao movimento sindical e social, foi diretora e presidente do Sindicato dos Bancários do Acre e presidente da União Municipal de Associação de Moradores de Cruzeiro do Sul (AC). Chegou à Câmara dos Deputados após ter sido vereadora em Rio Branco (AC).
- Atuação político-parlamentar: atual vice-líder da Oposição, já atuou como líder do PCdoB e vice-líder de bloco parlamentar na Câmara dos Deputados. É coordenadora da Frente Parlamentar Mista de Fortalecimento da Cooperação entre os Países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). É também presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Vietnã. Articulada, já foi designada para importantes missões do partido, como a presidência e a 1ª vice-presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presidiu a comissão especial de catástrofes climáticas, foi 1ª vice-presidente da Comissão de Amazônia e Desenvolvimento Regional, 2ª vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e 3ª vice-presidente da CPI da Biopirataria. Voz ativa em defesa das minorias, se posiciona a favor da prorrogação do auxílio emergencial de R\$ 600 enquanto perdurar a pandemia. Argumenta a parlamentar, que o governo foi autorizado, com o decreto de calamidade pública e o orçamento de guerra, a gastar o que for necessário para proteger vidas, empresas, gerar emprego e renda.
- Especialização técnica: vinculada à educação, defendeu a aprovação do PL 1.079/20, transformado na Lei 14.024/20, que suspendeu temporariamente a cobrança das parcelas do Fies durante a pandemia do coronavírus. A parlamentar mantém como bandeira de seu mandato a anistia do Fies porque os alunos formados pelo programa não têm encontrado emprego, mas a dívida permanece. O governo editou a MP 1.091/21, transformado na Lei 14.375/22, que concede desconto no Fies, mas não anistia a dívida por completo. É autora do PL 3.857/20, que dispõe sobre plataforma virtual pública de aprendizagem de ensino à distância de código aberto a ser utilizada pelas redes públicas e privadas da educação básica, para o desenvolvimento de educação à distância para alunos e professores. Coordena o GT-5G (Grupo de Trabalho), destinado a avaliar e acompanhar os impactos da implantação da tecnologia 5G no Brasil e propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação relacionada aos serviços de telecomunicações.



Professor Israel Batista (PSB-DF)

Deputado, 1º mandato, brasiliense, professor e cientista político. **Articulador**.

Trajetória na vida pública: chegou à Câmara dos Deputados com a experiência de 2 mandatos consecutivos de deputado distrital. Nesses mandatos, articulou, relatou e aprovou a Lei Geral dos Concursos Públicos no DF, que obriga a nomeação dos aprovados dentro do número de vagas do concurso. Foi assessor especial da Juventude da Secretaria de Justiça do Distrito Federal e secretário-adjunto do Trabalho do governo do DF. É bastante conhecido em Brasília, no DF e no Brasil como professor de história e Atualidades em preparatórios para vestibulares e concursos no qual lecionou, bem como no projeto "Bora Vencer", do qual é fundador, que é

- o maior preparatório de vestibulares gratuito do País. Foi um dos idealizadores do Brasília Sem Fronteiras, programa que oportunizou para mais de 1 mil estudantes de escolas públicas estudarem nos EUA, França, Holanda, Áustria e Espanha.
- Atuação político-parlamentar: vice-líder do PSB na Câmara dos Deputados, é sub-relator da comissão externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do MEC, bem como da apresentação do planejamento estratégico da pasta. É um dos autores do PL 3.477/20, transformado na Lei 14.172/20, que dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. Coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) e preside a Mista de Educação. Eleito pelo PV, partido no qual chegou a liderar na Câmara Federal, migrou para o PSB durante a janela partidária para a disputa eleitoral de 2022.
- Especialização técnica: operador temático da área da educação, foi designado 1º vice-presidente da comissão especial da PEC 24/19, que exclui despesas de instituições federais de ensino da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias. É um dos autores do PL 4.372/20, transformado na Lei 14.113/20, que regulamenta o Fundeb, de que trata o art. 212-A da Constituição.



Professora Dorinha Seabra Rezende (União-To)

Deputada, 3º mandato, goiana, professora. **Formuladora**.

- Trajetória na vida pública: parlamentar da educação, tem vasta prestação de serviços na área educacional para governos estaduais, federal e entidades de classe. Foi conselheira estadual de educação, presidente de câmara de ensino superior, membro intergovernamental e técnico, além de fundadora da organização "Todos pela Educação", que busca assegurar educação pública de qualidade para todos os cidadãos.
- Atuação político-parlamentar: atual vice-líder do União, já foi presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, desempenhou as funções de vice-líder do DEM e de bloco parlamentar na Câmara dos Deputados. É coordenadora da Frente Parlamentar Mista da Educação. Foi relatora na comissão especial da PEC 15/15, promulgada como EC 108, que tornou o Fundeb instrumento permanente de financiamento do governo para a educação pública. Exerceu o cargo de coordenadora-geral da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. Foi relatora do PL 7.874/17, transformado na Lei 13.715/18, que dispõe sobre a perda do poder familiar em caso de feminicídio, de lesões gravíssimas e de abuso sexual contra filhos. Também foi relatora do PL 2.508/20, sancionado como Lei 14.171/21, que altera a Lei 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o art. 2º da Lei 13.982, de 2 de abril de 2020.
- Especialização técnica: pedagoga, especialista em alfabetização. Mestre em Educação Escolar, formuladora de políticas públicas para a área. É autora do PL 3.562/20, que altera o § 1º do art. 8º da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, para incluir, nas câmaras do Conselho Nacional de Educação, representantes de entidades que congregam, respectivamente, gestores estaduais e municipais da educação e das instituições federais de educação superior. O projeto aguarda criação de comissão especial na Câmara dos Deputados.



REGINALDO LOPES (PT-MG)

Deputado, 5º mandato, mineiro, economista. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: presidiu o PT de Minas por 2 mandatos. Professor substituto da Secretaria de Educação em São João Del Rei (MG). Atuou também como monitor na UFSJ (Universidade Federal de São João Del Rei).
- Atuação político-parlamentar: líder do PT. Atuou como vice-líder do PT e da Minoria. É autor da Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527/11, que regulamenta o direito constitucional de qualquer pessoa, física ou jurídica, obter informações de órgãos e entidades sem apresentar motivo. Relatou o PL 1.394/03, transformado na Lei 10.748/03, que cria o PNPE (Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens). Relatou a MP 186/04, transformada na Lei 10.940/04, que altera critérios e requisitos para admissão e manutenção de jovens no PNPE. Presidiu a CPI que tratou do enfrentamento do genocídio da juventude negra e pobre, que resultou na elaboração de propostas para sanar o problema. Coordena a Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Crítico contundente da redução dos investimentos públicos por parte do governo, em educação e inovação tecnológica. Em "ascensão" em 2021, passou ao seleto grupo dos 100 "Cabeças" do Congresso.
- **Especialização técnica:** graduado em ciências econômicas é operador temático na matéria. Pós-graduado em administração.



Renildo Calheiros (PCdoB-PE)

Deputado, 4º mandato, alagoano, geólogo. Articulador.

- Trajetória na vida pública: com origem no movimento estudantil, assumiu a presidência da UNE. Durante a gestão, foi aprovado o projeto de legalização da entidade no período pós-ditadura militar. Foi vereador de Recife (PE). Experiente, retornou à Câmara após 2 mandatos consecutivos de prefeito de Olinda (PE).
- Atuação político-parlamentar: líder do PCdoB, foi titular da CCJ, da Comissão do Esporte e da comissão especial da PEC 45/19, sobre a reforma tributária. Em mandatos anteriores, foi vice-líder do governo Lula, líder da bancada do PCdoB e de bloco parlamentar. É um dos autores da PEC 416/05, promulgada como EC 71/12, que acrescenta o artigo 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura.
- Especialização técnica: geólogo, foi relator do PL 4.615/04, transformado na Lei 11.046/04, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). É autor do PL 1.893/19, que cria o Funphan (Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para a execução de ações de recuperação e preservação do acervo patrimonial tombado pela União e pelos estados. Voz ativa em defesa dos trabalhadores, é autor do PL 3.954/20, que dispõe sobre a proteção e assegura direitos básicos aos trabalhadores de entrega de mercadorias por aplicativos, meios telemáticos e informatizados. É também autor do PL 3.480/20, que inclui a covid-19 na lista de doenças relacionadas ao trabalho e estabelece condições especiais para as pessoas contaminadas pelo coronavírus. Os projetos estão em tramitação na Câmara dos Deputados.



Ricardo Barros (PP-PR)

Deputado, 6º mandato, paranaense, empresário. **Negociador**.

- Trajetória na vida pública: iniciou a trajetória política como prefeito de Maringá (PR), principal base eleitoral. Foi também secretário estadual de Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul no governo do Paraná. Presidiu o Conselho Nacional dos Secretários de Desenvolvimento Econômico. Integrou o primeiro escalão do governo Temer como ministro da Saúde, cuja gestão, na lógica do ajuste fiscal.
- Atuação político-parlamentar: líder do governo na Câmara dos Deputados, foi um dos candidatos à presidência da Casa para o biênio 2019-2021. Integra a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Coordena as frentes parlamentares da Indústria Pública de Medicamentos, da Informatização na Saúde e a pela Formação dos Agentes Comunitários de Saúde. É vice-presidente da CPMI que investiga as fake news. Desempenhou importantes missões na relação entre os poderes Executivo e Legislativo, ao assumir postos estratégicos na Câmara. Foi vice-líder do governo Dilma na Casa, quando também exerceu o cargo de relator-geral do Orçamento de 2016. Ocupou ainda os cargos de vice-líder e líder do governo FHC no Congresso e vice-líder dos governos Lula e Bolsonaro na Câmara dos Deputados.
- Especialização técnica: especialista em orçamento, é autor da Resolução 1/06, que modernizou a tramitação das matérias orçamentárias, e do livro "De Olho no Dinheiro do Brasil". Parlamentar de visão nacional, na Câmara dos Deputados, presidiu diversas frentes parlamentares como a Municipalista, a das Agências Reguladoras, a Ambientalista para o Desenvolvimento Sustentável e a Nacional em Defesa da Indústria Têxtil e do Vestuário.



ROGÉRIO CORREIA (PT-MG)

Deputado, 1º mandato, mineiro, professor. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: mineiro de Belo Horizonte, Rogério Correia é filho de Marília da Glória Correia Baptista, professora primária e do ensino médio na rede estadual, e de Geraldo de Moura Baptista, comerciário e líder sindical. Os pais o influenciaram nas lutas populares, pelo exemplo de vida simples e correta de trabalhadores e pela dedicação à família.
- Atuação político-parlamentar: vice-líder do PT na Câmara dos Deputados, iniciou na atividade política aos 19 anos militando em movimentos populares e sindicais. Crítico contundente das políticas e ações adotadas pelo governo. Na Câmara, coordenou o acordo entre a Vale e o estado Minas Gerais, e o grupo de trabalho que analisou o rompimento da Barragem do Fundão. Foi relator da CPI da Barragem de Brumadinho (MG).
- **Especialização técnica:** professor, foi um dos autores da Lei 14.171/2021, que altera a Lei 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o art. 2º da Lei 13.982, de 2 de abril de 2020. Outra

norma que contou com o apoio e participação do parlamentar é a Lei 14.048/20, que dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da covid-19; altera as Leis s 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018 (Lei Assis Carvalho).



Rubens Bueno (Cidadania-PR)

Deputado, 5º mandato, paranaense, professor. Formulador.

- Trajetória na vida pública: experiente, além de secretário de Justiça, Trabalho e Ação Social do estado do Paraná, foi deputado estadual e prefeito de Campo Mourão (PR).
- Atuação político-parlamentar: presidente do Cidadania no estado do Paraná, foi líder do partido na Câmara Federal. Atuou como vice-líder de partido e de bloco parlamentar. É 1º vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Parlamentar com bom trânsito no Congresso, é reconhecido pelos pares por ser habilidoso negociador e formulador qualificado. Presidiu o Grupo Parlamentar Brasil/Itália.
- Especialização técnica: formado em Letras, foi coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Cruz Vermelha. É autor, entre outros, do PLP 242/13, que altera a LRF para estabelecer condições para a realização de transferências voluntárias da União às entidades de direito privado e de utilidade pública, e relator da comissão especial do PL 6.726/16, sobre o teto remuneratório. Com atuação de destaque no combate à corrupção e ao crime organizado, é autor da PEC 142/12, que acaba com o foro privilegiado para todos, e da PEC 163/12, que extingue o privilégio da aposentadoria compulsória para magistrados envolvidos em corrupção. Todas as proposições estão em tramitação na Câmara.



SÂMIA BOMFIM (PSol-SP)

Deputada, 1º mandato, paulista, servidora pública. **Debatedora**.

- Trajetória na vida pública: desde o início da legislatura, desempenha o cargo de vice-líder do PSol, assumindo também a liderança do partido. Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, 2ª coordenadora adjunta da Coordenadoria dos Direitos da Mulher e também da Secretaria da Mulher.
- Atuação político-parlamentar: iniciou a militância política na USP, fazendo parte do CA de Letras e do DCE. Antes da eleição para a Câmara, foi vereadora na Câmara Municipal de São Paulo, assumindo a liderança da bancada do PSol. Na Câmara Federal, tem sido voz ativa em prol dos direitos humanos, das mulheres e dos trabalhadores. É uma das autoras do PL 3.489/20, que acrescenta artigo à Lei 12.711/12, para dispor sobre reserva de vagas para candidatos negros, indígenas, quilombolas e com deficiência nos programas de pós-graduação das instituições federais de ensino superior. Estava em "ascensão" em 2021 e passou ao seleto grupo dos 100 "Cabeças".
- Especialização técnica: formada em Letras pela USP, onde exerce é servidora técnico-administrativa.



Silvio Costa Filho (Republicanos-PE)

Deputado, 1º mandato, pernambucano, pedagogo. Articulador.

- Trajetória na vida pública: iniciou a trajetória política como vereador de Recife (PE). Em 2007, elegeu-se para Alepe, onde cumpriu 3 mandatos consecutivos. Filho do ex-deputado federal Silvio Costa.
- Atuação político-parlamentar: atuou como vice-líder partidário e de bloco parlamentar na Câmara dos Deputados. Preside a Comissão de Defesa do Consumidor. Coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Pacto Federativo. Assumiu a 1ª vice-presidência da comissão especial da PEC 6/19, reforma da Previdência, dividindo com o presidente Marcelo Ramos as responsabilidades de conduzir o colegiado. Integra a comissão especial da PEC 391/17, que trata do FPM, um dos assuntos prioritários na atuação do parlamentar. Foi relator do PL 4.731/19, Lei 14.053/20, que altera a Lei 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as bacias hidrográficas localizadas nos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Ceará e Amapá na área de abrangência da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). É relator da PEC 122/15, que veda encargo sem previsão orçamentária.
- Especialização técnica: integrante da base do governo, foi designado para importantes missões como a relatoria da PEC 48/19, EC 105, que autoriza a transferência de recursos federais a estados, DF e municípios mediante emendas ao projeto de lei do orçamento anual. Foi também relator do PLP 19/19, Lei Complementar 179/21, que define os objetivos do Banco Central e dispõe sobre a autonomia e sobre a nomeação e a exoneração do presidente e diretores.



Tabata Amaral (PSB-SP)

Deputada, 1º mandato, paulista, cientista política. **Formuladora**.

- Trajetória na vida pública: ativista pela educação, é cofundadora dos movimentos Mapa Educação e Acredito. Estreou na Câmara como uma das revelações políticas entre os jovens eleitos em 2018 para o Parlamento.
- Atuação político-parlamentar: eleita pelo PDT, nesta legislatura exerceu atribuições como vice-líder e titular da Comissão de Educação, assumindo a relatoria da comissão externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do MEC, bem como da apresentação do planejamento estratégico da pasta. Por divergências político-partidárias, migrou para o PSB. É relatora da comissão externa destinada a avaliar e monitorar as políticas públicas ambientais, a qualidade da execução e impactos socioeconômicos, com vistas a propor políticas para a integração de meio ambiente e economia nacional, no âmbito dos ministérios do Meio Ambiente, da Economia, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Relações Exteriores. Também é relatora da comissão especial da PEC 24/19, que exclui despesas de instituições federais de ensino, nos termos especificados, da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias. Integrou a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e atuou como 3ª coordenadora adjunta da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. É Secretária da Mulher do Parlamento Federal.

• Especialização técnica: formada em ciência política e astrofísica em Harvard (EUA), é operadora temática na área de educação e prioriza no mandato políticas públicas que priorizem o ensino público de qualidade, direitos das mulheres e diversidade na política. Foi 2ª secretária adjunta da Secretaria da Juventude na Câmara dos Deputados e também coordenadora da comissão externa sobre Violência Doméstica Contra a Mulher. Relatou, entre outros, o PL 3.477/20, Lei 14.172/21, que dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública.



Tadeu Alencar (PSB-PE)

Deputado, 2º mandato, pernambucano, procurador da fazenda nacional. **Formulador**.

- Trajetória na vida pública: antes da eleição à Câmara, primeiro pleito que disputou, exerceu os cargos de procurador-geral do estado de Pernambuco e secretário da Casa Civil no governo de Eduardo Campos. Na PGFN, atuou como procurador da 5ª Região e procurador-geral adjunto da Fazenda Nacional.
- Atuação político-parlamentar: vice-líder da Oposição. Atuou como líder e vice-líder do PSB na Câmara. É titular da comissão especial da PEC 45/19, da reforma tributária, e da comissão especial sobre subsídios tributários e creditícios. É presidente de 2 importantes comissões na Câmara dos Deputados: a que discute alterações na Lei da Improbidade Administrativa (PL 1.0887/18) e a do Devedor Contumaz (PL 1.646/19), que trata de aprimorar a recuperação de crédito da dívida ativa da União. É autor da PEC 401/18, que tramita na Câmara Federal e trata de novas formas de investidura de ministros do STF. Foi um dos principais interlocutores da Oposição no debate da PEC 6/19, da reforma da Previdência, EC 103/19. É 2º vice-presidente da comissão especial do aprendiz (PL 6.461/19).
- Especialização técnica: conduz o mandato prioritariamente em defesa de questões como a reforma tributária, a reforma do Estado e o combate à precarização das relações de trabalho. É coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Cinema e do Audiovisual Brasileiros. É autor do PL 3.092/20, que institui o adicional de insalubridade de combate ao coronavírus aos profissionais de saúde, agentes comunitários de saúde e os de combate às endemias durante o período de estado de calamidade pública. Esse projeto continua em tramitação na Câmara. É um dos autores do PL 3.792/15, Lei 13.431/17, que estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência.



Talíria Petrone (PSol-RJ)

Deputada, 1º mandato, carioca, professora. **Debatedora**.

- Trajetória na vida pública: chegou à Casa após cumprir mandato de vereadora em Niterói (RJ). Militante dos direitos humanos, da mulher, do movimento negro e dos LGBTQIA+, prioridade de atuação na Câmara.
- Atuação político-parlamentar: coordena a Frente Parlamentar com Participação Popular Feminista e Antirracista. Articulada, foi líder do PSol no Parlamento e desempenhou a função de vice-líder da Oposição ao governo na Câmara Federal.

É uma das autoras do PL 2.043/21, que dispõe sobre a aplicação do princípio da não violência e garantia dos direitos humanos no contexto de manifestações e eventos públicos, bem como na execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse. É uma das autoras do PL 1.291/00, Lei 14.022/20, que assegura medidas de combate e prevenção à violência doméstica previstas na Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) e no CPP durante a vigência da Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, ou durante a declaração de estado de emergência de caráter humanitário e sanitário em território nacional.

• Especialização técnica: formada em história pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), é mestra em serviço social pela UFF (Universidade Federal Fluminense), e professora da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro.



VINICIUS CARVALHO (Republicanos-SP)

Deputado, 3º mandato, paulista, jornalista. **Negociador**.

- Trajetória na vida pública: oriundo da comunicação social, é radialista, jornalista, apresentador, advogado especializando em Direito Previdenciário e do Consumidor. Empresário da comunicação social, foi diretor de diversas rádios e canais de televisão, entre outros, da Gravadora Line Records, no Rio de Janeiro, e presidente regional da TV Record também no Rio de Janeiro.
- Atuação político-parlamentar: antes de chegar à Câmara dos Deputados, foi presidente do PRB no estado de São Paulo, tendo assumido a coordenação de Ação Social da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Na Câmara dos Deputados tem dedicado o mandato para as áreas de direitos do consumidor, assistência social, segurança pública, saúde, desenvolvimento econômico, seguridade social e família e educação.
- Especialização técnica: advogado especializado em Direito Previdenciário e do Consumidor, é autor de diversos livros sobre o tema. É pastor 29 anos. Está licenciado da lurd (Igreja Universal do Reino de Deus).



Wellington Roberto (PL-PB)

Deputado, 5º mandato, paraibano, empresário. **Negociador**.

- Trajetória na vida pública: foi suplente do senador Humberto Lucena em 1994, tendo sido efetivado no mandato após a morte do titular em 1998. Exerceu o mandato até 2003.
- Atuação político-parlamentar: eleito deputado federal, foi líder e vice-líder do PL na Câmara dos Deputados, e atuou também como vice-líder de bloco parlamentar. Coordenou a Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura. Foi presidente da Comissão de Viação e Transportes e coordenador da bancada parlamentar da Paraíba na Casa. Conhecedor da temática orçamentária, goza de bom trânsito no Congresso Nacional. É relator do Grupo de Trabalho destinado a analisar, estudar e debater mudanças no atual sistema de serventias notariais e de registro, bem como das custas dos serviços forenses.

Especialização técnica: empresário das áreas de construção civil, concessionárias de veículos automotores, agropecuária e de telecomunicações, é um importante interlocutor destes segmentos na Câmara dos Deputados. Foi designado relator do PL 3.561/15, que torna obrigatória a contratação de seguro contra o rompimento e/ou vazamento de barragens e dá outras providências. É um dos autores do PLP 278/19, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico da Baixada Fluminense e do Rio Preto e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Baixada Fluminense e do Rio Preto. Os projetos estão em tramitação na Câmara dos Deputados.



⊢ Wolney Queiroz (PDT-PE)

Deputado, 6º mandato, pernambucano, empresário. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: iniciou na política como vereador em Caruaru (PE), tendo ocupado o cargo de 1º vice-presidente da Câmara Municipal. Liderança política do PDT, é presidente estadual do partido.
- Atuação político-parlamentar: líder da Oposição na Câmara, é um dos principais negociadores do PDT. Coordena a bancada de Pernambuco na CMO. É 3º vice-presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, importante colegiado no qual já foi também 1º vice-presidente e presidente.
- Especialização técnica: parlamentar com bom trânsito na Câmara dos Deputados, foi 2º suplente de secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor. Foi designado relator do PL 944/07, Lei 12.461/11, que obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em caso de violência contra idosos. Também foi relator do PLP 270/16, Lei Complementar 164/18, que acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar 101, de 4 maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanção a município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal nos casos de queda de receita que especifica.

PERFIL INDIVIDUAL 31 SENADORES

Os senadores grafados em caixa alta e negrito são os novos "Cabeças" 2022



ALEXANDRE SILVEIRA (PSD-MG)

Senador, 1º mandato, mineiro, delegado de polícia. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: deputado federal na legislatura 2007-2011, eleito pelo PPS (Partido Popular Socialista). Reeleito pelo PSD para o mandato 2011-2014. Em 2014 foi eleito 1º suplente do senador Antonio Anastasia (PSD). Durante os 2 mandatos de deputado federal foi presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, efetivo da CCJ e também da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. No primeiro mandato, foi membro da Mesa Diretora da Câmara.
- Atuação político-parlamentar: em 2003, Alexandre Silveira foi convidado pelo então vice-presidente do República, José Alencar, a ocupar o cargo de coordenador geral da 6ª Unit (Unidade de Infraestrutura Terrestre), órgão vinculado ao Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte). Em 2004, assumiu a diretoria-geral do Dnit, ficou no cargo até dezembro de 2005. Em janeiro de 2011, Silveira assumiu a Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana em Minas Gerais. Também foi secretário de estado de Saúde, em 2014. Ainda em 2014, elegeu-se 1º suplente do ex-governador Antonio Anastasia. Tornou-se senador em 2022, com a renúncia de Anastasia para assumir o cargo de ministro do TCU.
- Especialização técnica: compõe a Executiva Nacional do PSD como secretário, além de presidir o diretório em Minas Gerais. Policial civil, apresentou o PL 469/22, que cria o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos para punir com mais rigor aqueles que levam insegurança às ruas e aos estádios em dias de jogos. Foi relator no Senado da Lei Paulo Gustavo (PLP 73/21), que destina recursos de maneira descentralizada para todos os estados e municípios do Brasil para garantir ações emergenciais para o setor cultural. Apresentou ainda outra proposta (PLP 66/22) para garantir recursos para a preservação do patrimônio artístico e cultural em todo o País.



Alvaro Dias (Podemos-PR)

Senador, 4º mandato, paulista, empresário. **Debatedor**.

• Trajetória na vida pública: iniciou na vida pública como vereador, seguindo na carreira política como deputado estadual, federal e governador do Paraná. Foi também presidente da Telepar (Telecomunicações do Paraná). Na eleição de 2014, foi o senador com a maior votação proporcional do Brasil, equivalente a 77% dos votos dos paranaenses. Foi candidato à Presidência da República nas eleições de 2018.

- Atuação político-parlamentar: foi líder do Podemos, partido ao qual se filiou após rápida passagem pelo PV. Foi líder do bloco parlamentar de Oposição aos governos Lula e Dilma no Senado Federal. Se relaciona bem com a imprensa, especialmente por causa da linha investigativa da atividade parlamentar. Com perfil midiático, confere visibilidade ao mandato. Pertenceu ao PMDB, PDT e PSDB. É autor de inúmeras PEC, entre essas, a PEC 13/18, que autoriza a prisão de parlamentares: em flagrante de crime inafiançável; cautelar, quando utilizarem o cargo para a prática de crime; e após condenação em segundo grau, e revoga a possibilidade de a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal decidir sobre a prisão ou sobre a sustação do processo. Foi relator, entre outros, do PLS 204/11 (PLS 5.900/13, na Câmara), que altera o art. 1º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para prever os delitos de peculato, concussão, excesso de exação, corrupção passiva e corrupção ativa, além de homicídio simples e suas formas qualificadas, como crimes hediondos; e altera os art. 312, 316, 317 e 333 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena dos delitos neles previstos.
- Especialização técnica: professor e doutor honoris causa em administração governamental pela Southern States University. Foi presidente das CPI do Futebol, e da Terra, e esteve à frente de outras, como a CPI dos Bingos e a CPMI dos Correios. É autor da PEC 10/13 (PEC 333/17, na Câmara), que põe fim ao foro especial por prerrogativa de função. PEC continuam em tramitação no Parlamento.



CARLOS PORTINHO (PL-RJ)

Senador, 1º mandato, carioca, advogado. **Negociador**.

- Trajetória na vida pública: assumiu o mandato de senador do Rio de Janeiro em 2020 após a morte do titular, senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ), falecido por ter contraído covid-19.
- Atuação político-parlamentar: líder do governo na Casa. No setor público, exerceu o cargo de secretário municipal de Habitação durante a gestão de Eduardo Paes na prefeitura do Rio de Janeiro, secretário estadual de Meio Ambiente na gestão de Luiz Fernando Pezão e subsecretário municipal de Habitação da gestão Marcelo Crivella. Antes, foi assessor parlamentar de Índio da Costa na Câmara dos Deputados. Colaborou na assessoria do relatório para a Lei da Ficha Limpa.
- Especialização técnica: advogado formado pela PUC-RJ é especializado em Direito Esportivo, Tributário e Público. Lecionou essas disciplinas em faculdades particulares. Foi vice-presidente jurídico do Flamengo em 2002 e atuou em defesa de outros clubes como Palmeiras, Santos, Cruzeiro, Atlético-MG e São Paulo, além de atletas como Dodô e Jobson quando estes responderam a processos na esfera esportiva por dopping.



├ Cid Gomes (PDT-CE)

Senador, 1º mandato, cearense, engenheiro civil. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: político experiente, foi deputado estadual, prefeito de Sobral (CE) e governador do estado do Ceará por 2 mandatos. No governo de Dilma Rousseff, assumiu o MEC. De família tradicional na política cearense, é irmão de Ciro Gomes.
- Atuação político-parlamentar: no primeiro mandato de senador, é presença constante na tribuna, onde exerce com habilidade o debate político. Líder do PDT. Titular da CCJ e da Comissão de Educação. Integrou a comissão especial destinada a acompanhar a PEC 6/19, da reforma da Previdência (EC 103/19).
- Especialização técnica: temas relacionados à educação são prioridade no mandato. Entre as matérias em tramitação na Casa, destaque para a relatoria da PEC 18/18, que dá nova redação aos art. 206, 209 e 213 da Constituição, para assegurar a oferta de educação básica gratuita nos estabelecimentos públicos e privados, e também da PEC 19/17, que proíbe o Poder Executivo de baixar medidas provisórias que afetem as diretrizes e bases da educação. As matérias estão tramitação no Senado Federal.



Daniella Ribeiro (PSD-PB)

Senadora, 1º mandato, paraibana, pedagoga. **Negociadora**.

- Trajetória na vida pública: estreou na vida pública como vereadora em Campina Grande (PB), cidade natal. Elegeu-se deputada estadual, com 2 mandatos na Assembleia Legislativa da Paraíba. Desenvolveu vários projetos como Mandato Popular, Mais Ação e Fórum Todas por Uma. Primeira senadora eleita pela Paraíba. De família tradicional na política do estado. Irmã do deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).
- Atuação político-parlamentar: eleita pelo PP, foi líder e vice-líder do partido no Senado. Migrou para o PSD em 2022. Foi presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Integra as comissões de Assuntos Econômicos, a Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher e a Mista de Controle das Atividades de Inteligência. É presidente do Conselho da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill. Em fevereiro de 2022, tornou-se membro da Mesa Diretora do Parlatino, Parlamento Latino-Americano, na qual assumiu a função de secretária de relações interinstitucionais, além de ser vice-presidente do grupo brasileiro no Parlatino.
- Especialização técnica: pedagoga, prioriza no mandato as questões relacionadas à educação e à prevenção da violência contra a mulher. É autora do PL 3.257/19, em tramitação no Senado, e inclui como causa de afastamento do agressor do lar a violência psicológica, moral ou patrimonial contra a mulher. Entre os projetos sob a relatoria dela, destaque para o PL 598/19, Lei 14.164/2021, que institui a semana escolar de combate à violência contra a mulher, a ser realizada anualmente no mês de março em todas as instituições públicas e privadas de educação básica, além do PLS 114/15, que altera a

Lei 11.738/08, que regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; a Lei 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto; e a Lei 11.345/06, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o FGTS.



Davi Alcolumbre (União-AP)

Senador, 1º mandato, amapaense, comerciante. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: estreou na política elegendo-se vereador de Macapá (AP). Foi eleito deputado federal, com 3 mandatos consecutivos. Também assumiu o cargo de secretário municipal de Obras Públicas e Serviços Públicos de Macapá.
- Atuação político-parlamentar: presidente da CCJ. Foi presidente da Mesa Diretora do Senado Federal e do Congresso Nacional. Líder do União no Senado. Coordenou a bancada do Amapá por 2 vezes e foi relator setorial do Orçamento em 2018, na área da Educação. Também ocupou as presidências das comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Meio Ambiente. Atuou ainda como vice-líder do governo Temer (2017) e do bloco de Oposição à Dilma (2016). Presidiu o Conselho da Ordem do Congresso.
- Especialização técnica: atuação na Casa sempre foi pautada pelo desenvolvimento do Amapá, caracterizando-o como senador municipalista. O perfil conciliador tem contribuído para condução dos trabalhos legislativos. Autor da PEC 110/19, reforma tributária, para extinguir tributos e criar o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços. Também é autor da PEC 105/19, que destina mais 5,5% da arrecadação do IR e do IPI para o FPM. As propostas tramitam no Senado Federal.



Eduardo Braga (MDB-AM)

Senador, 2º mandato, paraense, engenheiro e empresário. **Negociador**.

- Trajetória na vida pública: experiente, exerceu vários cargos na vida pública. Foi vereador, deputado estadual e federal, vice-prefeito, 2 vezes governador do Amazonas, além de ministro de Minas e Energia no governo Dilma.
- Atuação político-parlamentar: líder do MDB no Senado, atuou na liderança da Maioria e do governo na gestão de Dilma. Presidiu a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática e também a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Integrou a comissão especial da reforma Política. Foi titular da comissão especial da PEC 6/19, instituída para acompanhar a reforma da Previdência. Também compõe, como titular, a Comissão de Assuntos Econômicos, a CCJ, a Comissão de Meio Ambiente, entre outros colegiados.

Especialização técnica: desenvolvimento sustentável e integração nacional, além das questões de minas e energia, são temas prioritários no mandato. É autor do PLS 353/17, que estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável, definida como aquela desenvolvida no modelo de produção orgânica, em imóveis urbanos, públicos ou privados, cultivados para a produção de alimentos, plantas ornamentais e medicinais, bem como a criação de pequenos animais, para consumo próprio, comercialização ou doação a instituições educacionais e assistenciais.



Eduardo Gomes (PL-TO)

Senador, 1º mandato, sergipano, empresário. **Negociador**.

- Trajetória na vida pública: foi vereador de Palmas (TO) por 2 mandatos. Presidente da Câmara Municipal de Palmas, assumiu interinamente a prefeitura do município. Exerceu 3 mandatos de deputado federal.
- Atuação político-parlamentar: líder do governo no Congresso. Desempenhou a função de 2º secretário da Mesa Diretora do Senado Federal. Titular das comissões de Assuntos Sociais, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e de Serviços de Infraestrutura. Presidiu a comissão mista que tratou da MP 869/18, Lei 13.853/19, sobre proteção de dados pessoais. Nos mandatos na Câmara Federal, foi presidente das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da mista especial de Mudanças Climáticas e da Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social destinada a discutir propostas que interessam aos trabalhadores e empresários.
- Especialização técnica: dedicado ao estudo e formulação na área de infraestrutura. É considerado um dos especialistas do Parlamento na área energética. É autor da PEC 17/19, EC 115/22, que assegura o direito à proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. É autor do PL 5.434/05, Lei 12.287/10, que possibilita o ensino de arte e cultura regionais na educação básica. É presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Paraguai e 2º vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil/China.



Eliziane Gama (Cidadania-MA)

Senadora, 1º mandato, maranhense, jornalista. **Debatedora**.

- Trajetória na vida pública: iniciou na política como deputada estadual por 2 mandatos consecutivos. Foi eleita deputada federal. Articulada, chegou ao Senado após ter atuado com destaque na Alema e na Câmara.
- Atuação político-parlamentar: 3ª suplente da Comissão Diretora do Senado Federal, líder do Cidadania e da bancada feminina no Senado. Foi relatora setorial da área temática V Cidadania e Esportes do PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) 28/20, Lei 14.144/2021, que estima as receitas e fixa as despesas da União (Orçamento) para o ano de 2021. Desempenhou a função de

1ª vice-presidente da CMO. Na Alema, destacou-se como defensora das causas da criança, do adolescente, da mulher, do idoso e dos direitos humanos. Foi presidente da CPI de Combate à Pedofilia e Abuso Sexual Infantil, das comissões de Direitos da Mulher, de Infância, Juventude e Idoso e da de Direitos Humanos e das Minorias. Na Câmara dos Deputados, destacou-se como membro da CPI da Petrobras, tendo sido coordenadora da comissão externa que acompanhou o cancelamento das refinarias do Maranhão e do Ceará. Compôs ainda as comissões de Segurança e a do Consumidor.

• Especialização técnica: jornalista. Tem se destacado na crítica contundente e responsável ao governo. É relatora, do PLC 21/18, que altera a CLT, para assegurar à empregada o direito a 2 períodos de descanso de 3 minutos, cada 1, durante a jornada de trabalho, para amamentar ou cuidar do filho até que esse complete 6 meses. Também foi relatora do PLC 47/17, Lei 13.902/19, que dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras. Assumiu, ao lado da senadora Simone Tebet, a representação da bancada feminina na CPI da Pandemia (2021). Se destacou nas inquirições.



Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)

Senador, 1º mandato, pernambucano, administrador. **Negociador**.

- Trajetória na vida pública: experiente, foi deputado estadual, federal, por 2 mandatos, e prefeito de Petrolina (PE) por 3 vezes. Atuou como secretário de Agricultura, da Casa Civil e de Desenvolvimento Econômico do governo do estado de Pernambuco. Presidiu o Complexo Industrial Portuário de Suape. Foi ministro da Integração Nacional no primeiro mandato da presidente Dilma. De família tradicional no estado. É pai do deputado federal Fernando Coelho Filho, do prefeito de Petrolina, Miguel Coelho, e do deputado estadual, Antônio Coelho.
- Atuação político-parlamentar: eleito pelo PSB, chegou a liderar o partido no Senado Federal. Migrou para o PMDB em 2017, partido no qual já havia militado por 11 anos. Foi vice-líder do governo Temer no Senado. Foi líder do governo na Casa. Titular das comissões de Assuntos Econômicos, de Serviços de Infraestrutura, e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.
- Especialização técnica: foi relator no Senado, entre outras matérias, do PLS 354/14, que reduz procedimentos burocráticos para a renegociação de débitos rurais e que permite a prorrogação do crédito independentemente de decisão do CMN (Conselho Monetário Nacional). Está em tramitação na Câmara como PL 8.676/17. Relatou o PLC (Projeto de Lei da Câmara) 160/17, Lei 13.576/17, que institui a Renovabio (Política Nacional de Biocombustíveis), e o PLS 559/13, que tramitou na Câmara como PL 6.814/17, Lei 14.133/21, e altera a Lei de Licitações para modernizar e dar mais eficiência aos processos licitatórios.



Flávio Bolsonaro (PL-RJ)

Senador, 1º mandato, carioca, empresário. Articulador.

- Trajetória na vida pública: filho de Bolsonaro. Atua na política desde 2002, quando se elegeu para o 1º mandato de deputado estadual, permanecendo na Alerj por 4 legislaturas consecutivas. Disputou a Prefeitura do Rio no pleito de 2016.
- Atuação político-parlamentar: Eleito pelo PSL, migrou para Patriota tendo sido líder desses partidos no Senado. Migrou para o PL onde é líder no Senado. Ao estrear na Casa, foi eleito 3º secretário da Mesa Diretora. Vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. É também 1º vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Guiana. Integra ainda como titular as comissões de Assuntos Econômicos, a de Serviços de Infraestrutura e a CMO.
- Especialização técnica: advogado. Atuado na Casa em defesa da agenda e do governo Bolsonaro.



Humberto Costa (PT-PE)

Senador, 2º mandato, pernambucano, médico. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: foi presidente da APMR (Associação Pernambucana de Médicos Residentes) e primeiro-secretário do Sindicato dos Médicos de Pernambuco. Na trajetória política, ocupou os cargos de deputado estadual, federal e vereador. Secretário municipal de Saúde do Recife, acumula também experiência no executivo estadual, como secretário das Cidades e de Saúde, e no Executivo federal, quando assumiu o Ministério da Saúde no governo Lula.
- Atuação político-parlamentar: opositor ao governo no Senado, é líder do PT na Casa. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e do Grupo Parlamentar Brasil/República Popular Democrática da Coreia. Titular da CCJ, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e da Comissão de Relações Exteriores. Compõe diversas frentes e grupos parlamentares de integração com países amigos. Faz parte da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Foi titular da CPI da Pandemia.
- Especialização técnica: jornalista e médico, com pós-graduação em medicina geral e comunitária, clínica médica, psiquiatria e ciência política. Operador temático nas áreas de Previdência, Seguridade, Assistência Social e Saúde. Foi relator do PLC 34/12, Lei 12.653/12, que inclui no Código Penal a tipificação de crime quando for exigido cheque-caução para o atendimento médico-hospitalar. Entre as leis com origem em projetos de autoria dele, destacam-se: as leis 13.106/15, que criminaliza ofertar, a qualquer título, bebida alcoólica a menores de 18 anos; a 12.894/13, que autoriza a PF a apurar crimes de falsificação, corrupção e adulteração de medicamentos; a 13.236/15, que inibe erros de administração e uso equivocado de medicamentos; e a 13.410/15, que criou o Sistema de Controle de Medicamentos.



| Izalci Lucas (PSDB-DF)

Senador, 1º mandato, mineiro, professor e empresário do ramo educacional. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: chegou à Casa com a experiência de 3 mandatos de deputado federal e de presidente do Sinepe-DF (Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal). Foi deputado distrital, tendo exercido o cargo de 3º secretário da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do DF.
- Atuação político-parlamentar: ocupa o cargo de líder do PSDB, partido do qual é presidente no DF. Coordena a Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, sendo um dos operadores temáticos da área. Preside a Comissão Senado do Futuro. Desempenhou a função de vice-líder do partido e do governo. Foi presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e relator da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense. Foi secretário de Ciência e Tecnologia do GDF.
- Especialização técnica: professor e contador, é um dos autores da EC 85, também chamada de PEC da Inovação. Foi presidente da comissão que aprovou o Marco Regulatório de Ciência, Tecnologia e Inovação, consubstanciado na Lei 13.243/16. Presidiu também a comissão mista que ampliou o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), com oferta de mais bolsas de estudos e aumento do número de instituições ofertantes. É relator no Senado de diversos projetos na área de educação, entre os quais, o PLS 387/18, que estende o abono proveniente do Fundeb a todos os profissionais da educação, inclusive aqueles que não compõem as carreiras do magistério.



Jaques Wagner (PT-BA)

Senador, 1º mandato, carioca, técnico industrial. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: um dos fundadores do PT e da CUT-BA, foi diretor e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica do estado. Exerceu 3 mandatos de deputado federal e assumiu 2 pastas no governo Lula: os ministérios das Relações Institucionais e o do Trabalho. Foi eleito governador da Bahia em 2006, reelegendo-se para mais 4 anos no pleito seguinte. No segundo governo Dilma, também, conduziu 2 ministérios: titular da Defesa, e da Casa Civil, deixando o último cargo quando Dilma foi afastada.
- Atuação político-parlamentar: foi eleito 3º suplente da Mesa Diretora da Casa. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, colegiado onde exerceu o cargo de vice-presidente. Compõe as comissões Mista de Controle das Atividades de Inteligência, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Serviços de Infraestrutura, além da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Integrou, como titular, a comissão especial destinada a acompanhar a PEC 6/19, EC 103, Reforma da Previdência.
- Especialização técnica: temas relacionados à defesa da soberania, ao desenvolvimento econômico sustentável para redução das desigualdades e ao desenvolvimento regional são prioridades no mandato. É um dos autores da PEC 69/19, já aprovada no Senado e em tramitação na Câmara, que acrescenta o

inciso X ao art. 170 da Constituição, para incluir a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica. Também são de autoria dele, o PL 1.915/19, que regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, e a PEC 131/19, que garante aplicação de percentual do PIB para investimentos. Por iniciativa dele, foi criada a subcomissão temporária para propor reformas estruturais de Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento. As proposições continuam em tramitação no Senado.



Jean Paul Prates (PT-RN)

Senador, 1º mandato, carioca, advogado e economista. **Formulador**.

- Trajetória na vida pública: primeiro suplente da senadora Fátima Bezerra, assumiu o mandato em 2019, após a posse da titular como governadora do Rio Grande do Norte.
- Atuação político-parlamentar: líder da Minoria no Congresso, é também vice-presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, e em Defesa da Petrobras. É presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Países Árabes e membro dos Grupos Parlamentares Brasil/China e Brasil/Cingapura. Vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Foi designado relator da comissão temporária externa para acompanhar ações de enfrentamento das manchas de óleo no litoral brasileiro.
- Especialização técnica: parlamentar com excelente formação acadêmica. Mestre em Planejamento Energético e Gestão Ambiental pela Universidade da Pennsylvania (EUA) e em Economia de Petróleo e Motores, pelo Instituto Francês do Petróleo. Atua há mais de 25 anos nas áreas de petróleo, gás natural, biocombustíveis, energia renovável e recursos naturais.



Kátia Abreu (PP-TO)

Senadora, 1º mandato, goiana, psicóloga e empresária rural. **Debatedora**.

- Trajetória na vida pública: estreou na Casa em 2007 com desenvoltura de veterana, após passagem pela Câmara dos Deputados. Vinculada ao setor agrícola, é liderança dos ruralistas no Congresso. Foi a primeira mulher no País a presidir a CNA. No mandato de deputada, presidiu a Frente Parlamentar da Agricultura e também se destacou em defesa dos direitos das mulheres. No Senado, é voz ativa do agronegócio e defensora da criação da Agência Nacional de Extensão Rural. Foi relatora da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93). Foi vice na chapa presidencial de Ciro Gomes na eleição de 2018.
- Atuação político-parlamentar: vice-líder da Maioria no Senado. Eleita pelo DEM, migrou para o PSD, bancada que chegou a liderar no Senado. Em 2013, passou a compor a bancada do PMDB na Casa. Está no PP. Durante o governo Lula, foi uma das principais opositoras do Executivo, quando foi vice-líder da Minoria e relatora, na CCJ, da PEC 89/07, sobre o fim da CPMF. Foi vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Foi também atuante na discussão do Novo Código Florestal Brasileiro, da necessidade

de adoção do seguro agrícola no Plano Safra do governo, entre outras matérias que tratam da temática rural. Atuou como vice-presidente da Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública. Preside as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, também, a Mista de Controle das Atividades de Inteligência, além do Grupo Parlamentar Brasil/Arábia Saudita.

 Especialização técnica: empresária bem sucedida do setor rural. Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra da Agricultura e Pecuária, de 2014 a 2016, durante o governo da presidente Dilma Rousseff.



MARCELO CASTRO (MDB-PI)

Senador, 1º mandato, piauiense, médico, agropecuarista. **Formulador**.

- Trajetória na vida pública: iniciou a trajetória política como deputado estadual, por 3 mandatos. Elegeu-se para a Câmara Federal em 1998, permanecendo na Casa por 5 legislaturas consecutivas. Foi secretário de Agricultura do estado do Piauí e ministro da Saúde no governo Dilma.
- Atuação político-parlamentar: estreou no Senado com a importante missão de presidir a CMO. Relator geral do LOA (Lei Orgânica Anual) 2022. 1º vice-líder do MDB no Senado. É titular de outros 4 colegiados temáticos: comissões de Assuntos Sociais, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Meio Ambiente. Integra a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Presidente do diretório estadual do MDB no Piauí. Exerce intensa atividade partidária.
- **Especialização técnica:** questões relacionadas à reforma política sempre foram prioridade nos mandatos. Na Câmara, foi relator de 2 comissões especiais sobre o tema: uma responsável por analisar propostas de emenda à Constituição e outra para examinar os projetos de natureza infraconstitucional. Proferiu, em 2016, palestra sobre o tema na Universidade Harvard (EUA).



│ Marcos Rogério (PL-RO)

Senador, 1º mandato, rondoniense, jornalista. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: foi vereador e deputado federal por 2 legislaturas. No Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, relatou o processo de cassação do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB-RJ).
- Atuação político-parlamentar: ex-líder do DEM, migrou para o PL em 2022. Atuou como presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura e como 1º vice-líder do partido no Senado. Preside o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, além de titular nas comissões de Assuntos Econômicos, CCJ, e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Foi da tropa de choque do governo na CPI da Pandemia (2021).
- Especialização técnica: tem boa formação acadêmica, além de jornalista, é advogado e mestrando em Administração Pública. Tem pautado a atuação em defesa de várias reformas, como a penal e a tributária, além da reforma do Estado. Questões relacionadas ao Direito e ao combate à corrupção são prioridades do mandato. É autor do PL 3.032/19, que qualifica o crime de

homicídio e majora o delito de lesão corporal, quando praticados em razão de comportamento sexual, e estabelece como tipo penal autônomo o crime contra orientação sexual. É relator da PEC 89/19, que veda o indulto e comutação de penas nos casos de crimes hediondos, de lavagem de dinheiro, bem como daqueles contra o sistema financeiro nacional ou contra a Administração Pública. As proposições estão em tramitação no Senado Federal.



Nelsinho Trad (PSD-MS)

Senador, 1º mandato, sul-mato-grossense, médico. Formulador.

- Trajetória na vida pública: antes de chegar ao Senado, foi diretor-adjunto do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul, vereador, deputado estadual e prefeito de Campo Grande (MS).
- Atuação político-parlamentar: líder do PSD. Presidiu as comissões de Relações Exteriores e a Mista de Controle de Atividades de Inteligência. Coordena a bancada de Mato Grosso do Sul na Comissão Mista de Orçamento. Preside o Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.
- Especialização técnica: médico, com especialização em cirurgia geral, urologia, medicina do trabalho e saúde pública. De família tradicional na política do estado. Filho do ex-deputado federal Nelson Trad e irmão do deputado federal Fábio Trad.



Otto Alencar (PSD-BA)

Senador, 1º mandato, baiano, médico. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: experiente na vida pública. Assumiu vários cargos na carreira política. Foi deputado estadual, presidente da Aleba, vice-governador, governador, secretário estadual da Indústria, Comércio e Mineração, de Saúde, e de Infraestrutura.
- Atuação político-parlamentar: Preside a Comissão de Assuntos Econômicos. Atuou como líder do PSD no Senado e vice-líder de bloco parlamentar. Foi presidente das comissões de Meio Ambiente, especial do Desenvolvimento Nacional, criada para examinar a Agenda Brasil idealizada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Presidiu a comissão especial destinada a acompanhar a PEC 6/19, EC 103/19, Reforma da Previdência. Foi titular da CPI da Pandemia.
- Especialização técnica: é um dos operadores temáticos do Parlamento em matérias de interesse regional. Defesa da revitalização do RSF e de mais recursos para a saúde estão entre as prioridades do senador. É autor da PEC 50/16, EC 96/17. A EC libera a vaquejada em todo o território nacional e considera como não cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais. É de autoria dele Lei 13.654/18, que aumenta a pena para crimes com uso de explosivos e obriga os bancos a instalarem mecanismos que inutilizem as cédulas em caso de violação aos caixas eletrônicos. Articulador do

Pacto Federativo e da Lei Complementar 160/17, que convalidou os incentivos fiscais relativos ao ICMS, garantindo empregos, especialmente na região Nordeste. Foi relator do PLP 132/19, que altera a Lei Complementar 159/17, instituindo o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, para dispor sobre a renúncia de receita em caso de comprovação de benefício fiscal futuro. O projeto está em tramitação no Senado.



Paulo Paim (PT-RS)

Senador, 3º mandato, gaúcho, metalúrgico. Formulador.

- Trajetória na vida pública: deputado federal por 4 mandatos, quando atuou como presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Foi também 3º secretário da Mesa Diretora da Câmara. Da Câmara dos Deputados migrou para o Senado Federal, tendo iniciado em 2019 o terceiro mandato na Casa.
- Atuação político-parlamentar: autor e coordenador por quase dez anos da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social. É um dos parlamentares mais produtivos, com forte interlocução e representação dos trabalhadores, aposentados, pensionistas e servidores públicos. Coordena a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público e da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Tributária Solidária. Ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, instância legislativa que funciona como porta de entrada da sociedade no Parlamento. Foi vice-presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados. Integra a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Atuou como vice-presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Presidiu a CPI da Previdência. Exerceu a 1ª vice-presidência da Mesa do Senado e já desempenhou a função de vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais. É o único parlamentar a figurar em todas as 29 edições dos "Cabeças", o que evidencia grande capacidade de articulação no exercício da atividade parlamentar.
- Especialização técnica: autor de várias leis com destaque para o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03); o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10); o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15). A liderança do senador em defesa contundente do salário mínimo foi decisiva para a adoção da política de valorização do piso nacional. É relator de várias propostas relacionadas a direitos trabalhistas.



Paulo Rocha (PT-PA)

Senador, 1º mandato, paraense, técnico em artes gráficas. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: com origem no movimento sindical. Foi presidente do Sindicato dos Gráficos e da CUT-PA. Filiado ao PT desde 1981, partido do qual é fundador. Exerceu 5 mandatos de deputado federal, antes da eleição para o Senado, em 2014.
- Atuação político-parlamentar: líder do PT na Casa, é crítico e faz oposição contundente ao governo. Atuou como vice-líder e líder de bloco parlamentar. Durante os 5 mandatos exercidos na Câmara Federal, exerceu cargos importantes como:

líder da bancada e presidente das comissões de Trabalho, e da Amazônia. É autor da legislação que criou o seguro-defeso e do projeto de lei que regulamentou a profissão dos ACS, além da legislação que combate o trabalho escravo. No Senado, é um dos autores da PEC 8/20, que inclui o acesso à Internet entre os direitos fundamentais, e do PLS 350/18, que propõe que o tempo de serviço dos ACS e ACE, durante o período de janeiro de 1991 a dezembro de 2006, para efeito de obtenção de benefício do Regime Geral da Previdência Social, seja contado para fins previdenciários independentemente de contribuição. As proposições tramitam no Senado.

• **Especialização técnica:** com formação técnica, prioriza na atuação as questões relacionadas aos direitos sociais, em geral, e os direitos trabalhistas, em particular.



Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

Senador, 2º mandato, pernambucano, professor universitário. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: militante estudantil, liderou as principais lutas da geração dele no estado do Amapá, dentre as quais o movimento dos "caras pintadas". Ingressou na política como deputado estadual, com 2 mandatos. Estreou no Senado, em 2011, com desenvoltura e habilidade.
- Atuação político-parlamentar: líder da Rede e da Oposição no Senado, transita com naturalidade entre os mais diversos segmentos partidários e da sociedade. Vice-presidente da CPI da Pandemia, criada para investigar irregularidades no enfrentamento do coronavírus. Preside o Conselho Editorial do Senado Federal. Integra as comissões de Meio Ambiente; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle; e a de Defesa do Consumidor.
- Especialização técnica: com boa formação acadêmica, é historiador, bacharel em Direito e mestre em Políticas Públicas. Foi presidente da CPI que investigou irregularidades no Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição). Esse colegiado deu origem à Lei 12.853/13, que altera as regras de arrecadação e distribuição de direitos autorais e cria órgão fiscalizador das atividades desenvolvidas pelo escritório. Entre as prioridades do mandato, destaque para a defesa de mais autonomia para órgãos de fiscalização, combate à corrupção e à impunidade. Autor do PLS 85/17, Lei 13.869/19, que define crime de abuso de autoridade. É relator, entre outros, da PEC 120/19, que altera os artigos 37 e 87 da Constituição, para disciplinar a vedação do nepotismo na Administração Pública. Tramita no Senado.



Renan Calheiros (MDB-AL)

Senador, 4º mandato, alagoano, produtor rural. **Articulador**.

 Trajetória na vida pública: experiente, iniciou a trajetória política no movimento estudantil. Foi deputado estadual, federal e ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso.

- Atuação político-parlamentar: foi 3 vezes presidente do Senado e do Congresso.
 Atual líder da Maioria, foi escolhido relator da CPI da Pandemia, criada para investigar irregularidades no enfrentamento do coronavírus. Ocupou os cargos de líder de bloco parlamentar e de presidente de comissão. Tem bom trânsito e exerce forte influência entre os pares. É defensor do sistema parlamentarista de governo.
- Especialização técnica: um dos operadores temáticos no Congresso em matéria de justiça, segurança e cidadania. Foi o idealizador da Agenda Brasil, que esteve em debate na Comissão Especial de Desenvolvimento Social na legislatura passada. Relatou a MP que regulamentou o pagamento de benefícios a anistiados políticos e o projeto que deu origem ao programa Bolsa Família. Na Constituinte, foi autor da proposta que tornou facultativo o voto aos 16 anos. É autor da PEC 8/20, que inclui o acesso à internet entre os direitos fundamentais. Tramita no Senado.



Roberto Rocha (PTB-MA)

Senador, 1º mandato, maranhense, administrador. Formulador.

- **Trajetória na vida pública:** iniciou a trajetória política como deputado estadual. Exerceu outros 3 mandatos na Câmara Federal. Foi vice-prefeito de São Luis (MA).
- Atuação político-parlamentar: líder do PTB e presidente da Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária, também exerce o cargo de corregedor do Senado. Foi líder do PSDB e de bloco parlamentar na Casa. Presidente 3 grupos parlamentares: Brasil/China, Brasil/Estados Unidos e Brasil/Singapura. Titular das comissões de Educação, Cultura e Esporte, e de Serviços de Infraestrutura. Compõe ainda a de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.
- Especialização técnica: um dos autores da PEC 64/19, que tramita no Senado, e dispõe sobre políticas de redução das desigualdades inter-regionais. Entre os projetos que relata, destaque para o PLS 319/15, que cria a Zema (Zona de Exportação do Maranhão), que visa dinamizar a economia do estado, permitindo que empresas nacionais e internacionais recebam incentivos econômicos, reduzindo os desequilíbrios regionais, bem como promover a expansão da economia brasileira, a partir do Porto do Itaqui. Está em discussão no Senado. Foi designado relator da PEC 110/19, da reforma tributária, em discussão na Casa.



Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Senador, 1º mandato, rondoniense, empresário. **Articulador**.

- Trajetória na vida pública: antes de ingressar na vida pública, dedicava-se à advocacia, tendo exercido cargo de conselheiro estadual e presidido comissões da OAB, na seccional de Minas Gerais. Cumpriu mandato de deputado federal, quando assumiu a presidência e a 1ª vice-presidência da CCJ.
- Atuação político-parlamentar: presidente da Mesa Diretora do Senado e do Congresso. Desempenhou as funções de líder do DEM e de vice-líder do blo-

co Vanguarda, formado pelo DEM, PL e PSC. Preside o Conselho de Estudos Políticos e o da Ordem do Congresso. Foi vice-presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e integrou a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Compôs a comissão especial destinada a acompanhar a PEC 6/19, EC 103/19, Reforma da Previdência.

Especialização técnica: questões relacionadas ao exercício da advocacia e às prerrogativas profissionais do advogado têm relevância no mandato. É autor do PL 2.642/19, que dispõe sobre os percentuais de fixação de honorários advocatícios nas demandas trabalhistas, e sobre a exigibilidade dos ônus da sucumbência para o beneficiário da Justiça gratuita quando este houver obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar as despesas. Também é autor do PL 3.691/19, que altera o CPP para prever que o advogado pode ser vítima de crime de desacato. Projetos tramitam no Senado.



Rogério Carvalho (PT-SE)

Senador, 1º mandato, sergipano, professor. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: começou a atuação política no movimento estudantil.
 Foi secretário de Saúde de Aracaju (SE) e do estado. Em 2006, elegeu-se deputado estadual. Foi deputado federal (2011-2014).
- Atuação político-parlamentar: 3º Secretário da Mesa Diretora do Senado. Preside a Frente Parlamentar dos Senadores dos Estados do Norte e do Nordeste. Compôs, como suplente, a CPI da Pandemia. Vice-líder do PT no Senado, é titular das comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e da CCJ. Integra também a Comissão Senado do Futuro. No mandato na Câmara, foi relator do programa "Mais Médicos" e do projeto de lei que deu origem à Funpresp (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União).
- Especialização técnica: acesso à educação superior e a serviços de saúde públicos e de qualidade são prioridades no mandato. Autor do PL 1.746/19, sobre a responsabilidade sanitária dos entes federados no SUS. Na reforma tributária, atua em prol de mais justiça fiscal no País, para possibilitar distribuição da renda. Um dos autores da PEC 8/20, sobre acesso à internet entre os direitos fundamentais. Tramitam no Senado.



Simone Tebet (MDB-MS)

Senadora, 1º mandato, sul-mato-grossense, advogada. Formuladora.

- Trajetória na vida pública: filha e herdeira política do ex-presidente do Senado e do Congresso, Ramez Tebet, falecido. Iniciou a atuação na vida pública como deputada estadual. Foi prefeita de Três Lagoas (MS) por 2 mandatos consecutivos. Elegeu-se vice-governadora de MS, na chapa do governador André Puccinelli.
- Atuação político-parlamentar: líder da bancada feminina no Senado. Foi a primeira mulher a presidir a CCJ da Casa. Em 2018, desempenhou a função de líder do MDB.

Ocupa com desenvoltura a tribuna da Casa e também se destaca pela habilidade de negociação. Presidiu a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. É coordenadora da bancada do MS na CMO. Foi vice-presidente da comissão especial para analisar o Pacto Federativo. Defende o sistema parlamentarista de governo. Representou a bancada feminina na CPI da Pandemia.

Especialização técnica: professora, prioriza no mandato as áreas de educação e desenvolvimento regional. Com excelente formação jurídica, chama atenção a postura da senadora de sempre assegurar critério técnico na discussão e aprovação das normas no Congresso. É autora da PEC 43/17, que cria quarentena de 120 dias a ministro que retomar mandato parlamentar, e do PLS 182/17, que tramita na Câmara como PL 8.455/17, e torna crime a subtração e receptação de derivados de petróleo de dutos de movimentação de combustíveis.



Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Senador, 2º mandato, cearense, empresário. Formulador.

- Trajetória na vida pública: líder empresarial, iniciou a vida política quando assumiu a presidência do CIC (Centro Industrial do Ceará), transformado na época em fórum de debates das questões econômicas, sociais e políticas da região e do País. Governou o estado do Ceará por 3 vezes. Em 2014, foi eleito para o segundo mandato de senador. O primeiro foi exercido entre os anos de 2003 e 2011.
- Atuação político-parlamentar: 1º vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Singapura. Presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Integrou a comissão especial destinada a acompanhar a PEC 6/19, EC 103, Reforma da Previdência, tendo sido relator da matéria na CCJ. Foi presidente nacional do PSDB.
- Especialização técnica: autor do projeto de lei que deu origem à Lei 13.151/15, que moderniza e agiliza o funcionamento de fundações privadas, ampliando o rol de atividades a que se destinam as fundações, antes limitadas a fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Tem se dedicado à formulação de políticas públicas, especialmente nas áreas de tributação, orçamento, saúde, educação, pesquisas com células-tronco, combate às desigualdades regionais, trabalho escravo, financiamentos agrícolas, entre outras. Relatou o projeto que deu origem à Lei das Estatais (Lei 13.303/16).



Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

Senador, 1º mandato, paraibano, advogado. **Debatedor**.

- Trajetória na vida pública: iniciou a trajetória na política com a eleição para vereador de Campina Grande (PB). Exerceu 2 mandatos. Foi eleito prefeito de Campina Grande, cargo em que atuou por 2 mandatos consecutivos. Cumpriu 1 mandato de deputado federal.
- Atuação político-parlamentar: 1º vice-presidente do Senado. Preside a Comenda Zilda Arns. Vice-presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa. Foi líder partidário e de bloco parlamentar.

Especialização técnica: com perfil municipalista. Autor da PEC 86/19, que tramita no Senado, e dispõe sobre a atualização monetária dos repasses de recursos federais aos municípios. Foi relator da PEC 72/19, que altera o artigo 84 da Constituição, para prever a proibição da concessão de indulto a condenados por crimes contra a Administração Pública, exceto se apresentar caráter humanitário. Tramitam no Senado.



Weverton Rocha (PDT-MA)

Senador, 1º mandato, maranhense, administrador. Articulador.

- Trajetória na vida pública: com origem no movimento estudantil. Foi presidente estadual da Juventude Socialista do PDT e atuou como secretário estadual de Esporte e Juventude do Maranhão. Exerceu 2 mandatos de deputado federal, desempenhando as funções de líder partidário e líder da Minoria.
- Atuação político-parlamentar: foi da 2ª suplência da Mesa Diretora. Agora é 4º Secretário. Foi líder do PDT.
- Especialização técnica: prioriza as causas sociais, especialmente a dos trabalhadores e juventude. É de autoria dele, com os deputados Lincoln Portela e Alberto Fraga, o projeto que deu origem à Lei 13.771/18, que aumenta em 1/3 a pena para quem comete feminicídio em circunstâncias agravantes. Formulou o projeto que deu origem à Lei 12.848/13, que concede anistia a policiais e a bombeiros militares punidos por participarem de movimentos reivindicatórios. Participou ativamente das discussões de matérias importantes, como o Novo Código Florestal, a regulamentação da ocupação de terrenos da Marinha, o PNE, o Estatuto da Juventude, além das reformas trabalhista e previdenciária.

"CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022 POR ORDEM ALFABÉTICA

Os parlamentares grafados em caixa alta e negrito são os novos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022

DEPUTADO ADOLFO VIANA (PSDB-BA)

Deputado Aécio Neves (PSDB-MG)

Deputado Afonso Florence (PT-BA)

Deputado Afonso Motta (PDT-RS)

Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

DEPUTADO ALENCAR SANTANA (PT-SP)

Deputado Alessandro Molon (PSB-RJ)

Deputado Alexandre Padilha (PT-SP)

SENADOR ALEXANDRE SILVEIRA (PSD-MG)

Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA)

DEPUTADO ALTINEU CORTÊS (PL-RJ)

Senador Alvaro Dias (Podemos-PR)

Deputado André Figueiredo (PDT-CE)

DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA (PP-MA)

Deputado Antonio Brito (PSD-BA)

Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

Deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP)

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Deputado Arthur Oliveira Maia (União-BA)

DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO (Republicanos-PE)

Deputado Baleia Rossi (MDB-SP)

DEPUTADO BIRA DO PINDARÉ (PSB-MA)

Deputado Cacá Leão (PP-BA)

SENADOR CARLOS PORTINHO (PL-RJ)

Deputado Carlos Zarattini (PT-SP)

Senador Cid Gomes (PDT-CE)

Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA)

Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB)

Deputado Danilo Cabral (PSB-PE)

Carada Davi Madazaha (1987 E)

Senador Davi Alcolumbre (União-AP)

Deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

Deputado Efraim Filho (União-PB)

Senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA)

DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO (União-BA)

Deputado Enio Verri (PT-PR)

Deputada Erika Kokay (PT-DF)

Deputado Fábio Trad (PSD-MS)

Deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS)

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)

Seriador remando dezerra Coemo (MDD-1 L)

Deputado Fernando Coelho Filho (União-PE)

Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)

Deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR)

Deputado Gustavo Fruet (PDT-PR)

Deputado Hugo Motta (Republicanos-PB)

Senador Humberto Costa (PT-PE)

Deputado Isnaldo Bulhões JR (MDB-AL)

Senador Izalci Lucas (PSDB-DF)

Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ)

Senador Jaques Wagner (PT-BA)

Senador Jean Paul Prates (PT-RN)

Deputado José Guimarães (PT-CE)

Senadora Kátia Abreu (PP-TO)

DEPUTADO LAFAYETTE DE ANDRADA (Republicanos-MG)

Deputado Lincoln Portela (PL-MG)

Deputado Luciano Bivar (União-PE)

Deputada Luisa Canziani (PSD-PR)

Deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP)

Deputada Luiza Erundina (PSol-SP)

SENADOR MARCELO CASTRO (MDB-PI)

Deputado Marcelo Freixo (PSB-RJ)

Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM)

Deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP)

Senador Marcos Rogério (PL-RO)

Deputada Margarete Coelho (PP-PI)

Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Deputado Paulinho da FORÇA (Solidariedade-SP)

Deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)

Senador Paulo Paim (PT-RS)

Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Deputado Paulo Teixeira (PT-SP)

Deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC)

Deputado Professor Israel Batista (PSB-DF)

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (União-TO)

Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

DEPUTADO REGINALDO LOPES (PT-MG)

Senador Renan Calheiros (MDB-AL)

Deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE) Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Senador Roberto Rocha (PTB-MA)

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

ochador Rodrigo Facricco (F3D-Ma

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

DEPUTADO ROGÉRIO CORREIA (PT-MG)

Deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR) **DEPUTADA SÂMIA BOMFIM (PSoI-SP)**

Deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE)

Senadora Simone Tebet (MDB-MS)

Deputada Tabata Amaral (PSB-SP)

Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE)

Deputada Talíria Petrone (PSol-RJ)

Departure familier efforts (FOOD OF

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

DEPUTADO VINICIUS CARVALHO (Republicanos-SP)

Deputado Wellington Roberto (PL-PB)

Senador Weverton Rocha (PDT-MA)

Deputado Wolney Queiroz (PDT-PE)

69 DEPUTADOS FEDERAIS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022

Os deputados federais grafados em caixa alta e negrito são os novos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022

ADOLFO VIANA (PSDB-BA)

Aécio Neves (PSDB-MG)

Afonso Florence (PT-BA)

Afonso Motta (PDT-RS)

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

ALENCAR SANTANA (PT-SP)

Alessandro Molon (PSB-RJ)

Alexandre Padilha (PT-SP)

Alice Portugal (PCdoB-BA)

ALTINEU CORTÊS (PL-RJ)

André Figueiredo (PDT-CE)

ANDRÉ FUFUCA (PP-MA)

Antonio Brito (PSD-BA)

Arlindo Chinaglia (PT-SP)

Arnaldo Jardim (Cidadania-SP)

Arthur Lira (PP-AL)

Arthur Oliveira Maia (União-BA)

AUGUSTO COUTINHO (Republicanos-PE)

Baleia Rossi (MDB-SP)

BIRA DO PINDARÉ (PSB-MA)

Cacá Leão (PP-BA)

Carlos Zarattini (PT-SP)

Daniel Almeida (PCdoB-BA)

Danilo Cabral (PSB-PE)

Eduardo Bolsonaro (PL-SP)

Efraim Filho (União-PB)

ELMAR NASCIMENTO (União-BA)

Enio Verri (PT-PR)

Erika Kokay (PT-DF)

Fábio Trad (PSD-MS)

Fernanda Melchionna (PSol-RS)

Fernando Coelho Filho (União-PE)

Gleisi Hoffmann (PT-PR)

Gustavo Fruet (PDT-PR)

Hugo Motta (Republicanos-PB)

Isnaldo Bulhões JR (MDB-AL)

Jandira Feghali (PCdoB-RJ)

José Guimarães (PT-CE)

LAFAYETTE DE ANDRADA (Republicanos-MG)

Lincoln Portela (PL-MG)

Luciano Bivar (União-PE)

Luisa Canziani (PSD-PR)

Luiz Carlos Motta (PL-SP)

Luiza Erundina (PSol-SP)

Marcelo Freixo (PSB-RJ)

Marcelo Ramos (PSD-AM)

Manage Paning (Day Idiana)

Marcos Pereira (Republicanos-SP)

Margarete Coelho (PP-PI)

Orlando Silva (PCdoB-SP)

Paulinho da FORÇA (Solidariedade-SP)

Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)

Paulo Pimenta (PT-RS)

Paulo Teixeira (PT-SP)

Perpétua Almeida (PCdoB-AC)

Professor Israel Batista (PSB-DF)

Professora Dorinha Seabra Rezende (União-TO)

REGINALDO LOPES (PT-MG)

Renildo Calheiros (PCdoB-PE)

Ricardo Barros (PP-PR)

ROGÉRIO CORREIA (PT-MG)

Rubens Bueno (Cidadania-PR)

SÂMIA BOMFIM (PSol-SP)

Silvio Costa Filho (Republicanos-PE)

Tabata Amaral (PSB-SP)

Tadeu Alencar (PSB-PE)

Talíria Petrone (PSol-RJ)

VINICIUS CARVALHO (Republicanos-SP)

Wellington Roberto (PL-PB)

Wolney Queiroz (PDT-PE)

31 SENADORES "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022

Os parlamentares grafados em caixa alta e negrito são novos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022

ALEXANDRE SILVEIRA (PSD-MG)

Alvaro Dias (Podemos-PR)

CARLOS PORTINHO (PL-RJ)

Cid Gomes (PDT-CE)

Daniella Ribeiro (PSD-PB)

Davi Alcolumbre (União-AP)

Eduardo Braga (MDB-AM)

Eduardo Gomes (PL-TO)

Eliziane Gama (Cidadania-MA)

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)

Flávio Bolsonaro (PL-RJ)

Humberto Costa (PT-PE)

Izalci Lucas (PSDB-DF)

Jaques Wagner (PT-BA)

Jean Paul Prates (PT-RN)

Kátia Abreu (PP-TO)

MARCELO CASTRO (MDB-PI)

Marcos Rogério (PL-RO)

Nelsinho Trad (PSD-MS)

Otto Alencar (PSD-BA)

Paulo Paim (PT-RS)

Paulo Rocha (PT-PA)

Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

Renan Calheiros (MDB-AL)

Roberto Rocha (PTB-MA)

Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Rogério Carvalho (PT-SE)

Simone Tebet (MDB-MS)

Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

Weverton Rocha (PDT-MA)

DEPUTADOS FEDERAIS NovoS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL 2022

ADOLFO VIANA (PSDB-BA)
ALENCAR SANTANA (PT-SP)
ALTINEU CORTÊS (PL-RJ)
ANDRÉ FUFUCA (PP-MA)
AUGUSTO COUTINHO (Republicanos-PE)
BIRA DO PINDARÉ (PSB-MA)

ELMAR NASCIMENTO (União-BA)
LAFAYETTE DE ANDRADA (Republicanos-MG)
REGINALDO LOPES (PT-MG)
ROGÉRIO CORREIA (PT-MG)
SÂMIA BOMFIM (PSol-SP)
VINICIUS CARVALHO (Republicanos-SP)

SENADORES NovoS "CABEÇAS"
DO CONGRESSO NACIONAL 2022

ALEXANDRE SILVEIRA (PSD-MG) CARLOS PORTINHO (PL-RJ) MARCELO CASTRO (MDB-PI)

ANEXO

ste anexo reúne, além dos "100" Cabeças do Congresso, por Estado, os congressistas em "ascensão". Que são aqueles que, mantida a trajetória ascendente, poderão no futuro fazer parte da elite do Poder Legislativo. O corte quantitativo, que fixa em 100 o número de "Cabeças", impõe situações nas quais a equipe fica na contingência de escolher entre parlamentares em condições praticamente iguais. Este fato justifica a lista em "ascensão", que também observa os critérios que orientam a pesquisa. Assim, optou-se por acrescentar este anexo, no qual são identificados aqueles parlamentares que eventualmente poderiam figurar entre os 100, mas pequenos detalhes no exame isento das qualidades e habilidades os deixaram fora da lista principal. Estão, na verdade, entre os 150 mais influentes.

Levantamentos com estas características, sujeitos às vicissitudes conjunturais, estão sempre passíveis de modificação pela dinâmica própria da política. Entretanto, a fotografia da elite do Congresso — bem como dos parlamentares em "ascensão" — foi feita com base em critérios científicos. São, portanto, isentos de vícios ou preferências de qualquer natureza. Trata-se de mapa real de poder no Congresso, que incorpora a experiência, a tradição e a seriedade do **DIAP** em tudo aquilo que leva o nome do órgão.

Assim, salvo fatos novos relevantes, estes são os parlamentares que já estão, no caso dos "Cabeças", e que poderão estar, no caso dos parlamentares em "ascensão", comandando o processo decisório no Poder Legislativo. Os parlamentares grafados em negrito e caixa alta são os novos em "ascensão" 2022.

PERFIL DOS PARLAMENTARES EM "ASCENSÃO" 2022

DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES EM "ASCENSÃO" 2022



Alceu Moreira (MDB-RS)

Deputado, 3º mandato, gaúcho, comerciante. Iniciou a vida pública como vereador de Osório (RS), cidade onde também foi vice-prefeito e prefeito. Exerceu três mandatos de deputado estadual. Ocupou a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado. Presidiu a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul. Ex-coordenador da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária). Foi titular da CCJ da Câmara, vice-líder do governo e de bloco parlamentar. Como líder da bancada ruralista, é defensor engajado das pautas de interesse dos produtores rurais. Foi relator da MP 913/19, transformada na Lei 13.997/00, que autoriza a prorrogação dos contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É autor, por exemplo, do PL 2.478/11, que estabelece prazo mínimo de 2 anos para a vigência de ações de política agrícola nacional. Geralmente, os planos governamentais para o setor rural têm duração média de 1 ano. Outra proposição de autoria dele é o PL 367/19, que cria o FNDR (Fundo Nacional do Desenvolvimento Rural e Produção Agrícola), com o objetivo de financiar a produção agrícola no País e promover a inovação tecnológica no setor rural. Estão em fase de análise nos colegiados da Câmara.



ALIEL MACHADO (PV-PR)

Deputado, 2º mandato, empregado público. Iniciou a atividade política como vereador em Ponta Grossa (PR), pelo PCdoB. Vice-líder do PV. Desempenhou importantes missões no partido, como: presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; 1º vice-presidente da comissão especial da PEC 199/19, que dispõe sobre a prisão em 2ª instância; 3º vice-presidente da Comissão de Edu-

cação; relator da comissão especial do PL 7.197/02, que dispõe sobre a revisão de medidas educativas do ECA. A PEC 199 e o PL 7.197 estão em tramitação na Câmara. Foi relator do PL 3.042/21, Lei 14.302/22, que dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência de incentivos do Padis (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores), instituído pela Lei 1.484/07. Um dos autores da Lei 13.880/19, que altera a Lei 11.340/06 (Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo como medida protetiva à vítima de violência doméstica. É novo em "ascensão" em 2022, estando, portanto, entre os 150 parlamentares mais influentes do Congresso.



André de Paula (PSD-PE)

Deputado, 6º mandato, pernambucano, advogado. Iniciou a trajetória na política como vereador constituinte de Recife em 1989. Foi eleito deputado estadual 2 anos depois. Exerceu 2 mandatos até a primeira eleição para a Câmara Federal. Ocupou também as secretarias estaduais de Trabalho e Ação Social, de Produção Rural e Reforma Agrária e das Cidades. Integrou a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. 2º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara. Na legislatura passada, assumiu a 4ª Secretaria da Mesa. Articulado, desempenhou os cargos de vice-líder partidário e de bloco parlamentar e de líder da Minoria. É autor da Lei 12.198/10, que regulamenta a profissão de repentista em todo o País. Nesta legislatura, tem atuado como um dos articuladores da agenda de reformas do governo. Foi relator da MP 987/20, Lei 14.076/20, que prorroga incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.



Beto Pereira (PSDB-MS)

Deputado, 1º mandato, sul-mato-grossense, empresário. Chegou à Câmara dos Deputados com a experiência de 2 mandatos de prefeito de Terenos (MS) e 1 de deputado estadual. Presidiu a Associação Sul-mato-grossense de Municípios e atuou como vice-presidente da CNM. Filho e herdeiro político do ex-deputado e ex-senador Valter Pereira, vem ocupando, na Casa, o cargo de vice-líder do PSDB. É secretário-geral do PSDB. Autor do PLP 90/22, que autoriza à União a conceder abatimento das dívidas dos estados, do DF e dos municípios, mediante a assunção de despesas da União nos convênios, acordos de cooperação técnica e contratos de repasse em vigor.



Bia Kicis (PL-DF)

Deputada, 1º mandato, carioca, advogada e procuradora de Justiça aposentada do DF. Eleita pelo PRP, migrou para o partido que elegeu o presidente Bolsonaro, ocupando o cargo de vice-líder do governo no Congresso e de vice-líder do PSL na Câmara. Em 2022, migrou para o PL, partido no qual é vice-líder. Foi presidente da CCJ e coordenadora da Frente Parlamentar Mista do Agronegócio e Agricultura Familiar. É autora, com outros parlamentares, do PL 246/19, que institui o Programa Escola Sem Partido. Relatora da comissão especial destinada a proferir parecer à PEC 7/20, que altera o Sistema Tributário Nacional. Fundou em 2015 o Instituto Resgata Brasil, que tem por finalidade "resgatar as instituições republicanas, bem como os valores culturais e familiares da sociedade brasileira". É representante, em Brasília, do Movimento Revoltados on-line, que defende causas conservadoras e o combate à corrupção.



Capitão Augusto (PL-SP)

Deputado, 2º mandato, paulista, policial militar. Tem boa formação acadêmica e mestrado. É capitão da PMSP. Vice-líder do PL, atuou como vice-líder do governo na Câmara. Vinculado à área de segurança, presidiu a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Coordena a Frente Parlamentar da Segurança Pública. Foi presidente da comissão especial da PEC 44/15, que dispõe sobre a carga horária e processo penal. Relatou, na comissão especial, a PEC 443/14, que dispõe sobre isenção para associações de militares. Foi relator do GT que analisou e debateu mudanças promovidas na legislação penal e processual penal dos projetos de Lei 10.372/18, 10.373/18 e 882/19, Lei 13.964/19, do pacote anticrime. Coordena outras 3 frentes parlamentares: em Defesa do Comércio de Material de Construção, dos Asilos e Orfanatos e a Mista do Rodeio, da Vaquejada e das Provas Equestres.



Celina Leão (PP-DF)

Deputada, 1º mandato, goiana, administradora. Chegou à Câmara com a experiência de 2 mandatos de deputada distrital. Ocupou, no governo do DF, os cargos de secretária da Juventude e do Esporte e Lazer. Também atuou como conselheira fiscal da União dos Legisladores e Legislativos Estaduais. É vice-líder do PP. Tem dedicado o mandato em favor de propostas para o enfrentamento da violência doméstica, combate à descriminalização feminina e empoderamento das mulheres. É coordenadora da Secretaria da Mulher da Câmara e da Frente Parlamentar Mista em Defesa e Desenvolvimento da Profissão de Bombeiro Civil. É relatora, entre outras matérias, do PL 321/21, que garante à mulher igualdade nos valores das premiações relativas às competições desportivas realizadas em todo o Brasil, por qualquer órgão, entidade ou unidade que componha os poderes da República. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e enviado ao Senado Federal.



Celso Russomanno (Republicanos-SP)

Deputado, 6º mandato, paulista, jornalista e empresário. Atuou como vice-líder do PRB, atual Republicanos, na Câmara, e vice-líder do governo no Congresso. Advogado e comunicador, é conhecido nacionalmente por apresentar programas de TV com a temática em defesa do consumidor. Presidiu o Inadec (Instituto Nacional de Defesa do Consumidor). 1º vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor na Câmara. 1º vice-presidente da comissão especial destinada a proferir parecer ao PL 7.419/06, do Senado e anexados, que altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Coordena frentes parlamentares na Câmara: a Mista em Defesa do Consumidor, a dos Lojistas de Shoppings Centers, a da Liberdade Religiosa do Congresso, e a de Defesa da Polícia Federal. Preside o Grupo Parlamentar Brasil-Emirados Árabes e vice-presidente pelo Brasil do Parlasul.



Claudio Cajado (PP-BA)

Deputado, 7º mandato, baiano, advogado. Experiente, foi vereador em Dias D'Ávila (BA) e presidiu a Câmara Municipal. Na Câmara dos Deputados, é líder do governo na Comissão Mista de Orçamento. Exerceu os cargos de procurador, de corregedor parlamentar e de vice-líder partidário. Atuou como 3º vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidiu a Comissão de Defesa

do Consumidor e foi 2º vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Coordena a Frente Parlamentar Brasil-Coreia do Sul e preside os grupos parlamentares: Brasil/Cazaquistão, Brasil/Georgia, Brasil/Malásia, Brasil/Azerbaijão e Brasil/Ucrânia. É autor da Lei 10.272/01, que obriga o empregado, em caso de controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, pagar ao trabalhador a parte incontroversa dessas, sob pena de ser condenado a pagá-la em dobro.



DIEGO ANDRADE (PSD-MG)

Deputado, 1ª mandato, administrador, líder da Maioria na Câmara dos Deputados. Preside a comissão especial da PEC 23/01, que modifica o regime de precatórios da União. Foi 2º e 3º vice-presidente da Comissão de Viação e Transporte. Chegou à Câmara dos Deputados com a experiência de diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais. Parlamentar com boa formação acadêmica, tem MBA em Gestão Empresarial pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em Minas Gerais. Relatou, entre outros projetos, o que deu origem à Lei 13.103/15, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a CLT, o CTB, e a Lei 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional. É autor do PL 1.765/22, que classifica como de utilidade pública as barragens, sistemas de captação, condução, distribuição de água para irrigação e atividades agrossilvipastoris e dá outras providências. É novo em "ascensão" em 2022. Está, portanto, entre os 150 parlamentares mais influentes do Congresso.



Domingos Neto (PSD-CE)

Deputado, 3º mandato, cearense, advogado. De família tradicional no Ceará. Filho do ex-vice governador do estado, Domingos Gomes de Aguiar Filho, e da prefeita de Tauá (CE), Patrícia Aguiar. No primeiro mandato, chegou a ocupar o importante cargo de líder de partido, vice-líder do PSD e vice-líder de bloco parlamentar. Presidiu as comissões de Desenvolvimento Urbano, e a de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Atuou também como 2º vice-presidente da comissão especial da PEC 282/16, EC 97/17, que veda a coligação partidária em eleições, e como 3º vice-presidente da comissão especial da PEC 304/17, EC 96/17, que dispõe sobre os rodeios e vaquejadas. Relatou a Loas (Lei Orgânica da Assistência Social). Assumiu a relatoria-geral do Orçamento da União 2020.



Domingos Sávio (PL-MG)

Deputado, 3º mandato, mineiro, médico veterinário. Vice-líder do PL. Coordenou a bancada federal do estado. Oriundo do setor rural, foi presidente de sindicato rural e de cooperativas agropecuárias e de crédito rural do estado. Ingressou na Câmara com a experiência de mandato de vereador, presidente da Câmara Municipal e prefeito de Divinópolis (MG), base eleitoral, além de deputado estadual. Atuou como 2º e 3º vice-presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Casa, além de ter sido presidente da Comissão de Viação e Transportes. 1º vice-presidente da Comissão de Agricultura. É autor, entre outros, do PLP 100/11, Lei Complementar 161/18, que possibilita aos municípios que tenham disponibilidade de caixa depositarem os recursos nas cooperativas de crédito. Coordena a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Câmaras Municipais e

Vereadores. É um dos autores da Lei 12.761/12, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o Vale-Cultura; altera as leis 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a CLT.



Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ)

Deputado, 1º mandato, carioca, médico. Chegou à Câmara dos Deputados após desempenhar os cargos de secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e secretário municipal de Saúde de Nova Iguaçu (RJ). Foi também vice-presidente e secretário geral do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio de Janeiro e membro do Conselho Brasileiro dos Executivos em Saúde (CBEXS). Articulado, já foi eleito presidente da Comissão de Seguridade Social e Família e coordenador da Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19 (pandemia do Coronavírus). Assumiu a missão de relatar a MP 974/2020, transformada na Lei 14.072/2020, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito no Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. É autor do PL 1.010/2021, transformado na Lei 14.147/2021, que cria o programa pró-leitos enquanto durar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19. É coordenador da Frente Parlamentar de Transplantes. É relator, entre outros, do PL 2.164/2021, determina que todos os criptoativos apreendidos, confiscados ou sequestrados pela União ou perdidos em favor da União sejam utilizados nas ações de enfrentamento ao câncer.



Eduardo Bismark (PDT-CE)

Deputado, 1º mandato, cearense, advogado. Atuou como vice-líder do PDT. 1º suplente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e coordenador da Frente Parlamentar Mista da Inteligência Artificial. Foi presidente da comissão especial da PEC 48/19, EC 105, que acrescenta o artigo 166-A na Constituição para autorizar a transferência de recursos federais a estados, ao Distrito Federal e aos municípios mediante emendas ao projeto de lei orçamentária anual. Foi 2º vice-presidente da CPI do derramamento de óleo no Nordeste e 3º vice-presidente da comissão especial da PEC 34/19, EC 100, que altera os artigos 165 e 166 da Constituição para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas de bancada de parlamentares de estado ou do Distrito Federal (Orçamento Impositivo).



Enrico Misasi (MDB-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, advogado. Parlamentar com boa formação acadêmica, é mestre em Direito Constitucional. Eleito pelo PV, desempenhou a função de vice-líder e líder do partido Câmara dos Deputados. Coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Básico. 1º vice-presidente da comissão especial destinada a proferir parecer ao PL 3.261/19, que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico e altera a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico). Foi designado relator no plenário da Câmara dos Deputados do PL 1.179/20, sancionado como Lei 14.020/20, que possibilita a realização de assembleia virtual ou por videoconferência por condomínios e entidades de classe durante a pandemia do Coronavírus mesmo sem previsão no estatuto social. Também foi relator da MP 931/20, Lei 14.030/20, que dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020. E, ainda, foi relator do PLP 232/19, Lei Complementar

172/20, que dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros, provenientes de repasses federais, nos Fundos de Saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Coordena a Comissão dos 200 anos da Independência. Filiado ao PV, migrou para o MDB, durante a janela partidária.



EUCLYDES PETERSEN (PSC-MG)

Deputado, 1º mandato, mineiro, agropecuarista. Líder do PSC na Câmara dos Deputados. Chegou à Casa após 1 ano de mandato de vereador. Muito próximo do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tem sido designado para vários eventos representando a Câmara. Foi indicado pelo presidente da Câmara para o Digitalks, em Lisboa, Portugal. O Digitalks é evento sobre conhecimento, inovação e oportunidades de negócios através da economia digital. Parlamentar municipalista, prioriza no mandato o atendimento das cidades e regiões e Minas Gerais. Para tanto, tem mantido contato com ministros e diversas lideranças capazes de atender os pleitos da população mineira. Entre as proposições de autoria dele, destaque para a PEC 14/22, altera o § 9º do art. 195 da Constituição para reduzir pela metade a alíquota das contribuições sociais de que trata o inciso I quando se tratar de municípios. Entrou para o seleto grupo dos parlamentares em "ascensão" em 2022, sendo um dos 150 mais influentes do Congresso.



Evair de Melo (PP-ES)

Deputado, 2º mandato, capixaba, administrador. Foi secretário municipal de Agricultura de Venda Nova do Imigrante (ES), presidente do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural e presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária. Vice-líder do governo na Câmara dos Deputados e coordenador de 3 frentes parlamentares: a Mista para Implantação do Plenário Virtual no Poder Legislativo, a do Cooperativismo (Frencoop) e a Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento. Preside a comissão especial do PL 1.595/19, que dispõe sobre ações contraterroristas, e atuou como sub-relator de outros 2 colegiados: a comissão externa destinada a fazer o acompanhamento e fiscalizar as barragens existentes no Brasil, em especial, acompanhar as investigações relacionadas ao rompimento em Brumadinho (MG), e o Grupo de Trabalho destinado a debater e elaborar proposição legislativa a fim de alterar o Decreto-Lei 227/67 (Código de Mineração). É um dos autores do PL 696/20, Lei 13.989/20, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus.



Fausto Pinato (PP-SP)

Deputado, 2º mandato, paulista, advogado. Atuou como líder da Maioria e vice-líder de bloco parlamentar, além de ter sido presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Casa. Foi relator do projeto que deu origem à Lei 13.171/15, que considera o turismo rural como atividade rural, incluindo a administração de hospedagem, organização e visitas e a exploração de vivência de prática do meio rural. Coordena a Frente Parlamentar Brasil/China, as frentes parlamentares do Congresso Nacional Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a Mista em Defesa da Indústria Brasileira de Bebidas e a Mista Internacional Humanitária pela Paz Mundial. Desempenhou a função de 2º vice-presidente do Conselho de Ética da Casa. Outra proposição relatada pelo

parlamentar é o PL 9.618/18, Lei 13.805/19, que altera as leis 9.012, de 30 de março de 1995, e 8.036, de 11 de maio de 1990, para exigir a certidão negativa de débito no FGTS para a concessão, com lastro em recursos públicos, de crédito e de benefícios a pessoas jurídicas.



Fred Costa (Patriota-MG)

Deputado, 1º mandato, mineiro, empresário. Iniciou a trajetória política como vereador, cargo que exerceu por 2 mandatos. Elegeu-se deputado estadual por 2 legislaturas consecutivas. Líder do Patriota. Coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Animais, uma das áreas que o deputado prioriza no mandato. Autor do PL 1.095/19, Lei 14.064/20, que altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para estabelecer pena de reclusão a quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos; e instituir penas para estabelecimentos comerciais ou rurais que concorrerem para a prática do crime. É autor também do PL 5.638/20, Lei 14.148/21, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor de eventos decorrentes dos efeitos de combate à pandemia da covid-19.



Geninho Zuliani (União-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, administrador. Graduado em gestão pública, tem pós-graduação na área pela Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard (EUA). Iniciou a trajetória política como vereador em Olímpia (SP), tendo sido presidente da Câmara Municipal, prefeito de Olímpia por 2 mandatos consecutivos e secretário de Estado de Habitação. Líder do União na Câmara. Entre as prioridades do mandato estão a defesa do municipalismo, do turismo, da habitação, do agronegócio, da saúde, da educação e da segurança. 3º vice-presidente da comissão especial criada para analisar o PL 7.063/17, das PPP. Coordena as frentes parlamentares mistas em Defesa da Disposição Final de Resíduos Sólidos, e a dos Consórcios Públicos. Foi relator da MP 1.003/20, Lei 14.121/21, que autoriza o Poder Executivo a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility e estabelece diretrizes para a imunização da população. Foi 2º vice-presidente da comissão especial do PLP 146/21, das startups, Lei Complementar 181/21.



Gervásio Maia (PSB-PB)

Deputado, 1º mandato, paulista, advogado. Vice-líder do PSB. Foi vice-líder da Oposição na Câmara dos Deputados. Antes de chegar à Casa, foi deputado estadual por 4 mandatos consecutivos tendo ocupado o cargo de presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba. Filho do ex-deputado estadual Gervásio Bonavides Mariz Maia e neto do ex-governador da Paraíba e ex-ministro de Minas e Energia, João Agripino Filho. É um dos autores do PL 6.286/19, que tipifica como crime a invasão de terras públicas a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O projeto tramita na Câmara dos Deputados. Tem sido crítico contundente da PEC 32/20, da reforma administrativa, que, na análise dele, representa desmonte das conquistas da Constituição de 1988.



GIOVANI CHERINI (PL-RS)

Deputado, 3º mandato, gaúcho, professor. Iniciou a trajetória política como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Soledade (RS). Articulado, é vice-líder do PL e vice-líder do governo na Câmara Federal. Vinculado ao cooperativismo, é professor de pós-graduação da disciplina. Tem diversos cursos e livros publicados sobre a temática. Foi presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Presidiu a comissão especial da PEC 2/15, que dispõe sobre a execução obrigatória das emendas orçamentárias coletivas. Está em tramitação no Senado.



Hildo Rocha (MDB-MA)

Deputado, 2º mandato, maranhense, administrador de empresas. Antes de chegar ao Congresso, foi vereador, presidente da Câmara Municipal e prefeito de Cantanhede (MA) em 2 mandatos consecutivos. Tem pós-graduação em Contabilidade Pública, é referência no debate de temas ligados à área. Preside a Comissão de Viação e Transportes, também é líder do MDB na Casa. Preside a comissão especial da PEC 45/19, reforma tributária, e vice-presidente da comissão mista temporária da reforma tributária. Na legislatura passada, atuou como procurador parlamentar, 1º vice-presidente da Comissão de Finanças e Tributação e 2º vice-presidente da CCJ. Coordena diversas frentes parlamentares: Mista de Apoio à Habitação Rural, a de Defesa do Patrimônio Histórico Nacional, a de Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e a de Defesa do Sistema de Modelagem da Informação da Construção.



Hiran Gonçalves (PP-RR)

Deputado, 2º mandato, amazonense, médico. Vice-líder do PP e coordenador da Frente Parlamentar Mista de Medicina. Foi 1º vice-presidente e presidente da Comissão de Seguridade Social e Família. Com boa formação acadêmica, foi presidente do Conselho Regional de Medicina de Roraima e coordenador regional da Fundação Nacional de Saúde em Boa Vista (RR). Foi relator do PL 1.409/20, Lei 14.023/20, que determina em caso de declaração de epidemia, pandemia ou surtos provocados por doenças contagiosas ou que tenha sido declarado Estado de Calamidade Pública, sejam tomadas medidas imediatas que garantam a saúde e a preservação da vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e manutenção da ordem pública. Também relatou o PL 864/20, Lei 14.006/20, que altera a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, para que aconteça a liberação imediata do uso de materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área da saúde para auxiliar no combate à pandemia da covid-19. Relator, na comissão especial, do PL 7.419/06, que altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Está em tramitação. Coordena a bancada de RR na CMO.



Hugo Leal (PSD-RJ)

Deputado, 4º mandato, mineiro, advogado. Relator geral da LOA (Lei Orçamentária Anual) 2022, goza de bom trânsito no Congresso. 1º vice-líder do PSD. Foi 2º vice-presidente da Comissão de Viação e Transportes. Articulado, é designado com frequência para ocupar cargos nos colegiados da Casa. Foi 2º vice-presidente da comissão especial do PL 3.267/19, Lei 14.071/20, que altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o CBT. Foi 1º vice-presidente da comissão especial

do PL 1.775/15, Lei 13.444/17, que dispõe sobre a identidade civil nacional. Atuou como 2º vice-presidente da comissão especial da PEC 74/15, que tramita no Senado, e acrescenta parágrafos ao artigo 100 da Constituição, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais, e acrescenta disposições ao ADCT, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora. Exerceu a 3ª vice-presidência da comissão especial da PEC 61/11, EC 68, que prorroga a DRU (Desvinculação das Receitas da União) até 31 de dezembro de 2015.



Igor Timo (Podemos-MG)

Deputado, 1º mandato, mineiro, empresário. Líder do Podemos. 2º vice-presidente da Comissão de Turismo. Foi 2º vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Técnico em informática, coordenou a operação e manutenção de redes da Polícia Civil de Minas Gerais. Presidiu a Associação das Empresas Prestadoras de Serviços do Estado de Minas Gerais. Relatou, em plenário, o PL 534/21, Lei 14.125/21, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Foi relator do PL 1.605/19, Lei 14.238/01, Estatuto da Pessoa com Câncer.



Jerônimo Goergen (PP-RS)

Deputado, 3º mandato, gaúcho, advogado. Chegou à Câmara dos Deputados após ter passado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e atuado como assessor do então ministro da Agricultura Marcos Vinícius Pratini de Moraes no governo FHC. No PP, exerceu o cargo de presidente estadual da Juventude. Na Câmara, desempenhou a função de vice-líder de bloco parlamentar. Coordena as frentes parlamentares mistas em Defesa da Indústria do Mobiliário, do Biodiesel, e dos Aeronautas. Autor do PL 4.246/12, Lei 13.103/15, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. Foi relator do PL 6.648/13, Lei 13.124/2015, que altera a Lei 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional. Relatou a MP 1.051/21, Lei 14.206/21, que institui o Documento Eletrônico de Transporte. Relatou também o PL 2.541/21, Lei 14.288/21, que altera o prazo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta.



João Carlos Bacelar (PL-BA)

Deputado, 4º mandato, baiano, empresário. Engenheiro civil com especialização em infraestrutura, é empresário do setor da construção civil, do agronegócio e da distribuição de combustíveis e lubrificantes. Coordena a bancada da Bahia na Comissão Mista de Orçamento. Foi 1º vice-presidente da Comissão de Minas e Energia e coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Aprovação do Marco Regulatório dos Jogos no Brasil. Foi relator do PL 10.985/18, transformado na Lei 14.052/20, que altera a Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões.



JORGINHO MELLLO (PL-SC)

Senador, 1º mandato, catarinense, advogado. Vice-líder do PL no Senado. Iniciou na política aos 18 anos, quando foi eleito vereador em Herva d'Oeste no Oeste de SC, cidade em que foi criado. Presidente do Partido Liberal em Santa Catarina. Forte aliado do presidente Jair Bolsonaro. No Senado desde 2018, após exercer cargos de deputado estadual e federal. Defende os pequenos negócios, sendo autor do projeto que criou o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), que entrou em vigor em agosto de 2020 e está em operação. O projeto consiste em uma linha de crédito aos micros e pequenos empresários. Formado em Direito e Estudos Sociais, foi gerente e diretor do Besc (Banco do Estado de Santa Catarina).



Júlio César (PSD-PI)

Deputado, 6º mandato, piauiense, agricultor e advogado. Iniciou a carreira política como prefeito de Guadalupe (PI), por 2 mandatos. Acumula longo histórico de cargos públicos e serviços prestados ao estado, como o de diretor-presidente da Empresa de Águas e Esgotos do Piauí, secretário de Agricultura, secretário de Justiça e Segurança Pública, secretário de Administração da Prefeitura de Teresina (PI), interino e superintendente da Polícia Civil do estado. Na Câmara dos Deputados, já presidiu a Comissão de Finanças e Tributação. Articulado, foi designado relator na comissão especial da PEC 391/17, do Senado Federal, que altera o artigo 159 da Constituição para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao FPM. Defensor do municipalismo, foi presidente da Associação Piauiense de Prefeitos Municipais. É autor do PLP 14/95, Lei Complementar 91/97, que altera critérios de distribuição do FPM.



Lasier Martins (Podemos-RS)

Senador, 1º mandato, gaúcho, jornalista e advogado. Oriundo do jornalismo, trabalhou nas emissoras do Grupo RBS, afiliada da TV Globo no Rio Grande do Sul, uma das maiores empresas de comunicação do País, onde foi comentarista por quase 3 décadas no Jornal do Almoço. Também foi apresentador do programa Conversas Cruzadas (TVCOM), do Gaúcha Repórter na Rádio Gaúcha, do Debates do Rio Grande e na Rádio Guaíba, TV Guaíba e Correio do Povo. No Senado, ocupou o cargo de 2º vice-presidente da Mesa Diretora. Liderou o bloco parlamentar Podemos, PSDB, PSL. Prioriza temas como a manutenção da prisão após condenação em 2ª instância, o voto aberto para presidência e Mesa Diretora da Casa, a moralização do STF com regras técnicas para escolha e mandato de ministros, a saúde, a educação e a segurança pública nas destinações de emendas parlamentares. Entre os projetos de autoria dele, destaque para o PL 939/21, que suspende reajuste de medicamentos em 2021 por conta da pandemia do coronavírus. É também autor da PEC 35/15, que muda as regras para indicação e composição do STF, com mandato fixo de 10 anos para os ministros.



Léo Moraes (Podemos-RO)

Deputado, 1º mandato, paranaense, advogado. Iniciou a trajetória política como vereador em Porto Velho (RO) e, em seguida, deputado estadual, ambos pelo PTB. Como vereador chegou a ser presidente das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos da Criança do Adolescente e da Juventude, e a de Meio Ambiente. Migrou para o Podemos. Foi líder na Câmara dos Deputados. Coordena a Frente Parlamentar

Mista em Defesa dos Estados sede de Usinas Hidrelétricas e 1º vice-presidente do Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Foi relator da MP 998/20, Lei 14.120/21, que transfere para a União as ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. Também foi designado relator do PL 1.106/20, que altera o parágrafo único do artigo 4º da Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para simplificar a inscrição no programa de Tarifa Social da Conta de Energia. O PL 1.106, agora, Lei 14.203/21, prevê a inclusão automática na Tarifa Social de Energia Elétrica para os consumidores de baixa renda.



Lídice da Mata (PSB-BA)

Deputada, 3º mandato, baiana, economista. Com origem no movimento estudantil, estreou na vida pública como vereadora de Salvador (BA). É presidente do PSB na Bahia. Exerceu 2 mandatos de deputada federal pelo PCdoB, inclusive na Constituinte. Foi deputada estadual e a primeira mulher a comandar a Prefeitura de Salvador. No mandato de senadora da Bahia, liderou bloco parlamentar e coordenou a Frente Parlamentar Mista de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Integrou a CPMI de Violência contra a Mulher e foi relatora da CPI que investigou o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas. Articulada, na Câmara dos Deputados, é vice-líder do PSB, 2ª procuradora adjunta da Secretaria da Mulher, presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Cuba e coordenadora da Frente Parlamentar Mista da Economia Criativa. Presidiu a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, além de ter sido vice-líder da Minoria. Presidiu também a Comissão de Turismo e Desporto durante a aprovação da Lei 11.771/08, mais conhecida como LGT (Lei Geral do Turismo). É relatora no Congresso da CPMI das Fake News.



Lucas Vergilio (Solidariedade-GO)

Deputado, 2º mandato, goiano, administrador. É líder do Solidariedade. Atuou como vice-líder da Maioria e vice-líder do governo na Câmara dos Deputados. Foi 3º vice-presidente da CCJ. Foi presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, 2º vice-presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e 3º vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. 1º vice-presidente da comissão especial destinada a proferir parecer à PEC 17/19, que inclui a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e fixa a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.



Luiz Carlos Heinze (PP-RS)

Senador, 1º mandato, gaúcho, engenheiro agrônomo e produtor rural. Voz ativa em defesa dos produtores rurais, atuou como vice-líder do PP no Senado Federal. Ocupou os cargos de vice-presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e de 4º Secretário da Mesa Diretora da Casa. Antes de chegar ao Senado, foi prefeito de São Borja (RS) e deputado federal por 5 mandatos consecutivos. Na Câmara dos Deputados, presidiu a Comissão de Agricultura e integrou a Frente Parlamentar da Agropecuária. Fundador da Associação dos Arrozeiros de São Borja e foi 1º presidente da Federação das Associações de Arrozeiros. É, também, pela Casa , vice-presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo.



Luis Tibé (Avante-MG)

Deputado, 3º mandato, mineiro, empresário. Presidente nacional do Avante. Iniciou a trajetória política como vereador em Belo Horizonte (MG). Na Câmara dos Deputados, atuou como vice-líder de bloco parlamentar. Ocupa o cargo de procurador parlamentar da Casa. Presidente da comissão especial destinada a proferir parecer à PEC 125/11, do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) e outros, que acrescenta dispositivos à Constituição vedando a realização de eleições em data próxima a feriado nacional. Na 55ª legislatura, atuou como 2º vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e foi vice-presidente da comissão especial da PEC 282/16, EC 97, que veda a coligação partidária em eleições.



Marcel Van Hattem (Novo-RS)

Deputado, 1º mandato, gaúcho, jornalista. Iniciou a trajetória na política muito jovem. Aos 18 anos, elegeu-se vereador de Dois Irmãos (RS). Foi deputado estadual. Os 2 mandatos foram exercidos pelo PP. Em 2018, filiou-se ao Novo. Atuou como vice-líder do Novo na Casa e como 2º vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Integrou a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Primeiro deputado que exerceu a liderança do Novo, conduzindo a bancada nas negociações das pautas do governo Bolsonaro, a maioria coincidindo com os princípios do partido, é presença constante nos debates em plenário. No início da legislatura, candidatou-se à presidência da Câmara dos Deputados. Operador temático da área de empreendedorismo. Mestre em Ciência Política e em Jornalismo, Mídia e Globalização, prioriza no mandato parlamentar os temas da reforma política com extinção do fundo partidário, privatização das estatais, reforma tributária, reforma da Previdência e segurança pública. Coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Prisão em 2ª Instância. É autor do PL 14/19, que altera a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para extinguir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha.



MARCELO MORAES (PL-RS)

Deputado, 1º mandato, gaúcho, comerciário. Antes de chegar à Câmara dos Deputados, foi secretário de Transportes e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (RS). Assumiu o mandato federal com a experiência de vereador de Santa Cruz do Sul e 2 mandatos de deputado estadual. Eleito pelo PTB, chegou a liderar o partido na Câmara dos Deputados. Migrou para o PL durante o período da janela partidária para disputar as eleições de 2022. É filho de Sérgio Moraes, ex-prefeito de Santa Cruz do Sul e ex-deputado federal. Relator do PL 399/20, que altera a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para disciplinar o conteúdo e os limites da anotação do novo casamento nos assentos dos casamentos anteriores.



Maria do Rosário (PT-RS)

Deputada, 5º mandato, gaúcha, professora. Parlamentar com boa formação acadêmica, tem mestrado em Educação e Violência Infantil. Vice-líder do PT na Câmara e coordenadora da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente. Iniciou a trajetória política nos movimentos estudantil e sindical no PCdoB. Foi vereadora e deputada estadual no Rio Grande do Sul. Também ocupou o cargo de ministra de Direitos Humanos no governo de Dilma Rousseff. Na

Casa, foi 1º vice-presidente da Comissão de Cultura, relatora da CPMI que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, presidente da Comissão de Educação e presidente da comissão especial da Lei Nacional de Adoção. É uma das autoras do PL 2.854/20, que institui medidas contra a disseminação de conteúdo de ódio e preconceito pela Internet, bem como a disseminação de informações a respeito de tratamentos de saúde que não sejam cientificamente validados e aceitos pelo SUS ou pela OMS (Organização Mundial de Saúde). O projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados. Atuou como 2ª vice-presidente da comissão especial da PEC 23/21, que modifica o regime de precatórios da União.



Mário Heringer (PDT-MG)

Deputado, 5º mandato, mineiro, médico. Vice-líder do PDT, ocupou o cargo de 2º secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Parlamentar com excelente formação acadêmica, é especialista em ortopedia, fisiatria e administração hospitalar. Coordena a Frente Parlamentar em Defesa dos Pequenos e Médios Municípios e atua também nas frentes parlamentares da Saúde e de Defesa da Fruticultura Nacional. Preside o Grupo Parlamentar Brasil/Eslovênia. Com forte articulação e influência nos bastidores, foi ouvidor-geral da Câmara, coordenador da bancada de Minas Gerais na Comissão Mista de Orçamento e presidente da Comissão de Direitos Humanos. É um dos autores da PEC 413/05, EC 66/10, que altera a Constituição para estabelecer que o casamento civil poderá ser dissolvido pelo divórcio consensual ou litigioso, na forma da lei.



Paulo Ramos (PDT-RJ)

Deputado, 3º mandato, carioca, advogado e oficial reformado da Polícia Militar. Atuou como vice-líder do PDT na Câmara dos Deputados. Especialista em políticas públicas pela UFRJ, iniciou a militância política nos anos 60 e teve destacada participação na luta contra a ditadura militar, pela anistia e pela democratização do País. Foi deputado estadual por 5 mandatos consecutivos. Constituinte, integrou a Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições e a Comissão de Sistematização. Na 56ª Legislatura, é 2º vice-presidente da comissão especial criada para analisar o PL 1.646/19, que dispõe sobre devedor contumaz. Coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Finep, do Desenvolvimento da Ciência, da Pesquisa e da Inovação. É relator, entre outras matérias, do PL 2.317/20, que dispõe que a decretação da falência determina a rescisão do contrato de trabalho, permitindo ao trabalhador movimentar sua conta vinculada no FGTS e requerer o seguro-desemprego de imediato, alterando as leis 7.998/90; 8.036/90 e 11.101/05.



Pedro Lucas Fernandes (União-MA)

Deputado, 1º mandato, maranhense, administrador. Iniciou a trajetória política como vereador por 2 mandatos consecutivos em São Luís (MA) e foi presidente da Agência Executiva Metropolitana de São Luis. Filho do ex-deputado Pedro Fernandes. Coordena a Frente Parlamentar para Modernização do Centro de Lançamento de Alcântara (MA). Atuou como líder de partido e vice-líder de bloco parlamentar. É autor do PL 1.562/20, Lei 14.019/20, que altera a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas

e em transportes públicos durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19. Coordenador da bancada do Maranhão na Comissão Mista de Orçamento, compôs os 100 "Cabeças" do Congresso Nacional, edição de 2020. Eleito pelo PTB em 2018, migrou para o União com vistas à disputa eleitoral de 2022.



Pedro Lupion (PP-PR)

Deputado, 1º mandato, paranaense, empresário. Atuou como vice-líder do governo Bolsonaro no Congresso e como vice-líder do DEM na Câmara. Parlamentar com boa formação acadêmica, é mestre em ciência política, pós-graduado e especialista em comunicação política e campanhas eleitorais, além de pós-graduado e especialista em administração pública e governança. Coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Centrais Geradoras Hidrelétricas e das Pequenas Centrais Hidrelétricas. Preside o Grupo Parlamentar Brasil/Espanha. Cumpriu 2 mandatos de deputado estadual, tendo sido líder do governo de Cida Borghetti e presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa. De família tradicional na política do Paraná, é filho do ex-deputado federal Abelardo Lupion e bisneto do ex-governador do estado, Moisés Lupion. 2º vice-presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural.



RODRIGO AGOSTINHO (PSB-SP)

Deputado, 1º mandato, paulista, advogado. Antes de chegar à Câmara dos Deputados, foi vereador e prefeito de Bauru (SP) por 2 mandatos. Ambientalista, é fundador do Instituto Ambiental Vidágua e do Fórum Pró-Batalha. É membro do Lead (Programa Internacional de Líderes Ambientais) da Fundação Rockefeller e da Comissão Nacional de Biodiversidade, entre outros programas e conselhos voltados à proteção ambiental. Na Câmara dos Deputados, presidiu a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Integra a Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional e é membro da diretoria da Frente Parlamentar Mista Ética Contra a Corrupção. É relator de diversos projetos com a temática do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. O deputado é um dos autores do PL 696/20, transformado na Lei 13.989/20, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo Coronavírus. É relator, entre outros, do PL 5.085/00, que altera a Lei 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação.



SEBASTIÃO OLIVEIRA (Avante-PE)

Deputado, 2º mandato, médico. Chegou à Câmara dos Deputados com a experiência de 3 mandatos consecutivos de deputado estadual e de secretário de Transportes do estado de Pernambuco no governo de Paulo Câmara. Líder do Avante, partido do qual foi presidente nacional. Tem dedicado o mandato de deputado federal às áreas de saúde e economia. É autor do PL 1.835/20, que dispõe sobre o programa de entrega domiciliar de medicamentos às pessoas que pertencem ao grupo de risco de contágio do Coronavírus. Também é autor do PL 2.373/21, que prorroga para 30/12/21 prazo de liquidação e renegociação das dívidas a que se referem a Lei 13.340, de 2016, do crédito rural. Os projetos estão em tramitação na Câmara dos Deputados.



SERGIO SOUZA (MDB-PR)

Deputado, 2º mandato, paranaense, advogado. Presidiu a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e atuou como vice-líder partidário. Chegou ao Congresso Nacional como primeiro suplente da chapa que elegeu Gleisi Hoffmann (PT-PR) ao Senado Federal. Assumiu o mandato de senador temporariamente no período em que Hoffmann chefiou a Casa Civil da Presidência da República no governo Dilma. Tem especialização em Direito Eleitoral, foi relator do PL 1.792/19, Lei 14.177/21, que altera o § 2º do artigo 2º da Lei 13.178, de 22 de outubro de 2015, para ampliar o prazo para ratificação dos registros imobiliários referentes aos imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos estados em faixa de fronteira.



TIAGO MITRAUD (Novo-MG)

Deputado, 1º mandato, candango, administrador. Na Casa, foi 1º vice-presidente da comissão especial da PEC 32/20, que trata da reforma administrativa. Foi 2º vice-presidente da comissão especial da PEC 24/19, que dispõe sobre despesas de instituições federais de ensino. É um dos autores do PL 7.843/17, Lei 14.129/21, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública; altera as leis 7.116, de 29 de agosto de 1983, 13.460, de 26 de junho de 2017, 12.682, de 9 de julho de 2012, e 12.527, de 18 de novembro de 2011. Também é um dos autores da Lei Complementar 182/21, que dispõe sobre startups e apresenta medidas de estímulo à criação dessas empresas e estabelece incentivos aos investimentos por meio do aprimoramento do ambiente de negócios no País. Diretor executivo da Fundação Estudar, programa para formar novas lideranças.



Túlio Gadêlha (Rede-PE)

Deputado, 1º mandato, pernambucano, consultor. Na Casa, atuou como vice-líder da Minoria e 2º vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Antes de chegar ao Congresso, foi presidente do Instituto de Terras e Reforma Agrária do estado, autarquia responsável pela regulação, ordenação e reordenação fundiária rural de PE. Defensor do meio ambiente e dos direitos humanos, vem se destacando nessa temática. Coordena a Frente Parlamentar Mista de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem. É um dos autores do PL 3.477/20, Lei 14.172/21, que dispõe sobre a garantia de acesso à Internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. É autor, em conjunto com outros parlamentares, do PL 1.075/20, transformado na Lei 14.017/20, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública do coronavírus reconhecido pelo Decreto Legislativo 6, de 20 de março de 2020.



VICENTINHO (PT-SP)

Deputado, 5º mandato, potiguar, metalúrgico e advogado. Com origem no movimento sindical, foi presidente da CUT Nacional, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. No exercício dos mandatos parlamentares, atuou como vice-líder do PT por 4 vezes e líder partidário, presidiu a comissão especial da Reforma Trabalhista, foi 3º vice-presidente da Comissão de Trabalho e participou das subcomissões do Salário Mínimo, da Crise Financeira Mundial e da Terceirização. Presidiu as frentes parlamentares Pró-Guardas Municipais, pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas e pela Modernização das Relações de Trabalho. É um dos principais interlocutores do PT em matéria sindical e trabalhista. É autor de vários projetos de lei e coautor da PEC 29/03, que dispõe sobre a estrutura sindical. Filiado ao PT desde a fundação, desempenhou importantes missões do partido, como a relatoria do PL 1.990/07, Lei 11.658/08, que trata do reconhecimento das centrais sindicais. Foi relator da PEC 231/95, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Com boa formação acadêmica, é pós-graduado em Economia e Relações do Trabalho.



ZENAIDE MAIA (Pros-RN)

Senadora, 1º mandato, paraibana, médica. Chegou ao Senado com a experiência de mandato de deputada federal e de secretária municipal de Saúde de São Gonçalo do Amarante (RN). Na Câmara dos Deputados, foi 1ª vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e 3º vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Articulada, no Senado é vice-líder do Pros. Liderou o bloco parlamentar da Resistência (Pros / PT). Vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Relatora de vários projetos na área da saúde, com destaque para o PL 2.564/20, de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES), que altera a Lei 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira. O projeto foi aprovado no Senado e na Câmara. Foi enviado à sanção do presidente, que poderá sancioná-lo integralmente, parcialmente, ou vetá-lo na íntegra.

DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES EM "ASCENSÃO" EM 2022

Os parlamentares grafados em negrito e caixa alta são os novos em "ascensão" 2022

Deputado Alceu Moreira (MDB-RS)

DEPUTADO ALIEL MACHADO (PV-PR)

Deputado André de Paula (PSD-PE)

Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)

Deputada Bia Kicis (PL-DF)

Deputado Capitão Augusto (PL-SP)

Deputada Celina Leão (PP-DF)

Deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP)

Deputado Claudio Cajado (PP-BA)

DEPUTADO DIEGO ANDRADE (PSD-MG)

Deputado Domingos Neto (PSD-CE)

Deputado Domingos Sávio (PL-MG)

Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira JR. (PP-RJ)

DEPUTADO Eduardo Bismark (PDT-CE)

Deputado Enrico Misasi (MDB-SP)

DEPUTADO EUCLYDES PETTERSEN (PSC-MG)

Deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES)

Deputado Fausto Pinato (PP-SP)

Deputado Fred Costa (Patriota-MG)

Deputado Geninho Zuliani (União-SP)

Deputado Gervásio Maia (PSB-PB)

DEPUTADO GIOVANI CHERINI (PL-RS)

Deputado Hildo Rocha (MDB-MA)

Deputado Hiran Gonçalves (PP-RR)

Deputado Hugo Leal (PSD-RJ)

Deputado Igor Timo (Podemos-MG)

Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS)

Deputado João Carlos Bacelar (PL-BA)

SENADOR JORGINHO MELLO (PL-SC)

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)

Senador Lasier Martins (Podemos-RS)

Deputado Léo Moraes (Podemos-RO)

Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Deputado Lucas Vergilio (Solidariedade-GO)

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

Deputado Luis Tibé (Avante-MG)

Deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS)

DEPUTADO MARCELO MORAES (PL-RS)

Deputada Maria do Rosário (PT-RS)

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

Deputado Paulo Ramos (PDT-RJ)

Deputado Pedro Lucas Fernandes (União-MA)

Deputado Pedro Lupion (PP-PR)

Deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP)

Deputado Sebastião Oliveira (Avante-PE)

Deputado Sergio Souza (MDB-PR)

DEPUTADO TIAGO MITRAUD (Novo-MG)

Deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE)

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP)

Senadora Zenaide Maia (Pros-RN)

ANÁLISE POR ESTADO DOS "CABEÇAS" DO CONGRESSSO NACIONAL E PARLAMENTARES EM "ASCENSÃO" 2022

ACRE

Possui 1 representante na elite parlamentar, a vice-líder da Oposição, na Câmara, deputada Perpétua Almeida (PCdoB). Na categoria em "ascensão", não possui representante na edição 2022 dos "Cabeças".

ALAGOAS

Está representado na elite parlamentar pelo senador Renan Calheiros (MDB), líder da Maioria, e pelos deputados Isnaldo Bulhões Jr. (MDB), líder do partido na Câmara, e Arthur Lira (PP), presidente da Mesa Diretora da Casa. Na categoria em "ascensão", não possui representante nesta edição 2022 dos "Cabeças" do Congresso Nacional.

AMAPÁ

Possui 2 representantes na elite parlamentar: o presidente da CCJ e líder do União, senador Davi Alcolumbre, e o líder da Oposição e líder do partido na Casa, senador Randolfe Rodrigues (Rede). Na categoria em "ascensão", segundo os critérios do **DIAP**, o não possui representante na edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

AMAZONAS

Está representado no núcleo decisório pelo senador Eduardo Braga (MDB), líder do partido na Casa, e o deputado é Marcelo Ramos (PSD), ex-1º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara e coordenador das frentes parlamentares mista para o Desenvolvimento Regional Sustentável e a de Defesa da Sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social e da Competitividade do Mercado de Capitais. Na categoria em "ascensão", o não possui representante nesta edição 2022 dos "Cabeças" do Congresso Nacional.

BAHIA

Está representado na elite parlamentar por 8 deputados: **ADOLFO VIANA (PSDB)**, líder do partido na Casa, que estreia nos "Cabeças", Afonso Florence (PT), vice-líder da Minoria na Câmara, Alice Portugal (PCdoB), vice-líder do partido na Casa, Antonio Brito (PSD), líder do partido, Arthur Oliveira Maia (União), presidente da CCJ, Cacá Leão (PP), vice-líder da Maioria, Daniel Almeida (PCdoB), vice-líder do partido, e ELMAR NASCIMENTO (União), líder do partido na Câmara. Completam a lista da Bahia nos "Cabeças", os senadores Jaques Wagner (PT), presidente da Comissão de Meio Ambiente, e Otto Alencar (PSD), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. A Bahia conta com mais 3 deputados na categoria em "ascensão" em 2022: Claudio Cajado (PP), líder do governo Bolsonaro na CMO, João Carlos Bacelar (PL), coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Aprovação do Marco Regulatório dos Jogos no Brasil, e Lídice da Mata (PSB), vice-líder do partido na Câmara.

CEARÁ

Está bem representado na elite parlamentar. 2 senadores estão no seleto grupo dos "Cabeças": Cid Gomes (PDT), líder do partido, e Tasso Jereissati (PSDB), ex-presidente nacional do partido. Completam a elite, os deputados André Figueiredo (PDT), vice-líder do partido, e José Guimarães (PT), vice-líder da Minoria. Na categoria em "ascensão, conta com os deputados Domingos Neto (PSD), vice-líder do partido, e Eduardo Bismark (PDT), 1º suplente da Mesa.

DISTRITO FEDERAL

Está representado nos 100 "Cabeças" pelo senador Izalci Lucas (PSDB), líder do partido no Senado, e pelos deputados Érika Kokay (PT), vice-líder do partido na Casa, e Professor Israel Batista (PSB), vice-líder do partido na Câmara. Na categoria "ascensão", o DF está representado pelas deputadas Bia Kicis (PL), vice-líder do partido na Câmara, e Celina Leão (PP), vice-líder do partido na Casa.

ESPÍRITO SANTO

Pelos critérios do **DIAP**, o estado não possui representante nesta edição 2022 dos 100

"Cabeças". Na categoria em "ascensão" 2022, está representado pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP), vice-líder do governo na Câmara.

GOIÁS

Pelos critérios do DIAP, o estado não possui representante no núcleo decisório do Poder Legislativo 2022. Na categoria em "ascensão", possui 1 representante na edição 2022 dos "Cabeças" do Congresso Nacional, o deputado Lucas Vergílio (Solidariedade), líder do partido na Câmara dos Deputados e vice-líder da Maioria.

MARANHÃO

É o único estado do País com todos os 3 senadores nos "Cabeças". Eliziane Gama (Cidadania), 3ª suplente da Mesa Diretora do Senado, Roberto Rocha (PTB), presidente da Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária, e Weverton Rocha (PDT), 4º secretário da Mesa Diretora do Senado. Completa a lista, os deputados ANDRÉ FUFUCA (PP), e BIRA DO PINDARÉ (PSB), ambos líderes partidários e que estreiam na elite do Parlamento. Em "ascensão", possui outros 2 deputados: Hildo Rocha (MDB), presidente da Comissão de Viação e Transporte, e Pedro Lucas Fernandes (União), que coordena a Frente para Modernização do Centro de Lançamento de Alcântara (MA).

MATO GROSSO

Conforme critérios do **DIAP**, o estado não possui representante na edição 2022 dos 100 "Cabeças" do Congresso Nacional. Na categoria em "ascensão", também, não possui representante nesta edição dos "Cabeças" do Congresso.

MATO GROSSO DO SUL

O estado possui 3 parlamentares entre os 100 mais influentes do Congresso. Trata-se do deputado Fábio Trad (PSD), vice-líder do partido, e dos senadores Nelsinho Trad (PSD), líder do partido na Casa, e Simone Tebet (MDB), líder da bancada feminina no Senado. Na categoria em "ascensão", está o deputado Beto Pereira (PSDB), vice-líder do partido na Câmara.

MINAS GERAIS

Estado com grande tradição na política nacional. Possui 8 parlamentares entre os 100 mais influentes do Legislativo. Está representado na elite parlamentar pelos deputados Aécio Neves (PSDB), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. LAFAYETTE DE ANDRADA (Republicanos), vice-líder do partido na Casa, que estreia nos "Cabeças", Lincoln Portela (PL), 1º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Paulo Abi-Ackel (PSDB), vice-líder do partido, REGINALDO LOPES (PT), líder do partido na Casa e que participa pela 1ª vez na elite dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022 e Rogério Correia (PT). Completam a lista os senadores ALEXANDRE VIEIRA (PSD), que assumiu o mandato após Antonio Anastasia (PSD) ser eleito ministro do TCU, e Rodrigo Pacheco (PSD), presidente da Mesa Diretora do Senado e do Congresso. Em "ascensão", estão 8 deputados: DIEGO ANDRADE (PSD), líder da Maioria na Câmara, Domingos Sávio (PL), coordenador da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Câmaras Municipais de Vereadores, EUCLYDES PETTERSEN (PSC), líder do partido na Casa, Fred Costa (Patriota), líder do partido na Câmara dos Deputados, Igor Timo (Podemos), líder do partido na Casa, Luis Tibé (Avante), presidente nacional do partido, Mário Heringer (PDT), vice-líder do partido na Câmara dos Deputados, e TIAGO MITRAUD (Novo), líder do partido no Legislativo federal.

PARÁ

Segundo os critérios do **DIAP**, o estado possui 1 parlamentar entre os "Cabeças" do Congresso Nacional em 2022. Trata-se do senador Paulo Rocha (PT), líder do partido na Casa. Em "ascensão", não possui representante nesta edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

PARAÍBA

Nesta edição, o estado possui 6 parlamentares entre os mais influentes. São os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP), ex-líder da Maioria, Efraim Filho (União), coordena a Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo, Hugo Motta (Republicanos), ex-líder do partido, e Wellington Roberto (PL), relator do Grupo de Trabalho (GTCartor) destinado a analisar, estudar e debater mudanças no atual sistema de serventias notariais e de registro, bem como das custas dos serviços forenses. Completam a lista dos mais influentes os senadores Daniella Ribeiro (PP), líder do partido na Casa, e Veneziano Vital do Rêgo (MDB), 1º vice-presidente da Casa. Em "ascensão", o estado está representado pelo deputado Gervásio Maia (PSB), vice-líder do partido na Câmara dos Deputados.

PARANÁ

Segundo os critérios do DIAP, o estado possui 7 representantes entre os 100 mais influentes do Poder Legislativo em 2022. São os deputados Enio Verri (PT), 2º vice-presidente da comissão especial destinada a analisar proposições que tratem da concessão de subsídios tributários, financeiros e creditícios, Gleisi Hoffmann (PT), vice-líder do partido na Câmara e presidente nacional do PT, Gustavo Fruet (PDT), 1º vicepresidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Luisa Canziani (PSD), líder do PSD na Câmara, Ricardo Barros (PP), líder do governo na Câmara dos Deputados, e Rubens Bueno (Cidadania), 1º vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Completa a lista o senador Alvaro Dias (Podemos), líder na Casa. Em "ascensão", o estado tem 3 parlamentares. São os deputados ALIEL MACHADO (PV), vice-líder do partido na Câmara, Pedro Lupion (PP), 2º vice-presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e Sergio Souza (MDB), vice-líder do MDB na Casa.

PERNAMBUCO

O estado, importante Unidade da Federação brasileira, está bem representado na elite do Parlamento. São 2 senadores e 8 deputados que compõem os "Cabeças". Senadores Fernando Bezerra Coelho (MDB), ex-líder do governo no Senado, e Humberto Costa (PT), líder do partido na Casa. Completam a lista dos "Cabeças" os deputados **AUGUSTO COUTINHO (Republicanos)**, presidente da comissão especial da PEC 125/11,

que veda eleições próximas a feriados, Danilo Cabral (PSB), vice-líder da Minoria, Fernando Coelho Filho (União), ex-ministro de Minas e Energia, Luciano Bivar (União), 1º secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Renildo Calheiros (PCdoB), líder do partido na Casa, Silvio Costa Filho (Republicanos), presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Tadeu Alencar (PSB), vice-líder da Oposição, e Wolney Queiroz (PDT), líder da Oposição. Em "ascensão", podendo integrar futuramente a lista dos 100 "Cabeças", estão 3 deputados: André de Paula (PSD), 2º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Sebastião Oliveira (Avante), líder do partido na Câmara dos Deputados, e Túlio Gadêlha (Rede), coordenador da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Trabalho Infantil e de estímulo à Aprendizagem.

PIAUÍ

Segundo os critérios do **DIAP**, o estado possui 2 parlamentares entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional: o senador **MARCELO CASTRO (MDB)**, vice-líder do partido na Casa, e a deputada Margarete Coelho (PP), vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. Em "ascensão", nesta edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022, estão o deputado Júlio César (PSD), presidente da Comissão de Finanças e Tributação.

RIO DE JANEIRO

Está representado por 7 parlamentares entre os 100 mais influentes do Congresso Nacional 2022. São os deputados Alessandro Molon (PSB), líder da Oposição, **ALTINEU CORTÊS (PL)**, líder do partido na Casa, **CARLOS PORTINHO (PL)**, líder do governo no Senado, Jandira Feghali (PCdoB), vice-líder da Minoria, Marcelo Freixo (PSB), vice-líder da Minoria, Talíria Petrone (PSoI), líder do partido. Completa a lista o senador Flávio Bolsonaro (PL), vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Em "ascensão", podendo integrar futuramente a elite do Congresso Nacional, estão 3 deputados: Dr. Luiz Antonio Teixeira JR. (PP), vice-líder do PP, Hugo Leal (PSD), 1º vice-líder do PSD na Câmara dos Deputados, e Paulo Ramos

(PDT), coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Finep, do Desenvolvimento da Ciência, da Pesquisa e da Inovação.

RIO GRANDE DO NORTE

Segundo os critérios do **DIAP**, o estado possui na elite parlamentar, o senador Jean Paul Prates (PT), líder da Minoria na Casa. Em "ascensão", o estado possui a senadora Zenaide Maia (Pros), vicelíder do partido na Casa.

RIO GRANDE DO SUL

Do ponto de vista qualitativo, o estado encontra-se bem representado no núcleo do processo decisório do Congresso com 3 deputados e 1 senador. São os deputados Afonso Motta (PDT), 1° vice-líder do PDT, Fernanda Melchionna (PSol), vice-líder do partido e da Oposição, e Paulo Pimenta (PT), 2º vice-presidente da CMO, O senador é Paulo Paim (PT), que participa há 29 anos de todas as edições dos "Cabeças". Em "ascensão" estão e poderão futuramente integrar o núcleo decisório do Congresso Nacional, 2 senadores e 6 deputados: Alceu Moreira (MDB), vice-líder do MDB na Câmara dos Deputados, GIOVANI CHERINI (PL), vice-líder do governo, Jerônimo Goergen (PP), coordenador da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel, Marcel Van Hattem (Novo), vice-líder do partido na Câmara Federal, MARCELO MORAES (PL), ex-vice-líder de bloco parlamentar, e Maria do Rosário (PT), vicelíder do partido na Câmara. Completam a lista os 2 senadores Lasier Martins (Podemos), e Luis Carlos Heinze (PP).

RONDÔNIA

O estado possui 1 representante entre os 100 "Cabeças" do Congresso Nacional de 2022. É o senador Marcos Rogério (DEM), líder no Senado e presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Na categoria em "ascensão", segundo os critérios do **DIAP**, o estado possui o deputado Léo Moraes (Podemos), ex-líder partidário.

RORAIMA

O estado, segundo os critérios do **DIAP**, não possui representante na edição 2022 dos "Cabeças"

do Congresso Nacional. Em "ascensão", está o deputado Hiran Gonçalves (PP), vice-líder do partido na Câmara dos Deputados.

SANTA CATARINA

O estado, segundo os critérios do **DIAP**, não possui representante na edição 2022 dos "Cabeças" do Congresso Nacional. Na categoria em "ascensão", ainda segundo os critérios do **DIAP**, a unidade federativa possui o senador **JORGINHO MELLO** (**PL)**, vice-líder do partido no Senado Federal.

SÃO PAULO

Indiscutivelmente, o estado é a unidade da Federação que possui o maior número de parlamentares na elite do Congresso Nacional, 16 deputados. São eles: ALENCAR SANTANA (PT), líder da Minoria, Alexandre Padilha (PT), vice-líder do partido na Casa, Arlindo Chinaglia (PT), ex-presidente da Câmara dos Deputados e vice-líder do PT, Arnaldo Jardim (Cidadania), vice-líder do partido na Câmara Federal, Baleia Rossi (MDB), presidente nacional do MDB, Carlos Zarattini (PT), relator do PL 1.088/18, da improbidade administrativa, Eduardo Bolsonaro (PL), ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Luiz Carlos Motta (PL), 3º vice-presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, Luiza Erundina (PSoI), 2ª vice-presidente da Comissão de Legislação Participativa, Marcos Pereira (Republicanos), presidente nacional do partido, Orlando Silva (PCdoB), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Paulinho da Força (Solidariedade), presidente nacional do partido, Paulo Teixeira (PT), vice-líder da Oposição, SÂMIA BOMFIM (PSol), líder na Câmara dos Deputados, Tabata Amaral (PSB), secretária da Mulher da Câmara, e VINICIUS CARVALHO (Republicanos), líder do partido na Câmara Federal. Em "ascensão", podendo integrar futuramente a elite parlamentar, estão 7 deputados federais: Capitão Augusto (PL), vice-líder do partido, Celso Russomanno (Republicanos), 1º vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Enrico Misasi (MDB), vice-líder do MDB na Câmara, Fausto Pinato (PP), ex-presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Geninho Zuliani (União), vice-líder do partido, Rodrigo Agostinho (PSB), ex-presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e **VICENTINHO (PT)**, que volta a compor a relação dos 150 parlamentares mais influentes do Congresso. O parlamentar já esteve 14 vezes entre os 100 "Cabeças".

SERGIPE

Pelos critérios do DIAP, o estado possui nesta edição dos "Cabeças", o senador Rogério Carvalho (PT), 3º secretário da Mesa Diretora do Senado e vice-líder do PT na Casa. Na condição de parlamentar em "ascensão" 2022, de acordo

com os critérios do **DIAP**, o estado não possui representante.

TOCANTINS

Pelos critérios do **DIAP**, o estado possui como representante nos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022 3 parlamentares: os senadores Eduardo Gomes (MDB), líder do governo no Congresso, Kátia Abreu (PP), vice-líder da Maioria, e a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (União), vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. Na condição de parlamentar em "ascensão", de acordo com os critérios do **DIAP**, o estado de Tocantins possui representante na edição dos "Cabeças" do Congresso Nacional 2022.

Os "Cabeças" do Congresso Nacional 2022

ESTATÍSTICA DA SÉRIE OS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL, DESDE 1994

SD ² PSD ² 1 1 5 1 2 2 1 3 1 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
PSD ² PC
1
PTB ² PTB ² PTB ²
PTB* PTB* PSB*
Psol ²
PT2 SP2 PS0 2 PL1 PFL1 PFL1
PT2 PT2 PT2
PMDB1 PMDB1
Renan Calheiros Teotônio Vilela Filho Somatório

Nome	1007	1005		77 100	1001	000	2000	2002	2002		2004 2005 2005	3000		ANO	PARTIDO	/CARGO	30	ANO/PARTIDO/CARGO	2 2014	3015	2100	7100	0100	2010	0000	1000		2000	-
Josaphat Marinho	PFL ²	PFL ²	PFL ² PFL ²	L2 PF	PFL ²	202	200		2002		5007	2000		2000	5002	010	110	717	102 61			7107	2010	5013	2020	2021	7	П	5
José Rocha Jutahy Júnior			\parallel	\parallel	\parallel	PSDB1	B1 PSDB1	B1 PSDB1	B1 PSDB1	31 PSDB1	1 PSDB1	PSDB1	PSDB1	PSDB1	PSDB1 P	PSDB1 PS	PSDB1 PS	PSDB1	\parallel			PRI	PR						2 13
utahy Magalhães ídice da Mata	PSDB2	\dagger	+	+	+	+	+	+	\downarrow	+	1			1	\dagger	+	+	+	+	PSB2	\neg					+	+		2 2
Lúcio Vieira Lima Luíz Eduardo	BI /PFI 1	PFI 1	PFI 1 PFI 1		\parallel	H	H	\parallel		\coprod	Ц				\parallel	H	H	\parallel	\parallel		PMDB1								1 4
	BL/PFL1		++	H	H	H	H	\parallel	Ē	Ē	\prod			\parallel	\dagger	H	DT.1	ITO	I.To	\prod									- 1
Otto Alencar		+	+	+		H	H	H		+	\prod			$\dagger \dagger$	$\dagger \dagger$		++	++	+	\prod		PSD2	PSD2	PSD ²	PSD ²	PSD ²	8	PSD ²	9
risco Viana odolpho Tourinho	PPR1	PPR1	PPB1 PPB1	B ₁ bbB ₁	<u>6</u>			\parallel			Ш	PFL ²			+			\parallel											1 2
Sérgio Barradas Carneiro			PDT1	ıTı PDTı	\dashv	-	\dashv	4	\dashv				PT1	PT1	PT1	PTI	PT1	\dashv	\dashv										7
Waldir Pires Walter Pinheiro	PSDB1	Ш	+	+		\dashv	+	+	ı PTı	PT1	PŢ	PT1	PT1	PT1	\parallel		PT2 P	PT2 PT2	.2 PT2	-	Ш								2
Somatório	=	6	9 10	\dashv	10 6	9	9	2	7	7	9	7	2	2	5 CEADÁ (C	7 (7 (7 (7 (7 (7 (7 (7 (7 (7 (7 (7 (7 (7	7	\dashv	-	80	∞	7	9	7	9	∞		10 2	506
ndré Figueiredo				H				L							CEARA (I	H	PDT1 PC	PDT1 PDT1	T1 PDT1	PDT1	PDT1	PDT1	PDT1	PDT1	PDT1	PDT1	IA	PDT1 1	12
eni Veras	PSDB2		\parallel	\dashv	\parallel	\parallel	\parallel	\parallel	\parallel			1000			\parallel	\dashv	\parallel	\parallel	\parallel	\parallel									
id Gomes		\downarrow	+	+	+	+	+	+	\downarrow	+	_	1300			+	+	+	+	\downarrow	\perp				PDT2	PDT2	PDT ²	II.	PDT2	4
iro Gomes			\parallel	\dashv	\parallel	\parallel	\parallel	\parallel	100		\parallel		PSB1	PSB1	PSB1			000				\vdash	200						ω <u>:</u>
Inicio Oliveira		PSDB1	+		+	+	+	-	PMD			FMDB.				Į.	PMDB4	PMUB ² PMU	JB2 PMDB2	¥ PMDB₄	- PMDB	MDB	MUR						1 -
Gonzaga Mota		PMDB1 PN	PMDB1 PMDB1	DB1	2		2				3		2		100				2										m ;
acio Arruda ickson Pereira	PSDB1		+	+	LCG0B.	PCG0B.	B. PCG0B.	PCG0B	B. PCGOB.	B. PCGOB.	PCG0B	- FCGOB-	PC00B2	PCG0B2		PCG0B.	PCG0B-	PCG0B*	PCG01	*									1 10
sé Guimarães			\parallel	Н	H	\mathbb{H}	\mathbb{H}	\parallel	Н	Н	\parallel	Ц		H	H	1	PT1 P	PT1 PT1	1 PT1	PT1	PT1	PT1	PT1	PT1	PT1	PT1		PT1 1	12
José Pimentel			\vdash	\vdash	-	\vdash	\vdash	\vdash	r PT1	PT1	PT1	PT1	PT1	\dagger	+	-	\dashv	\dashv	+	\dashv	PT2	PT2						-	13
ucio Alcantara	PMDB2	a.	PSDB ² PSDB ²	+	PSDB ² PSDB ²	Bz PSUB	PSDB2	B ² PSDB	25	\downarrow	1		Ī	t	\dagger	\dagger	+	+	\downarrow	1									-
aes de Andrade		PA	PMDB1 PMDB1	DB1 PMDB1	DB1	H	H	H		\parallel		Ц				\parallel		\prod											m
Patricia Saboya	100	0000	0000	-	0000	0000	0000	ů			\perp		PSB ²	PSB2	+	+	+	+	\parallel										7 0
sso Jereissati	13UB:	-ang-	$\overline{}$	_		-	-	6	PSDB2	32 PSDB2	2 PSDB2	PSDB2	PSDB2	PSDB2	PSDB ² P	PSDB2	H	\mathbb{H}	\parallel	PSDB2	PSDB2	PSDB2	PSDB2	PSDB2	PSDB2	PSDB2	PS	PSDB ² 1	16
Ubiratan Aguiar	PSDB1	PSDB1	PSDB1 PSDB1	_	B1 PS	82		+						,		Ц	+	+	+	L	-	-				_		1	7
oomatorio	c	4	2 2		4 4	4	3	3	4	3	2	c	o O	DISTR	DISTRITO FEDERAL	- (E)	c c	2	C C	c _	2	c	4	4	4	4		4 I.	771
Agnelo Queiroz	15dd	ppc1 p	12dd 12dd	15dd 15	PCdoB1	DB1 PCdoB1	B1 PCdoB1	DCdoB1	B1			PCdoB1	15dd	ppcı	\dagger	\parallel	+	\dashv	\parallel	\perp							+		5
Cristovam Buarque		+	+	\forall		H	H		\prod	PT2	PT ²	PDT ²	PDT ²	+	PDT2 P	PDT ² PI	PDT ² PC	PDT ² PDT ²	T2 PDT2	PDT ²	PPS ²	PPS ²						Н	14
Erika Kokay	1	+	+	+	+	ITG	Į.	I.T.	+	+	\downarrow		ΙĹΟ	i Ed	I TO	Ĭ.	+	+	I FO	PTI	+	PTI	PT1	PTı	PTI	PTI		PT1	ωα
Gim Argello		t		+			+	+	\perp					-	~	~	PTB2 PT	PTB2 PTB2	+										O LO
zalci Lucas		H	\vdash	-		—	5				i	i			Н	Н	\vdash	\vdash								PSDB2	SA	PSDB ²	7 0
ose Koperto Arruda 1aninha		7	LY LY	_	PSUB ²	PSUB-	h h	+	1	-	T I	YF.			\dagger	+	+	+	+	\perp									n a
Paulo Octávio Professor Israel		\parallel	\parallel	\dashv	\dashv	\parallel	\parallel	\parallel	PFL ²	2 PFL2	\vdash	PFL ²			\dagger	+	+	\parallel	\parallel	\parallel								100	4 (
atista	T	\dagger	+	+	+	+	+	+	+	\downarrow	\downarrow		DCB1	DCB1	DCB1	DCB1	DCB2 DC	DCB2	pc p	-						À	Ľ	T	ν α
Rogério Rosso			\parallel	\parallel	\prod	H	H		\parallel	Н	Ш	Щ	3	3	₩	+	+	+	+	PSD1	PSD1								2
gmaringa Seixas	PSDB1		+	+	+	+	+	+	PTı	FF.	PT ₁	PT1			INDRI DA	PMDR1	+	+	+										2
Migberto Tartuce		PPI	+	+	+	+	+	+	+	+	1			T		200	+	+	\perp	1									1 1
Somatório	2	3	2 2	2	2	c	2	2	2	m	2	2	4	4	5 5	5	8	3	es .	m	8	2		1	1	3		3	82
cio Alvares		PFL ² P	PFL ² PFL ²	L2 PFL2				L		L				3	- ANI O SAIL	(E3)	-	F	L				L				ŀ	L	4
ão Coser				Н	Н	Н	PT1	-			Ц				H	H	H	H											1
lo Coimbra	Ī	\dagger	+	+	+	+	+	+	+	\downarrow	1			1	+	200	+	+	\downarrow	1		MDB1	MDB1						2 -
Paulo Foletto			+	+	+	+	-	+	-	_				T	+	Ł.	+	+	1		PSB1								
Paulo Hartung		\parallel	\parallel	+	PSDB2	B ² PPS ²	32 PPS2	25	\parallel	DCB1	popi	DCB1	DCB2	DCB2	DCB2	DCB2	\parallel	\parallel		\parallel						_	+		8 7
Ricardo Ferraço				+		+	+	+	\perp	000	—			100		-00	+	+	_	PMDB ²	2 PSDB2	PSDB2							3
Rita Camata	PMDB1	PMDB1	PMDB1 PMDB1	DB1	PMDB1	18 ₁	\dashv	\perp	\parallel				PMDB1	PMDB1 F	PMDB1 P	PSDB1	DMO I DMO	IAUNO IAUNO	ā	DMADB2	2 DMDD2								0 4
Somatório	1	2	2 2	-	1 2	1	2	0	0	1	1	1	2	2	2	8			0	2	$\overline{}$	2	1	0	0	0		9	36
C on the control of t				-				_		_					GOIÁS (G	(0)		-				1			_		_		-
Alexandre Baldy Aldo Arantes		\pm	PC&	PCdoB1 PCdoB1	oBi	+	\perp	+	\downarrow	1	\perp	\perp	I	1	\dagger	+	+	+	+	\downarrow	\perp	PODE				+	+		7
									-	-					1	-	-		-										

								O/PARTID	ANO/PARTIDO/CARGO												
Nome 1994 1995 1996 1997 1998 1999	2000 2001		2002 2003	2004	2005 20	2006 2007	_	2009	2010 2	011 20	2012 2013	3 2014	2015	2016 2	2017 20	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Demóstenes Torres		<u> </u>		PFL2	PFL ² P	PFL ² DEM ²	2 DEM2	DEM ²	DEM ² DI	DEM ²	+			-	╁						4 ∞
				\vdash	H	\vdash	₩	\vdash	\vdash								PSL1				1
Iris Resende PMDB ² PMDB ² PMDB ² PMDB ² PMDB ² PMDB ² PMDB ³	PMDB2	PMDB2 PMDB2	280		+	+	-		\dagger	+	+	1		\dagger	$\frac{1}{1}$	+	DDB1				∞ -
Jovair Arantes	PSDB1 PS	PSDB1 PSDB1	B1 PTB1	PTB1	ď	PTB1 PTB1	PTB1	PTB1	PTB1 P		B1 PTB1	1 PTB1	PTB1	PTB1 F	PTB¹ PT	PTB1					18
Lúcia Vānia		$\frac{1}{1}$	\prod		+	\parallel			<u>a</u>	PSDB ² PSDB ²	OB2 PSDB2	25.		+			- 100				m (
Vitor Hugo Marconi Perillo		+	\prod		+	PSDB2	2		PSDB2	+	+			\dagger	+	+	PSE.	PSL.	PSL		2 3
PTB1	Н	Н	Н	Н	Н	\vdash	-	↤	-					\vdash	\vdash						1
Ronaldo Caiado PFL¹ Sandro Mabel PMDB¹ PMDB¹ PMDB¹	PFL1 P	PFL ¹ PFL ¹	1 PFL1	PFL ¹	PFL! P	PFL¹ DEM¹	1 DEM1	DEM1	DEM¹ DI	DEM¹ DEI	DEM¹ DEM¹ PMDB¹	1 DEM1 31 PMDB1	DEM ²	DEM ²	DEM ² DE	DEM ²					20
ha PFL¹	Н	Н	Н	Н	Н	H	Ш						Ш		H						1
Somatório 0 2 4 3 3 2	3	3	3	4	3	3	4	4 5		5 4	4	ю	2	2	4	3	3	1	1	0	98
Alexandre Costa PFI 2	-	-		l	-	-		MAKANHA	O (MA)	-	ŀ			ŀ	-	-					1
ANDRÉ FUFUCA		<u> </u>	F	İ	+	L	L	I			-	L	İ	_						PP1	-
BIRA DO PINDARÉ	Н		\prod		H		Ц							H	Н					PSB1	1
Edison Lobão	PFL ²	PFL2	+		+	+	1		\dagger	+	+	1	1	_	MDB ² MC	MDB ²			0.11.11		4 (
Eliziane Gama Flávio Dino	+	+	\prod	ļ	+	PC40B1	31 PCdoR1	PCdoR1	PCdoR1	+	+	1	\downarrow	\dagger	+	+			Cidadania	Cidadania	7 4
Jayme Santana PSDB ¹				T	+	-		200	200												-
neida	ď.	PSB1 PSB1	Н		\parallel									\parallel			H				2
Neiva Moreira PDT ¹ PDT ²			PDT1		H					\parallel											ဗ
Pedro Lucas Fernandes			-															PTB1			1
		+	\perp		+					+	+	-		+	+	+	PSDB2	PSDB2	PSDB2	PTB2	4 (
Koseane Samey PFL*					+	PMDB	* FMUB*			PV1 PV1	1/ PV1	PVI	PVI	+	À	VI.					r 9
Rocha		\prod			Н	Н				Н	Н	╢	H	PDT1 F	PDT1 PC	E.	PDT2	PDT2	PDT ²	PDT ²	7
Somatório 2 1 0 1 1 0	1	2 1	1	0	0	0 2	2	1 1	1	1	-1	1	-1	1	4	3	2	ю	3	2	40
Antern Paes de Barros			PSDR2	PSDR2		-	ž –	MAIO GROSSO (MI	(IMI)	-	-				-	-					2
				2						P	PR ² PR ²		PR ²								ı m
Júlio Campos PFL ² PFL ²			\prod		H		Ц			H				H	H						2
Nison Leitão	la Const	igga	ida	ig	īgā	+	1		\dagger	+	+	1	PSDB1	\dagger	PS	PSDB1	\dagger				7 2
	_	+	+		-	+	-		1	PDT2 PD	PDT2 PDT2	2 PDT2	_	\dagger	+						4
Rodrigues Palma BL/PTB ¹ PTB ¹ PTB ¹	H				H		H			\vdash	-	Н		H	Н						3
		\prod	4		\dashv	Н	\prod			\dashv	H	\prod		\forall	PR ² PI	PR2		PL ²			ဗ
Somatório 1 2 2 0 0 1	1	1 1	2	2	1	0 0	OTAM	0 0 0	0 1	1 2	2	1	2	0	1	2	0	1	0	0	56
Carlos Marun						L	MAIO	GROSSO	DO SOL (IN	(6	_			_	MDB1						1
Dagoberto	_						L		PDT1			L									-
Delcídio do Amaral	H				PT2 F	PT2	PT2	PT2	PT ² F	PT ² PT	PT2 PT2	П	PT2	H							10
Fábio Trad												PMDB1			ď	PSD1	PSD1	PSD1	PSD1	1 GS4	9
Nelsinho Trad	+	-			+	+	_			+	+	1		+	+	+			PSD ²	PSD ²	2
Kamez lebet	\dagger	PMUB ²	PMUB ²	PMDB4	\dagger	+	1		\dagger	+	+	1	1	\dagger	+	+					n -
	$\frac{1}{1}$	<u> </u>	F	t	\dagger	+	-	I	l	+	_	1	T	2	+		MDB2	MDB ²	MDB2	MDB ²	9
Moka	Н				\parallel		H			H			PMDB ² P	PMDB ² N	MDB ² ME	32					4
Somatório 0 1 0 0 0 0	0	0 1	-1	1	1	1 0	1	1	2	1 1	1	2	2	1	4	3	2	2	8	m	34
Aécio Neves PSDB1 PSDB1 PSDB1	PSDB1 PS	PSDB1 PSDB1	ī.		-	-	Ž.	MINAS GERAIS (MG		PSDB2 PSD	PSDB2 PSDB2	32 PSDB2	PSDB2	_	PSDB ² PSI	PSDB ²	PSDB1	PSDB1	PSDB1	PSDB1	18
	-	-			\vdash					_		-		PR1	\vdash						1
ALEXANDRE																				PSD ²	1
Antônio Anastasia					H		Ц			H			PSDB ² F	PSDB ² P	PSDB ² PSI	PSDB ² F	PSDB ²	PSD ²	PSD ²		7
Bernardo Santana de Vasconcellos												PR1									1
Bonifácio de Andrade PTB¹			\prod		-	-				$\frac{1}{1}$				$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{1}$						-
Carlos Mota Custódio Mattos	+	+	PSDB1	PSDB1	PSDB1 PS	PSB1	-	1	+	+	+	1	+	\dagger	+	+	\dagger				- 4
Diego Andrade																		PSD1			-
Domingos Sávio	H	\prod				\prod			H	H		PSDB1	PSDB1	PSDB1	H		H				က
100	+	+	PSDB2	PSDB2	PSDB2	1			1	+	+			+	+						m ç
Eliseu Kesende PFL' PFL' PFL' PFL' PFL' PFL' FFL' FFL'	74	개	TH.	7		DEM	_		+	+	+	1		2	MDR1	+	\dagger				12
Francilino Pereira PFL ²	H			Ħ	\vdash	H				_	_			+		_	H				1
Fred Costa		\parallel	H		\parallel	Ē	Н	Ē	Н	Н				\parallel			Patriota ¹				(
Gillmar Machado Hélio Costa	P	Ing. PMDF	PMDB1 PMDB1 PMDB2 PMDB2 PMDB2	PMDB2 P	MDR2	<u>-</u>	<u>-</u>	1	1	14	+	1	\dagger	\dagger	+	+	\dagger				0 10
Tello costa			1 11 11		2	-			1	-	-	-		-		-	1				,

Total	-	11	e -	1 9	Ш)S1 1	111	7 4	5	2	2	9	7		15	4 (7 -	3	1	- σ	2	1	-	. C	1 1	0	7	1	208	u	ი –	2	4	6	-	13	٦ ،	13	52	ı	7	0 4	7	+	., -	- m	2	2	9 -	1 2	4	4	0	9	7	n	
2022						REPULICANOS1	PL1								PSDB1				PT1		PSD ²	PT1							∞									PT2	1		PSD	PSD ²	União1	-	Kepublicanos						MDB ²	PL1		9	>		_
2021							PL ¹								PSDB1					Penel	DEM ²								9									PT ²	1	ā	Md	PP2	DEM1		Kepublicanos₁						MDB2	PL1		9	>		
2020				PSB1			PL1								PSDB1						DEM ²							Solidariedade ¹	80										0		Idd.	PP2	DEM1	100	Kepublicanos ¹				T	1	PSB2	PL1		9	,		
2019				PSB1			PĽ								PSDB1						DEM ²							Ś	7		+								0		Tdd.	PP2	DEM1		Y				+	+	PSB ²	PL1		ıcı	,		
2018			+	PSB1			PR!	SDRI	2			1LI	ł		PSDB1	+	+												8	-	+		PSDB ²			1			1		PSDR2	-000	DEM1		+	H	_		+	+	+		\perp	8	-	L	
2017 2	1			PSBi	Н	\dashv	PRB1	+	+				l		PSDB1 P		$\frac{1}{1}$				MDB1		1						6	-	+		PSDB ² P	Н	1	1		PT2	2	ŀ	PSDR2 P	-	DEM1 D		\dagger	l			100	MDB1	+		+	4	-	F	
2016	1			PSB1	Н	\dashv	PRB1	PSDR1 P	-				l		PSDB1 P	+					_								80	ŀ			PSDB ² P	Н				PT2	2	ŀ	PSDR2 P	_	DEM1 [+	l		PMDB1	-	-	t	\dagger	\dagger	4	-	F	
2015				PSB1	\vdash	\dashv	PRI	PSDRI	-				t		PSDB1 F								1						7	-						1		PT2	1	-	PSDR2				1	t	İ	PMDB1 F	\dagger	\dagger	\perp		\parallel	2	1		
2014							PR.					ITQ			PSDB1	T	T												9	Ī	T	PT1				1		T	1		PSDR2	-3057	П		1	T	İ		1	T	T	T	000	PMDB ²	1		
2012 2013							PRI					ITG			PSDB1														4			PT1							1		PSD R2	200								I			OAAD D	PMDB ²	1	PT1 PT1	
				1			E.					I.E.O	+		1 PSDB1	1													2	_			2						0	_	1				1	ļ			_	\downarrow	\downarrow		200	PMDB ²	-	IT4	
0 2011	_			+								Ē	-		B1 PSDB1	+	+											-	4	-	-	-	PSDB2		PDT1	m M	_		2	_	-	1			+	-		Ц	4	+	-		\vdash	0	┨	PTI	
2008 2009 2010 2011				+					PDT1 PDT1				$\frac{1}{1}$		PSDB1 PSDB1	+	+	PSDB1					1			PT1 PT1			5 4	ARA (PA)	+	-				PMDB1 PMDB1	Slood Slood	+	2 2	PARAÍBA (PB)	+	+			+	$\frac{1}{1}$	H		+	$\frac{1}{1}$	-	+	\dashv	0	PARANÁ (PR)	L	
008 20	1	+	$\frac{1}{1}$	+					+	PSDB1	+	+	ł		PSDB1 PS	+	+	PSDB1 PS		+			1			PT1 P		+	2	_	$\frac{1}{1}$					PMDB1 PM	+	1005	2	PAI	\dagger	$\frac{\perp}{1}$			+	+	H		+	+	+	+	+	0	7	ŀ	
2007 2	1	\dagger	\forall	\dagger			\dagger			PSDB1 P.		+	t		ď	\dagger	t	PSDB1 P								PT1			2	ŀ	+					PMDB1 PI			1	-	t				+	t			\dagger	\dagger	t	\dagger	\dagger	0	_	I I bLI	
2006			\parallel	T									t			ī	T							PDT1	5	PT1			2	ŀ						PMDB1			1	-	t	t		PFL ²	1	PL1	1		PMDB ²	T	T		П	m	,		
2005																1Ld				PFL				PC doB1	200	PT1			80							PMDB1		PT1	2					PFL ²		PL1			PMDB ²	I			П	m	,		
2004	\dashv	PPI											ļ			Ī	_		Н	PFL			_	1 PCdoB1		PT1			6	_	_	L	L			PMDB1		PT1	2	_	\downarrow		Ц	PFL ²	1	ļ	L		_	1	\downarrow				•		
2 2003	\dashv	ı PPı	\perp	-				-			\perp	+	_			Ī	77		Н	ı PFL			+	BCdoB1		PT1	H		6	_	4	-	L		_	+	+	PT1	Н	_	+	-	H	_	+	150	_	H	4	\perp	-	\perp	\vdash	0	,	L	
2002	\dashv	Bi PPBi	\parallel	+			+	+			\parallel	+	B1 PPB1	╁		+	PSDB1			PFL	-	Н	\downarrow	IBCACRI			\prod	+	∞	H	TSB-	-		B1 PPB1	\dashv	+	+	ı PTı	Н		+	\perp	Н	\parallel	+	PSDB1	-	Н		+	\perp		\dashv	-	+	L	
2000 2001	\dashv	PPB1 PPB1	PT1	+			+	+					1Br	╁	\prod	+	+			PFL	+	H	+	PCdoR1 PCdoR1			DB1	\dashv	9 6	H	PSB*	-		PPB1 PPB1	-	PMDB2	+	PT1 PT1	Н	-	+	+	H	\parallel	+	+	<u> </u>	-	PMDB ² PMDB ²	+	+		\dashv	1 1	$\frac{1}{2}$	F	-
1999 20	\rightarrow	PPB1 PP	PT1 P1	+		-	+	1			\dashv	PT1	PPB1 PPB1	+		+	+	H	\vdash	PFL ¹ PF	+		+	PCdoR1 PCd	-		PMDB1 PMDB1	+	6	Н	7.56°	+		PPB1 PP		PMDB ² PMI	+	PT: P	Н	-	+	+	H	+	+	+	H		PMDB ² PMI	+	+	+	+	-	+		
1998 19	-	PPB1 P	PT1 F	+				+		H		+	PPB1 P	\vdash	\parallel	i GEO			\vdash	PSDB1 P		H	j	PT ¹	3		PMDB1 PN	4	10	Н	-867 -1			PPB1 PI		PMDB ² PN	+		3	-		+	H	\parallel	\dagger	+	PMDB1		PA	PMDR2	N N N		\dagger	2	+	-	
1997	+	PPB1 F	\parallel	\dagger				1				ıld I	PPB1	╁	H	igh	╫			PSDB1 P				PT ¹			PMDB1 P		11			\dagger		PPB1		PMDB ² P		t	2		\dagger	t	\parallel	\dagger	\dagger	t	PMDB1 P	H	\dagger	PMDR2 P	7 2 2		\sqcap	2	1		
1996	\dashv	PPB1		\dagger	PDT2			T				ıTM	PPB1			\dagger	1			1				PCdoR1	200	+	PMDB1		6			T	T	PPB1		PMDB2		PT1	3		†	\dagger	Ħ		1	T	PMDB1		PMDB2	Ť	\dagger		$ \uparrow $	2	1		
1995	-	PPR		I	PDT2							ıLd	I											PC40B1	3		PMDB1		6					PPR1		PMDB ²			2							I	PMDB1		I	brack I	I		PDT1	2	1		
1994	BL/PFL1	PPR	i.	- Id								1	1	PSDB1		1				1			PMDB2		PMDB1		PMDB1		7		PSDR2	200		PPR		ŝ	PPK ²		3		1				DMDB2	200	PMDB1		1	1	1		\sqcup	2	4	L	
Nome	Humberto Souto	Ibrahim Abi-Ackel Israel Pinheiro	João Fassarela	João Paulo Júlio Delgado	Júnia Marise	LAFAYETTE DE ANDRADA	Lincoln Portela	Marcus Pestana	Mário Heringer	Nárcio Rodrigues	Newton Cardoso	Nilmario Miranda	Odelmo Leão	Paulino Cícero	Paulo Abi-ackel	Paulo Delgado	Pimenta da Veiga	Rafael Guerra	REGINALDO LOPES	Roberto Brant	Rodrigo Pacheco	ROGÉRIO CORREIA	Ronan Tito	Sandra Starling	Farcísio Delgado	/irgílio Guimarães	Zaire Rezende	zé Silva	Somatório	Adomin Androdo	Ademir Andrade	Sláudio Putv	lexa Ribeiro	aerson Peres	siovanni Queiroz	Jader Barbalho	Jarbas Passarinno	Paulo Rocha	Somatório		Aguinaldo Ribeiro	Daniella Ribeiro	Efraim Filho	Efraim Morais	Hugo Motta	Inaldo Leitão	José Luiz Clerot	Manoel Junior	Ney Suassuna	Raimundo Lira Ronaldo Cunha Lima	Veneziano Vital do	Rego Wellington Roberto	Wilson Braga	Vital do Rêgo Somatório	on ligarity	André Vargas	0

											PARTIDO/C	ARGO		ANO/PARTIDO/CARGO									
Nome 1994 1995 Affonso Camargo PPR²	1996 1997	1998 1999		2001	2000 2001 2002	2003 2	2003 2004 2005 2006	5 200	2007		2009 20	110 2011	2012	2013	2014 20	15 2016	6 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total 1
П		\parallel				\parallel		200		\parallel			000	000	P P	Ш	\vdash	\vdash		c c		0	4 ;
Alvaro Dias Andrade Vieira PTB ²	PTB2	+	-			+	LSDB/	R PSUB	7			PSDB2		PSUB ²		PSUB ²	PODE	PODEZ		Podemos∠	Podemos²	Fodemos∠	13
П		\prod	\prod	PT1	PT1	PT1 P	PT1	\prod	\prod	PT1	PT1	PT	PT1	\vdash	PT1								10
Eduardo Sciarra Fnio Verri	+	+	+		1	+	+	+	1	\dagger	\dagger	+	1	PSD1	PSD1	+	+	\downarrow	PT1	ıTd	PT1	PT1	2 4
Felipe Francischini								\prod					Ш						PSL1	PSL1			5
Filipe Barros Gleisi Hoffmann		+				+		\downarrow							PT2 P	PT2 PT2	PT2	PT2	PSL ¹	PTI	PT1	ı, L	1 0
Gustavo Fruet					_	PMDB1 PM	PMDB1 PSD6	B1 PSDB1	1 PSDB1	PSDB1	PSDB1 PS	PSDB1			+	+	+		PDT1	PDT1	PDT:	PDT1	12
José Borda	+	\parallel				PN	PMDB1 PMDB1	商		\parallel						\parallel							2 -
José Richa PSDB ²																							
Hauly	PSDB1 PSDB1	PSDB1 PSDB1	B1 PSDB1	PSDB1	PSDB1	PSDB1 PS	PSDB1 PSDB1	B1 PSDB1	1 PSDB1	PSDB1	PSDB1 PS	PSDB1	Ц		PSDB1 PS	PSDB1 PSDB1	B1 PSDB1	1 PSDB1					22
Luisa Canziani		+	+			+	+	+		DDT2	PDT2 PF	DNT2			+	+					PIB.	PSD1	2 6
Osmar Serraglio		+	+		t	+		PMDB1	PSDB1		+	PSDB1	1 PSDB1	1 PSDB1		PMDB1	la Bi	_					9
		PT1				PT1 P	PT1																m
Reinhold Stephanes BL/PFL1		1	-			1		-			-	-	_					į					1
Ricardo Barros		DMDD2 DMDD2	DZ DMDD2	PPB1	PPB1		dd	_	PPI	PP1	PPI	QUVO	DMD	DMDD2	MD 2 DM	PP1	- 1	+	PPI	PPI	Idd.	PP1	12
		MUB* PMU	- AMDR		PMUB-	+		+	_			PPS1	PPS1	PIMUB*	PPS1 PI	PPS1 PPS1	B* MUB*	PPS1	Cidadania1	Cidadania ¹	Cidadania¹	Cidadania ¹	14
Za																\vdash	1	⊢	MDB1				1
Somatório 5 2	3 2	4 3	3	9	9	2	2 9	4	2	9	6 4	4 7	7	8	7	7 7	9	7	88	7	7	7	162
4						-	-	-		FE	NAMBUCO	_	ŀ		ŀ	ŀ	ŀ	-					-
André de Paula	+	+	\downarrow		1	+	+	+	1	\dagger		PSE.	1			+	+	1	PSD1				٦ -
André Ferreira	+	_				-		H											PSC1	PSC1			2 2
Armando Monteiro				PMDB1	PMDB1	PTB1 P1	PTB1 PTB	PTB1	PTB1	PTB1	PTB1 PT	PTB1 PTB2	PTB2	PTB2	PTB2		PTB2	PTB2					16
AUGUSTO																			Solidariedade ¹			Republicanos ¹	2
Bruno Araújo												PSDB1	1 PSDB1	PSDB1	PSDB1 PS	PSDB1		PSDB1					9
Daniel Coelho						H			Ц	Ħ									Cidadania ¹	Cidadania ¹			2
Danilo Cabral		1000	igod	lood	local	1000	+	laod	$\prod_{i=1}^{n}$			1					+		PSB1	PSB1	PSB:	PSB1	4 4
Eduardo da Fonte		200	+	╫	+	.00.	-	200				-			PP1	PP1							2 0
Fernando Bezerra															┝			MDB2	MDB2	MDB ²	MDB2	MDB ²	
Fernando Coelho Filho	<u> </u>														8	PSB1		DEM		DEM1	DEM1	União1	2
						PT1 P	PT1 PT1	l PT1	PT1	PT1	PT1 P	PT1 PT1	PT1	PT1	PT1								12
Fernando Lyra PSB¹ PSB¹	PSB1 PSB1	PSB1	+			+	-	+	_			+	1			1							2
T	+	ITG	+		\dagger	+	+	+	\int	\dagger	+	DT2	DT2	+	+	CTG CTG	oT0	DT2	DT2	DT?	DT2	DT2	1 2
Inocêncio Oliveira PFL ¹ PFL ¹	PFL1 PFL1	PFL1	1 PFI 1	PFI 1	PFI 1	PFI 1	PFL1 PMDB1	181 1 1 1 1	\top	I A	PRI	PRI PRI	+	- i	- I&	+	+	-	-	-	1	<u>.</u>	21
80		+	╀		╫	╫			PMDB2	O.	2	۳	10	10		PMDB	BI						7
José Jorge				Ц			PFL	_	Н	-			\neg										1
José Múcio Monteiro BL/PFL1		PFL1	PFL1			а.	PTB1 PTB	PTB1	PTB1			1	_		6	$\overline{}$		-					7
Luciano Rivar	+	+	\downarrow		1	+	+	+	1	\dagger		+	-		2	PCGOB*	- LCGOB-	- PCdoB		PQI 1	DQI 1	lnião1	4 K
Marco Maciel PFL ²						PFL ² PF	FL ² PFL ²	2 PFL2	DEM ²	DEM ²	DEM ² DE	DEM ²									1	3	6
Maurício Rands				Ц		4	PT1 PT1	Н	Н	Н	Н	PT1		-	Н								7
0	+	PFL1	+			+	-	-	\int		1	+	1	DEM1	DEM1 DE	DEM1	1	DEM					2
Miguel Arraes Paulo Rubem Santiago			-				130					PDT	PDT	PDT1	PDT1	+							1 4
Pedro Eugênio							H			PT1	PT1		\vdash										2
Н		Н	\dashv	\dashv	Н	\neg			31 PCdoB1	PCdoB1									PCdoB1	PCdoB1	PCdoB1	PCdoB1	6
PPS1	PPS ² PPS ²	PPS ² PPS ²	2 PPS2	PPS ²	PPS ²	\dashv			+				-	Mud	ou o domíc	lio eleitora	para São F	anlo nas el	Mudou o domícilio eleitoral para São Paulo nas eleições de 2010				13
Koberto Magalhaes BL/PFL ¹ PFL ¹ Sévaio Guerra	L. PPL.	PADRI	I Pone			PIB: P	PSDB2 PSDB2	Prl.	2 PSDR2	DEM ¹	DEM ¹ DE	DEM ¹	2 PCDR1	Ponei	+	+	+	1					13
Severino Cavalcanti	<u> </u>	2	_	PPB1			IPP I	2	_	\neg		_											2
Sílvio Costa			Н	Ц		\prod	\prod	Н		Ħ			PTB1	PTB1	PTB1 P	PSC1 PTdoB1	B1 PTdoB1	1 Avante ¹	Ш				7
Silvio Costa Filho		+	\downarrow			+	$\frac{1}{1}$	-	\prod			+	1		- 1	\dashv	+	+	PRB1	Republicanos ¹	Republicanos1	Republicanos1	4
ladeu Alencar Wilson Campos PSDR1	BI DCDRI	+	+		1	+	+	+	_	†		+	1		£ .	PSB1	E SE	PSB.	LSB.	LSB.	128	PSB1	× C
Wolney Queiroz								+								PD.	-			PDT1	PDT1	PDT1	1 4
Somatório 8 5	5 4	2	2	5	4	9	11 13	11	10	10	6	6 2	6	10	6	9 8	2	6	10	11	6	10	231
						-	-	-			PIAUI (PI)	_	-		ŀ	200	ŀ	ŝ	200	200	Side of the second		c
Ciro Nogueira Heráclito Fortes	PFI 1	PFI 1 PFI 1	1 PFI 1	PFI 1	PFI 1	PFI 2 PF	PFI 2 PFI	2	1	DFM2	DFM ² DF	DFM2	-		244	PSRI	7	PP2	A A A	PP2	Ž,		2 4
Hugo Napoleão PFL ² PFL ²	PFL ² PFL ²	+	+	+	+	+	+	\coprod	\prod	\rightarrow	_		Ц		\forall		\coprod	١					5 ∞
Osmar Júnior			Н	Ц		H	H	Н	Ц		Н	PCdoB1	120				H						1

1											\dagger	+	+	-	\vdash			MDB ²		Idd	MDB ² 2
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		1 1-	++	++		\dagger					++	++	+		\parallel	\parallel	\parallel			-	=
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	2		Н	Н	1	1	Н	1	1 00	1	H	H	+	Н	2	1	2	2	1	2	2
Fig. Fig.	\vdash		H			\parallel	H		O DE JAIN	EIRO (RJ)	H		+	\vdash	\vdash		Н	Н	PSB1	PSB1	PSB1
No. No.	PSB1 PSI	ISI I	++	+++	PSB1	_	SB1														
No. No.		- 1 - 1	+	\parallel		+	υ <u>Τ</u> 1	\parallel	PT1			+	+	\parallel	\perp	\prod	\prod				
		- 1	PSD	B ₂	1	+		\downarrow			+	#	+	+		-	-				I
Figure F	PI P	ᅵᅥ	+	+		+		_		\vdash	+	+		\perp	\perp			Solidarieda	de1		
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	+		+	H					PDT:	+	PDT1			\prod							à
Figure F		- 1 - 1				ď	\bot	+	+	+	+-	+	\rightarrow	\dashv	+	+	+				2
Figure F				+				-			\parallel						-				
Figure F	H	1 1	$\frac{ }{ }$			H	PMC		PMDB1				JB1 PMD		31	\prod	\prod				
Process Proc			+	PSDB1	PSDB1		1BOS					+	-			\downarrow	\downarrow				
Procession Pro							₩	H	PVI	PVi						\prod	\prod		-	H	
PATIONE PATI			PPE	+	+	+	+	+	PP2	PP1	+	+	+	+	+	+	+	\sqcup	Kepublicanos	\dashv	<u>-</u>
Property Property	PCdoB1 PCdoB	gob.	1.1 PCdc	1B1 PCdoB	1 PCdoB1 P		idoBi	+			\dagger	PSG	oB1 PCdo		_	$\overline{}$	-	\perp	+	PCdoB1	PCdoB1
F308 F308		듄	Ы	1 PT1	PTI		Ш	++			Н				-	-	-	Н	H		
Fig. Fig.				PSDB	1	+	Idc	+			\dagger	+	+	PPI	+	+	+				
PRS PRS			Ц	\prod		H						Н	Н	PMD	Ш	Н	Н				
Physical Physical				+				_			+	+	+	+	+	+	+				
PALOR PRESI PRESI PROPRI POTI PO			Ш			\parallel	1														
Fig. Fig.			\perp	\parallel		\parallel					\parallel	+	+	\perp	\perp		\parallel	PSol1	PSol1	PSB1	PSB1
PROTI PROTI PROTI PROTI PROTI PROTI PROTI PROTI PROTI PROTI PROSI	PSDB ¹ PSDF	길투	m .	+				+			\dagger	+	+								I
Figure F	PDT1 PDT	티	\vdash		\vdash	Δ.	\vdash	\vdash	\vdash	\vdash	\vdash	\vdash	\vdash	\vdash	\vdash	\vdash	\vdash	1			
Page Page			\perp	LMCB							\dagger	+	+	-			+				
PFL PFL						\parallel							1B0						N		
PFL PFL			+																DEM1		
PTP1 PTP2 PTP3			PFI	\vdash	\vdash	-,	\vdash	\vdash	Н	\vdash	-	\vdash	\vdash	\vdash	\vdash	\vdash	H	Ц	DEM1	DEM1	
PT-1 PT-2	Id	- 1⊢	ž	PTRI	+	\dagger		+		\dagger		+	+	-	\downarrow	\downarrow	\downarrow	_			
PDT-1 PDT-1 PDT-2 PDT-	PSB ² PS	- l တ l	\vdash	H	\vdash	H						Н	H	Н	Н	\prod	\parallel				
PDT-1 PDT-1 PDT-2 PDT-	SDB1		-	+	1	\dagger		+	I	1		$\frac{1}{1}$	+	+		+	+				I
PDT1 PDT2 PDT3		1 1		\prod		H		H				Н				\prod	\prod				
10 10 8 7 11 8 7 8 7 10 9 10 8 8 9 7 8 7 8 7 10 9 10 9 10 9 9 7 8 9 7 9 9 7 9 9 7 9 9	PDI	15	+	Ē								+	-			+	+			Psol	PSol
10 10 8 7 11 8 7 8 7 10 10 10 10 10 10 10			+			\parallel										\prod	Ē				
PTBS PTBS PTBS PTBS PTBS PTMDB2 PMDB2 PMDB2 PMDB3	8 10	10	1	+	00	+	+	t	00	7	∞	7 10	+	10		∞	<u>_</u> 6	7	80	9	7
PTBS PTBS	╂			┨├		-	-	RIO G	RANDE DO	O NORTE ((RN)	-	-	1	┨├	-	-	_			
PSDB ² PMDB	Td	-1戸	2	-	+	2	TR2							7	+	+	+				
PEDB2 PAMDB1 PA	П	-1 1	+		+	\forall	2	PMDB	PMDB ²	PMDB ²						\parallel					
PFIL2 PFIL2 <th< td=""><td>000</td><td>2</td><td>+</td><td></td><td></td><td>1000</td><td></td><td></td><td>10040</td><td>1000</td><td>10 00 40</td><td></td><td>100</td><td>ā</td><td></td><td>+</td><td>+</td><td></td><td></td><td></td><td></td></th<>	000	2	+			1000			10040	1000	10 00 40		100	ā		+	+				
PFL2 PFL2 PFL2 PFL2 PFL2 PFL2 PFL2 PFL3 DEM* DEM* <th< td=""><td>, a Cip</td><td></td><td>+</td><td>J. M.</td><td></td><td>- MODE</td><td></td><td></td><td>- A</td><td>, a Civil</td><td>-00</td><td></td><td>-0.</td><td>is l</td><td>-</td><td>\downarrow</td><td>\downarrow</td><td>_</td><td> -</td><td>PT2</td><td>PT2</td></th<>	, a Cip		+	J. M.		- MODE			- A	, a Civil	-00		-0.	is l	-	\downarrow	\downarrow	_	 -	PT2	PT2
PPL PPL PPL PPL PPL PPL PPL PPL PPL PPL	PFL ²	-	\vdash	+	PFL2	α.	\vdash	-	-	-	-	-	-		\vdash	\vdash	Н	2			
	, FL'		+	-	PF[:				~	c	c			0	0	C	0	-	c	-	-

			1 1					ANO	ANO/PARTIDO/CARGO	RGO				1 F	l l	-						-
Nome 1994 1995 1996 1997 1998 Afonso Motta	8 1999 2000	2001	2002	2003	2004 2005	2006	2007	2008	2009 201	0 2011	2012	2013	2014	2015 2	2016 20	2017 2018		2019 PDT ¹	2020 PDT ¹	2021 PDT ¹	2022 PDT ¹	Total 4
Alceu Collares	PDT1 PDT1		PDT1	PDT1 F	PDT1 PDT	rı PDT1											-	id	id			7 0
Alceu Moreira Ana Amélia					+	-					PP2	PP2	PP2	PP2	PP2 F	PP2 PP2	\downarrow	, and	MUB			7 /
ller														\vdash	Н	Н						
Antonio Britto PMDB1 Beto Albiqueraue	+			PSB1	PSB1 PSB1	13 PSB1	PSB1	PSBI	PSB1 PSB1	5.		PSB1	PSB1	\dagger	+	+	+	t				101
П				+	\vdash	+	2	+	+			╫	3							PT1		- 2
Carrion Júnior PDT1				\parallel	$\frac{1}{1}$							100			-	\dashv	4					1 5
Darcisio Perondi Flison Dadilha				PMDRI	+		PMOR	PMDRI	PMDB1	BI PMDB	PMUB	PMDB1	PMUB	PMUB.	PMUB¹	MDB* MDB*	1	MUB				01 6
Emilia Fernandes PTB² PDT²	2 PDT2 PDT2	PT2	PT2				2															9
nna carre carre	0		0		1										1				PSol1	PSol1	PSol1	m
Germano Kigotto PMDB' PM	B' PMDB' PMDB	PT1	PMUB.	PTI		PF	PT1	PT1	PT: PT:	ı.TA	PT1	PTı	PTı	PT1	PT	PT1 PT1		PT1	PT			17 8
							PMDB1		п.	Н				Н	H	Н						4
PFL1													\parallel									1
PPB ¹ PPB ²				1	+	+		1	+	1			+	+	+	+	1					m r
PMUB-	40				+								+			+						n m
PSB2															_							-
Luiz Roberto Ponte PMDB¹ PMDB¹															1	$\frac{1}{1}$						2
Manuela D'Avila					+			†	+	PCdoBi	PCdoB1	PCdoB1	PCdoB1	\dagger	+	+	2	November	l er rel M			4 (
Marcel Vali Hattern					+		pT1	PT1	DT1 PT1	ıTq	pT:	1LL	DT.1	PT1	1TQ	PT1 PT1	+	, OAC	-OAOAI			12 2
Marcos Rolim	PT		PT1	l	H				╁	╀			╁	╁	╁	╁						2
Matheus Schmidt PDT ¹ PDT ¹														Н	H	H						2
Maria do Rosário		i i		100						i				PT1	PT1	PT1 PT1						4 ;
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PMDB1	PMDB1	PMDB1 PI	PMDB1 PMDB1	B1 PMDB1	PMDB1	PMDB1 F	PMDB1 PMDB1	BI			\dagger	\dagger	+	+	+					11
	PSDR1 PSDR1	Pongi			+	+		T	<u> </u>				t		t	+	+					t (
Nelson Jobim PMDB ¹	-	_																				,
ça PMDB¹																						1
Odacir Klein PMDB ¹ PMDB ¹ PMDB ¹	B1			\dashv	+		i	\rightarrow	-	\rightarrow	\rightarrow	\rightarrow	-	-	\rightarrow	\dashv	-					m ;
Unyx Lorenzoni Paulo Paim PT1 PT1 PT1 PT1 PT1	DT1 PT1	PT1	pTi	. H.	PFL' PFL'	, DT2	DEM ¹	DEM ¹	DEM¹ DEM¹	It DEMI	DEM¹-	DEM ¹	DEM¹ 1	DEM¹ D	DEM¹ DE	DEM* DEF	-)T2	DT2	PT2	pT2	15
nta				:						-			-	+-	+	. LL		PT:	i.F	PT1	PTI	2
Pedro Simon PMDB2 PMDB2 PMDB2 PMDB2 PMDB2	B2 PMDB2 PMDB2	PMDB ²	PMDB ²	PMDB ² PI	PMDB ² PMDB ²	B ² PMDB ²	PMDB2	PMDB ² F	PMDB2 PMDB2	B ² PMDB ²	PMDB ²	PMDB ²	PMDB ²	\parallel	H	\parallel		H				21
Pepe Vargas Séraio Zambiasi				t	+		I	Ť		. 8			-	\dagger	t	+	+					4 -
rmann							PT1	PT1							H							2
Victor Vaccioni PPR ¹									\dashv	\dashv						_						
	igua			DAMODI	DMADEL	1-		PDT	PDT: PDT:	ı PDTı			PDT1	+	+	+	+					0 0
Somatório 15 10 8 10 8	1 2 D	9	7	-GOINT	7 7	- LaDb	10	11	11 13	6	80	6	11	7	7	7 8		7	7	ĸ	4	244
				,		1	╛		RONDÔNIA (RO)	1		,					-					
Acir Marcos Gurgacz														PDT ² P	PDT ² PI	PDT ² PDT ²	2.5					4
Amir Lando Maldir Baum				PMDB ²		PMDB	DMDR2	DMDB2	DMDB2	B2 DMDB2	DMDR2	DMDR2	DMDR2 D	DM/DB2 DA	DMDR2							Ν σ
Warcos Rogério							2	2	-			2		-	2	<u> </u>		DEM1	DEM1	DEM1	PL ²	4
Somatório 0 0 0 0 0	0 0	0	0	1	0 0	1	1	1	0 1	1	1	1	1	2	2	1 1		1	1	1	1	19
	1 100			-	-	ŀ		-	ORAIMA (RR			Į	-	-	-	-	-	ŀ				c
Luciano Castro	-12				+		PRI	PRI		PRI	PR1	PR	PRI		t	+	+					9
cá	8,	PSDB2	PSDB2	26	PMDB2	PMDB2	집	O.	PMDB2 PMDB2	[2]	PMDB ²	PMDB ²	0	PMDB ² PN	PMDB ² M	MDB ² MDB ²	32					20
Somatório 0 0 0 1 1 1	2 1		-	-	1 0	-	2	2 CAN	CANTA CATABINA (CC)	2 (3)	2	2	2	-	1	1	-	0	0	0	0	28
Antonio Carlos Konder	PFL1					L		NHC NHC	- CAIANIIVA	(26)			H	-	H							-
Keis Carlito Merss					PT:	ı PTı	PT1	PT1					t		F							4
tto						Н									Н		Cida	Cidadania¹	Cidadania ¹			2
Espiridião Amin PPR2 PPR2 PPB2 PPB2 PPB2 FPB2 FPB3	Phyti	PDTI	PDTI		+	ppcı	ppc1	DDC1	ppci ppci	-					PPi	PP1		PP2	PP2			σ α
Hugo Biehl PPB¹ PPB¹ PPB¹	PPB1	-	5			-	-	+	+													9 4
				₩	\vdash	H	PT2	PT2	PT2 PT2				H	H								9
Jorge Bornhausen	PFL ² PFL ²	PFL ²	PFL ²	PFL ²	PFL ² PFL ²	2 PFL2								+								∞ ^
								Н	-						PS	PSDB ² PSDB ²	B2					2
Paulo Bornhausen PFL ¹ PFL ¹ PFL ¹				+	\perp	H	DEM1	DEM1	DEM1 DEM1	-	\prod		+	+	+	\perp	\vdash					7 -
Kenato Vianna Vignatti	PMDB	I	T	\dagger	+	+	I	PT1	PT1 PT1	_		İ		+	+	\downarrow	\downarrow	t	Ī			-1 m
*15) identi	-				1	-		-	┨	-			1		-		-					,

Total	4 [3	10	13		4 ,	16	13	13	∞	4	ں و	9 2	22	10	12	_ α	0	6	11	13	4	1	2	4 ,	7 /	21	8		4 -		4	6 0	0	2	4 -	7	1	10	ر د	6	2	1 0	1 4	10	2	ю <u>г</u>	~ ∞	8	2	5	1	9 4
2022	c		Ē	-	PTi							IEG	<u>.</u>	Cidadania ¹		MDB			PT1					PL¹																									PL1	PColl	-Inea	
2021	c			Cidadania ¹	PT1							IEG	<u>.</u>	Cidadania ¹	i	MDB			PT1					PSL1								PSol1												PSDB2	1	DEM1			PL1	DCol1	- 502	
2020	2	7			PT1							ILI	-	Cidadania ¹		MDB		PSDB1	PT1					PSL1								PSol1												PSDB ²	:	DEM1				PColl	-loc-l	
2019	2	7	H		PT¹							II	<u>.</u>	Cidadania ¹		MUB		PSDB1	PT1					PSL ¹	PSUB							PSol1					PSL1							PSDB2	::	DEM1				PColi	1001	
2018	-	-	H		+						+	iFd	PTB1		i	MUB		PSDB1	PT:									+				PSol1						+	\dagger	H	+	\dagger		PSDB2	\dagger	\dagger	\dagger			DCol1	, ID,	
2017 2	0	7	H	\parallel		\dagger					+	+	PTB1	Н	+	MUR		PSDB1 P	-	\dagger									+		Н	PSol ¹ F				T		PSDB2	\dagger			\dagger		PSDB ² P	+	+	t			PCol1	+	
2016 2	-	4	H					PSDB2			1	+	PTB1	Н	_	-SMUR-		PSDB1 P		+									\dagger		Н	PSol ¹ F					\vdash	PSDB2 P	t	H				<u>a.</u>	+	+	+			Dool 1	+	
2015	c	>	H		+		↤	PSDB ² P			+	+	PTB1	Н	-	1		PSDB1 P		PRBI								+			Н	PSol1				t	H	4	t	H	+	\dagger		PSD B2	+	+	\dagger		T	DCR1	+	
2014	c		H		1		-	PSDB ² F			1	+	PTB1	Н	†	DT1	+	-	PT1		PSDB1					PT2			t		Н	PSol 1		SD1		T		1	t	H	1	+			†	+	T			PCB1	+	
2013	c							PSDB2	PSDB1			E	PTBI	PPS1		1.Tq		-	ΓL		PSDB1					PT2						PSol1		PDT1												I	I			PCRI	730.	
2012	c								PSDB1			I.T.O	PTB1	PPS1		pT1			PT1		PSDB1					PT2				PSD1			PT1	PDT1		PT1														DCB1	730.	
2011	c	4	Ш			PCdoB1		-	PSDB1			+	PTB1	Н		PT1					PSDB1					PT2			1					PDT1		PT1	Н									1	L			PAR 1	+	
2008 2009 2010	4	SÃO PAULO (SP)			\rightarrow	- PCdoB	PT2			1 PSDB1	\rightarrow	+	PTB1	-	\rightarrow	1.Ld				1						PT2			1									1 PSDB1	1LL	:		1			_	1	\downarrow			PCB1	+	PSB1
2009	_	SÃO PA				3- PCdoB-	PT2	-		1 PSDB1	\rightarrow	+	PTB1	\vdash	\rightarrow	PT1	:									PT2			1							_	-	1 PSDB1	PT1	-		1			_	1	ļ			PCR1	+	PSB1
\vdash	Ľ	n	Н		_	3- PCdoB1	PT2	-	\rightarrow	1 PSDB1	+	+	PTB1	-	1 PSDB1	pT1		1								PT2			1							_		PSDB1	PT1	Н	_	1			_	+	Ļ			PCR1	+	PSB1
2007	_	†	.		_	31 PCdoB1	PT2		PSDB1	PSDB1	Ē	+	PTBI	-	1 PSDB1	pT1		PSDB1		72						PT2			1									_	PT1	+		-			_	4	1			PCRI	+	PSB1
5 2006	_	†	31 PSDB1		-	PCdoB	PT2		31		1	Ē	╀	Н	PSDB1	+				PMDR1	П			_		PT2		4	+							-		_	PT1	Н	_	-			4	I Ld	+	Н	+	PAT1		
4 2005	0	+	B1 PSDB1		\perp	-	PT2	-	PSDB1		-	+	PTB1	Н	+	\downarrow			_	1 PP1	╁	ı.	٠.	+	+	2 PT2		+	+	-		+				ı PT	Н	+	DT.	:	\perp	\downarrow		\Box	+	I _L	+	+	+	I PA	-	
2003 2004	0	4	1B1 PSDB1	+	ī	- P	-	B1 PSDB1	-	\dashv	+	E G	+	Н	+	+	<u> </u>		-	10 Idd	╁	PDT1	\dashv	+	+	72 PT2		+	+	-		+	+			ı-	Н	+	+		+	+	<u> </u>	\Box	+	IT O	+	Н	+	ı'' PT	+	
2002 20	0		PSDB1 PSDB1	+		PCdoB1 PCdoB1	-	PSDB1 PSDB1	-	\dashv	PSDB1		PTB1 PTB1	\vdash	PSDB1	+				PPR1 PP1	+		PFL1			PT2 PT2		+	+	-		I.Lu	_	1.1	Z _I	PT1 PT1	Н	18 ₁	-	ī	+	+	PDT1	PSDB ²)B ₁	ITd	PTB1 PTB1	Н	+	PT1 PT1	+	\vdash
2001 20	,	+	PSDB1 PS	+		PCdoB1 PCc	PT1 P	PSI			PSDB1 PSI	+	PTB1 PT	-	PSDB1 PS	+		H	1	PPR1 PF	╫					PT2 P	Н	+	+	+		I.T.O	+	PDT	PPS1 PPS1	PT1 P		72.	<u>-</u>	PT1 PT1	+	+	PDT1 PC		PSDB1 PSI	+	PTB1 PT	Н		PCR1	-	
2000 20	~	+	PSDB1 PS			PCdoB1	PT1 P				PSDB¹ PS	- E	$^{+}$		PSDB1 PS	+	<u> </u>	H	1	ppRi pr	╫				PT1	┝	Н	+	t			I.Ed	+	H	PPS1 PF			\neg	-	PT1 P	+	\dagger	PDT1 PE	\vdash	PS	+	PTB1 P	Н		DCR1	+	
1999 20		+	PSDB1 PS			PCdoB1 PC	PT1 F				-1	+	PPB1		PSDB1 PS	\dagger				PPR1 PI	╨				pT:	\vdash	_	+	\dagger			I.Ed	+		PPS1 PI	+		\dashv	-	PT1 F	+	+	PDT1 P	\vdash	+	+	PTB1 P	Н		DCR1	-	PMDB1
1998 1	7FL ²	t	PSDB1 PS			PCdoB ¹ PC	ш	PSDB1			PSDB1 PS	+	PPB1 P	-	PSDB1 PS	\dagger				PPR1 P	╨				pT1	\vdash	PS	1000	SUB.			Į.	+		<u>-</u>	+		PSDB1	+	Н	PT1	\dagger	4	Н	+	I.Ld	+	PFL1			+	PMDB1 PN
1997		t	PMDB1 P	\parallel	i	PSDB1		PMDB1 P			4	$^{+}$	PPBI		PSDB1 P	\dagger				ppRi	╫				PT1	\vdash		1000			PT1	Į.	+					PSDB1 P	\dagger	Н	PT1	+		PSDB2	+	DT.I	+		\dagger	+	t	PMDB1 PI
1996 1	71.c	2		\parallel		PCdoB1 PC		PMDB1 PI			+	+	PPB1	-	PSDB1 P	\dagger		H	+	PPR1	+		1	+	pT:	\vdash	H	1000			PT1	i La	+	H	\dagger	t		PSDB1 P	\dagger	PT1	+	PMDR1	2	PSDB ² P	+	I.L.	+	H	\parallel	\dagger	\dagger	PMDB1 PI
1995		7	PMDB1 PMDB1	\parallel		PCdoB1 P		PMDB1 P	+	\exists	PSDB1	\dagger	Ť	\vdash	-	\dagger	\dagger	Н	+	PPR1	╫		\dashv	\dagger	PT1	PT2	H	1000			PTı	E	-	H	1 100			PSDB1 P	\dagger	PT1	\dagger	PMDR1 P		H	+	\dagger	\dagger	PMDB1	\dagger	\dagger	\dagger	PMDB1 P
1994	0	7	PMDB1 P	\parallel	1	PCdoB1	PT1	4			+	\dagger	\dagger	H	+	\dagger	BL/PFL1	H	\dagger	PPR1	+-			+	1LL	PT2	H	PSDB1	Iduad	-205	PT1	+		H	\dagger	+	H	\dashv	-	PT1		YPR.		PSDB1	\dagger	\dagger	\dagger	PMDB1 P		\dagger	PSDB2	PMDB1 P
	Vilson Kielnunbing	Sometono	Alberto Goldman F	Alex Manente	dilha	Aldo Rebelo Almino Affonso	Aloizio Mercadante	Aloysio Nunes Ferreira	Antonio c. Mendes Thame	Antônio Carlos Pannunzio	Antônio Kandir	Antonio Palocci	Arnindo Chirlagila Arnaldo Faria de Sá	Arnaldo Jardim	Arnaldo Madeira	Cândido Vaccarezza	Т		Carlos Zarattini	Celso Russomano	eira	Dr. Hélio	Dr. Pinotti	Eduardo Bolsonaro	Eduardo cury	Eduardo Suplicy			Franco Montoro		Hélio Bicudo	Ivan Valente	Jilmar Tatto	João Dado	João Hermann Neto	João Paulo Cunha	Joice Hasselmann	José Aníbal	Jose Dirceu	José Genoíno	José Machado	+	José Roberto Batochio		Julio Semeghini	Kim Kataguiri	Luiz Antônio Fleury	П	Luiz Carlos Motta	Cuiz Eduardo Greenhalgh Luiza Frindina		Marcelo Barbieri F Márcio França

1	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	S Cintra 1994 1995 S Pereira S Pereira Suplicy os	\rightarrow	-			-	-	-	_	_	-	-	_	09 201		-	-	-		-	_	810	2019	2020	2021	2022	0
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		cos Pereira or Olimpio tra Suplicy	1		_	-	-	+	-	-		⊢	₩	-	L	_	+	-	╀	⊢								3
		or Olímpio ta Suplicy Jeiros	_	1	2	+	1	1	1	1		\dagger	+	+	+	+	1	1	T	\dagger	t	l	t	PRB1	Republicanos ¹	Republicanos ¹	Republicanos1	1 4
		ta Suplicy deiros		-	L		L					l		H					l	l				PSL ¹	PSL1			2
	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Jeiros	H	┝										L		PT2	Ͱ			-	_	4DB ²						7
Particle Marcial Particle						: PFL1						H	H							H								4
	1	PMDB1				31 PMDB				1 PMDB		_	_			ī.					_		_					16
	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		\dashv	Н	\vdash	\vdash	Н	Н																				4
	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	PTB1	\dashv	\dashv	\dashv																$\overline{}$	\dashv						5
	1	ando Silva											Н	Н	Н	Н	Н	\vdash	Н		-	\vdash	2doB1	PCdoB1	PCdoB1	PCdoB1	PCdoB1	∞
		Ilnho da FORÇA			-								\dashv	\dashv	\dashv	\dashv	\dashv	\rightarrow	SD1	SD1	SD1	\dashv	\dashv	olidariedade1	Solidariedade1	Solidariedade ¹	Solidariedade ¹	16
		Ilo Renato de												DB1														7
		lo Teixeira														PT1	_	PT1	PT:	PT1	PT1	H	PT1	PT1	PT1	PT1	PT1	12
Figure F		essor Luizinho						PT1	H	PT1	PT1		H	L														4
Final Contro		PSDB1	PFL1	L				H	Н			Н	Н	Н	Н	Н	Н		Г	H								2
The control of the		ardo Berzoini					PT1	_				_	-	\vdash		_	_	PT1										1
First departach claration departamental contraction entironal standard and sequence as equivalent contraction of the contraction entironal standard and sequence as equivalent contraction entironal standard and sequence as equivalent contraction entironal standard and sequence as equivalent contraction and sequence as equivalen	The contraction terminated in the first and the contraction of the c	ardo Tripoli												H						⊢	Н	⊢	SDB1					2
			I de Pernambuc	co, tendo	o sido 13	vezes "Ca	beças". N	Audou o de	omícilio e	leitoral pa	ıra São Pau	lo para dis	outar as e	eições a p	artir de 20	ı	-	⊢	PPS1	⊢	PPS1							9
Multi-Mile					_									۵	/1 PV1	ı	\vdash	_	PSD1									9
No. No.	Not Not	rigo Garcia												L									EM1					1
A A A A A A A A A A	Mail Mail	Falcão	_																					PT1				
No. No.	Mail	MIA BOMFIM																				_					PSol1	1
No. No.	No. No.	Tuel Moreira												H										PSDB1	PSDB1			2
Mail	Mail Mail	ata Amaral												L										PDT1	PDT1	PDT1	PSB1	4
	S S S S S S S S S S S S S S S S S S S	Jemar Costa Neto					PL1	H	H	PL1	PL1																	2
Harmon H	ALICA ALIC	derlei Macris										_	SDB1															
MATHON MATH	Althoresis Alt	ante Cândido		\downarrow	\downarrow	4	4	\downarrow	4	4		+	+	+	\dashv	4	4			PT1	1	PT1						7
Hamiltonia Ham	Although Although	ante Cascione		_	+			_	PTB1	+			+	+	+	+	+			1	1	+	-					_
Figure F	Nove Nove	entinho	+	\downarrow	+	1	\downarrow	1	IL B	1 L	1	†	+	+	+	+	+	1Ld	1LL	I L	TL LL	+	ı.L					14
Figure F	FSDB	IICIOS CARVALHO	1	+	+	+	+	+	-	1		\dagger	+	+	+	+	+	1		\dagger						lovely	Kepublicanos*	1
Figure F	1 Figure	ingr Bossi		PMDB	31	-	1	-	-			\dagger	+	+	+		-			\dagger	T					-000		
PSDB* PSDB	FSDR FSDR	ter Feldman					L		PSDB1			PSDB1		H			L											e
17 20 23 22 25 25 25 25 25 25	Figure F													L														_
PSDB2 PSDB2	F5DB ² F5DB ² F5DB ² F5DB ² F5BB	17	Н	Н	Н	Н	Н	Н	Н	19	16	16	Н		1 20	Н	Н	19	17	15	15	15	14	21	18	18	16	563
PSDB2 PSDB	FSDB ² FSDB													SE	GIPE (SE)													
a 1	A			4	-	_	_	_	_			1	1	+	+		\downarrow			1		_						
HIT HAVE NOT THE PARTY OF THE P	Hitted Michael	ssandro Vieira										1		+	+					+	+	+				Cidadania ²		
Ministry Ministry	Ministry Ministry	Ire Moura		\downarrow	+	-	_	_	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+		+	+	+	2SC1					4
Intro	Intro	onio carios idares							PSB ²	\dashv	-	PSB2				PSB2	_	_	PSB ²	_	-	_	2B ²					12
Paris Pari	THE PT: PT: PT: PT: PT: PT: PT: PT: PT: PT:	é Eduardo Dutra	\dashv	\dashv	\dashv	\dashv	\dashv	Н														\dashv						7
Supplision Pi Pi Pi Pi Pi Pi Pi P	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	а	+	+	+	+	\downarrow			\downarrow		+		+	+					SD1	SD1	+	PP1	PPi	PP1	PP1		_ '
Section Sect	2 2 2 1 1 1 1 1 1 1 0 0 0 0 1 1 1 1 1 1	i	+	+	+	+	4	\downarrow	4	4		\dagger	+	+	+	+	1	1	1	\dagger	+	\dagger						9
The control of the co	The color The		+	+	+	+	+	+	+	1		\dagger	+	+	+	+	+	1	1	\dagger	\dagger	\dagger	\dagger	pT2	DT2	DT2	PT2	1 4
Total All Page Page	TOCAMTINIS (TO) TOCAMTINIS	Vallio	+	c	+	c	-	-	-	-	-	-	+	+	+	+	-	-	-	c			0	- 0	- 6	- ~	-	72
Omes Comparison	PhiDig P	4	$\frac{1}{2}$	1	-	1	•	4	•		•	•	$\frac{1}{2}$	I.	NTINS (TC	┨_	•	•	•	,	,	,	,	1	1	,		
Orthogonal Demonstration	Mark Mark	ardo Gomes			L	L	L	L	L	L		F	SDB1	PSI	JB1 PSDE	Н							-	MDB2	MDB ²	MDB ²	PL2	6
Doinchia Poinchia Doinchia Doinchia Para Para Para Para Para Para Para Pa	1	re Júnior					PMDB		12-					_														2
DEM? DEM? PEM? PEM? PEM? PEM? PEM? PEM? PEM? P	0 0 1 1 0 0 0 2 0 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 1 100	fessora Dorinha			L							H	_	L							_	_			DEM1	DEM1	União1	3
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	0 0 1 1 1 0 0 0 0 2 2 2 2 2 2 2 1 1 0 0 0 0 0 1 0	a Abreu										Ī)EM²	B	┈	-	┈	PSD ²	PMDB ²							PP2	PP2	6
	300 100 <td>0 0</td> <td></td> <td></td> <td>ш</td> <td></td> <td>ш</td> <td></td> <td></td> <td>ш</td> <td></td> <td>Н</td> <td>Н</td> <td>Н</td> <td>ш</td> <td>Н</td> <td>Н</td> <td>Н</td> <td>1</td> <td>Н</td> <td>0</td> <td>Н</td> <td>0</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>3</td> <td>23</td>	0 0			ш		ш			ш		Н	Н	Н	ш	Н	Н	Н	1	Н	0	Н	0	1	2	3	3	23
100 100	oonado 1. Denusido (3): 2. Senador (3): e SP. Sen variido	100 100			_		ш			ш		Н	Н	Н	_	Н	_	Н	100	Н	100	Н	100	100	100	100	100	29
acanda 1. panitan (a) 2. Sanarin (a) 2. San natifin		anda: 1 - Deputado (a): 2 - Sepador (a):	o SP. Sem na	opine																								





Fotos: Julio Fernandes/Ag. Fulltime Arquivo pessoal

SBS Q. 1, Ed. Seguradoras, 3° andar, Salas 301 a 307 CEP: 70093-900 - Brasília-DF Fones: (61) 3225-9704 / 3225-9744 Página: www.diap.org.br Endereço eletrônico: diap@diap.org.br

